

Anton Pannekoek

https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwji05Ooy9HxAhWYppUCHfFIDjoQFjAJegQIERAD&url=http%3A%2F%2Fwww.afoiceemartelo.com.br%2Fposfsa%2FAutores%2FViana%2C%2520Nildo%2FAnton%2520Pannekoek%2520-%2520Partidos%2C%2520Sindicatos%2520e%2520Conselhos%2520Operarios.pdf&usg=AOvVaw391IXmRG1YFSOR3ooS_aLf

Partidos, Sindicatos e Conselhos Operários

Tradução e Introdução de Nildo Viana

Rio de Janeiro: Rizoma, 2011

Sumário

Pannekoek: Das Organizações Burocráticas à Auto-Organização.....	03
Partido e Classe Operária.....	38
Observações Gerais Sobre a Questão da Organização.....	00
Capitalismo de Estado e Ditadura.....	00
O Fracasso da Classe Operária.....	00
As Greves.....	00
O Sindicalismo e a Ação Direta.....	00
Cartas a Cornelius Castoriadis.....	00
Propriedade Pública e Propriedade Comum.....	00
A Organização dos Conselhos.....	00
Os Conselhos Operários.....	00
O Grupo Comunista Internacionalista da Holanda.....	00
Teses sobre a luta da Classe Operária contra o Capitalismo.....	00

Pannekoek: Das Organizações Burocráticas à Auto-Organização

Nildo Viana

Anton Pannekoek (1873-1960) é um dos mais importantes autores marxistas do século 20. A sua importância, teórica e prática, se revela por intermédio de mais de 50 anos de trabalho intelectual e prática política. Ele não só se formou num processo de luta como derivado dela combateu as concepções e organizações que eram obstáculos para a revolução proletária, de forma moderada no início, até a radicalização relacionada com as mudanças históricas e o próprio desenvolvimento do movimento operário, o que provocou o desdobramento teórico em seu pensamento e a parte mais importante dele.

A presente coletânea assume, assim, uma grande importância no sentido de que ajuda a resgatar o pensamento de um autor relativamente pouco conhecido e que vem ganhando um maior número de publicações mais recentemente. Sem dúvida, o que aqui publicamos são apenas alguns poucos textos e limitados ao tema da questão da organização, um elemento fundamental do seu pensamento e que por isso é importante resgatar e abrir espaço para novas publicações a seu respeito¹.

Aqui reunimos artigos variados publicados por Pannekoek referentes ao problema de partidos, sindicatos e conselhos operários, bem como alguns capítulos de sua principal obra, *Os Conselhos Operários*. Esta obra é fundamental para permitir um aprofundamento do conhecimento de sua contribuição ao marxismo. Evitamos, pois, os primeiros textos de Pannekoek, que abordam a questão de partidos e sindicatos, pois sua concepção foi sendo alterada com o desenvolvimento histórico e as experiências destas organizações e do próprio autor. E também não utilizamos textos de livros, a não ser a exceção acima apresentada. O conjunto de textos sobre partidos, sindicatos e conselhos, aqui reunidos,

¹ Sempre que há ascensão das lutas operárias, há a tendência de resgate de pensadores como Pannekoek e foi isso que fez seus textos reaparecerem no final dos anos 1960 e início dos anos 1970 e novamente a partir do final da década de 1990. Inclusive a internet serviu para a difusão de vários textos dele e para aumentar sua popularidade nos meios revolucionários e até acadêmicos, em muito menor escala, é claro. Mas é preciso ressaltar que, se a internet significa um processo de divulgação importante, ela também deve ser vista criticamente, pois a qualidade das traduções é muito precária e, algumas vezes, aparecem coisas no texto que não estão no original. Assim, o cuidado e senso crítico é fundamental na leitura de textos traduzidos disponibilizados na internet. Claro que o problema de tradução é grave não apenas na internet, mas nesta é mais grave já que muitas vezes falta autoria, referências e fontes, tendo, pois, uma confiabilidade menor.

data de sua última fase de pensamento, enquanto representante da tendência conhecida como comunismo de conselhos.

Qualquer leitor crítico de Pannekoek – e todo marxista ou libertário tem que assumir o compromisso com a criticidade² – deve estar atento que ele escreveu desde o início do século 20 até os anos 1950, ou seja, meio século. Isto significa que ele viveu durante épocas diferentes e isso obviamente vai ter ressonâncias em suas obras. Outra questão é estar atento para a evolução intelectual do autor. Pannekoek produziu suas primeiras obras políticas no interior da socialdemocracia, como dissidente, mas participante desta. A sua ruptura com a socialdemocracia provocou mutações em seu pensamento. A sua oposição à socialdemocracia, quando era interna, apontava para determinados limites e influências, e, sua oposição posterior, externa, já lhe permite avançar e entender melhor o significado dos partidos socialdemocratas dessa época.

Porém, é com a sua crítica radical ao bolchevismo³ é que sua compreensão dos partidos políticos avança e ele passa a entender melhor a socialdemocracia europeia e seu herdeiro russo. Assim, ler um texto de Pannekoek de 1905 ou 1909 e depois um de 1927, 1936 ou 1953 sem se atentar para isso, é cometer um equívoco. Inclusive o Pannekoek representante do comunismo de conselhos recusa os partidos políticos em geral, o que não fazia na época em que estava no interior da socialdemocracia e retirar da leitura de um texto

² Para quem parte de uma perspectiva revolucionária, é extremamente contraditório ser um leitor dogmático, que faz leituras acríticas e aceitando tudo o que lê sem reflexão, contextualização, análise, comparação, etc. Esse é um problema grave nos círculos militantes e que gera oposições rígidas em casos nos quais não há a menor necessidade. O leitor dogmático acredita que o autor é infalível e que não há nenhum problema e nada para ser questionado, o que ele disse está dito e pronto, é a verdade. O leitor crítico, obviamente, pode concordar com a totalidade do escrito, mas isto não é algo *a priori* e sem reflexão e outros procedimentos da leitura crítica. A questão fundamental não é a concordância ou discordância com o autor e sim o tipo de leitura que se realiza. A credibilidade de um autor como Pannekoek, sem dúvida, deve levar em conta sua biografia e compromisso com a transformação social, mas esse não pode ser um critério absoluto e único, inclusive pelo fato de que ser bem intencionado não é suficiente, embora fundamental. Além da confiança que o autor desperta (no caso daqueles que possuem esse mérito por sua história de vida) é necessária a reflexão racional e crítica, revolucionária, portanto, não-dogmática, sobre seus escritos. Isso, de forma alguma, significa que se deva ler para procurar defeitos e problemas e sim que é necessário entender que é possível encontrar tais elementos e não se deve fazer de conta que eles não existem ou podem existir e, além disso, se cegar diante disso.

³ Aqui não se trata das divergências com o bolchevismo, que já apresentam uma crítica – que, no entanto, não era “radical”, no sentido de não ir até a raiz do bolchevismo – e sim do momento em que o bolchevismo é reconhecido como contrarrevolucionário e a crítica se torna realmente radical.

dessa época a afirmação que ele acreditava no papel do partido político⁴, é cometer um grave equívoco interpretativo.

Assim, a obra de Pannekoek tem um valor histórico, por expressar as lutas e dilemas do movimento operário e dos partidos, sindicatos, grupos, existentes durante um longo tempo, bem como as experiências revolucionárias do proletariado do início do século 20. Além disso, tem um valor teórico, pois, apesar de suas teses não serem tão complexas e sua teorização no que diz respeito ao processo da revolução e formação dos conselhos, possuírem uma base na teoria marxista, ele acrescenta elementos importantes para ela, uma maior precisão no que diz respeito à compreensão da autoemancipação proletária, esboçada por Marx numa época não-revolucionária, apesar das iniciativas revolucionárias daquele período⁵. Assim, enquanto Marx discutia a questão da “livre associação dos produtores” e enfatizava a luta operária como meio de autolibertação do proletariado, e, mesmo quando se baseou na experiência revolucionária do proletariado parisiense durante a Comuna de Paris, não podia prever as formas de auto-organização que se desenvolveriam posteriormente, especialmente os conselhos operários, e Pannekoek, bem como outros, vivenciaram e mostraram ser esta a via da autoemancipação proletária⁶.

⁴ Aqui se trata de partido político organizado formalmente e não qualquer organização política. A confusão pode ser reforçada por certa imprecisão conceitual de Pannekoek, a qual vamos abordar adiante.

⁵ A concepção de Marx sobre a autoemancipação proletária é relativamente pouco conhecida, devido a diversas determinações: o predomínio da interpretação leninista de sua obra, a falta de leitura ou má leitura, a seleção de obras e desconsideração por outras, as más traduções, a dificuldade de acesso a alguns textos, o exército de comentaristas que não entenderam sua obra ou que fazem leituras parciais derivando de complementos alheios aos seus escritos os aspectos que não entendem (vindo especialmente de Lênin ou da socialdemocracia), as críticas equivocadas de adversários, etc. Pretendemos mostrar o verdadeiro caráter da concepção de Marx a respeito da revolução proletária no livro *Marx Libertário – Autoemancipação Proletária e Associação Revolucionária*. Alguns autores destacaram esse caráter da obra de Marx, porém, também não são os mais divulgados e conhecidos, tal como Rubel e Janover (1977), Berger (1977), Guérin (1969), Guillerm e Bourdet (1976), Bourdet (1974; 1972), Massari (1975), entre outros.

⁶ A experiência da Comuna de Paris foi teorizada por Marx e acabou sendo a essência da concepção marxista da revolução proletária, que é autogestionária (embora sem usar esta palavra), sendo a Comuna considerada a forma encontrada da autoemancipação (Marx, 2011; Viana, 2011a; Viana, 2011b). Além de Pannekoek, que a partir do que ele denominou “novo movimento operário” e a emergência dos conselhos operários, é que se começa a teorizar sobre esta forma de auto-organização como meio para a revolução social e forma de organização da produção na sociedade comunista. Sem dúvida, Parvus e Trotsky (o jovem Trotsky, o antibolchevista), foram os primeiros a destacar a importância dos conselhos operários a partir da revolução russa de 1905 (Viana, 2010; Trotsky, 1989; Parvus, 1978). Porém, é com a nova revolução russa de 1917, quando os conselhos reemergem, bem como a revolução alemã, mas também nos casos italiano e húngaro, entre outros menos radicais e amplos, sua extensão por diversos países em tentativas de revoluções proletárias, promovem um conjunto de reflexão e ação política a seu favor, especialmente pelo chamado comunismo de conselhos, contando com Pannekoek, Rühle, Gorter, Mattick, Wagner, Brendel, Meijer e

Não é possível deixar de lado o valor político da obra de Pannekoek, pois ele avança no sentido de uma crítica radical dos partidos e sindicatos, mostrando seus vínculos com o processo de reprodução do capitalismo e, ao mesmo tempo, analisando as formas como o proletariado desenvolve sua auto-organização para a revolução social e para a organização da produção na sociedade comunista. Sem dúvida, esses aspectos estão intimamente relacionados, pois o valor histórico, teórico e político são inseparáveis (a não ser para os ideólogos, que podem, obviamente, se agarrar apenas ao aspecto histórico e desligá-lo do resto, criando mais uma ideologia). Por conseguinte, o conjunto da obra de Pannekoek precisa ser reavaliado e as obras que se dedicaram a isso tendem a aumentar e proporcionar um renovado interesse pelo seu pensamento, o que, em si, já é uma grande contribuição para o processo da luta operária.

Transformações Históricas e Evolução Intelectual de Pannekoek

É mais fácil compreender os textos aqui reunidos se compreendermos a evolução intelectual de Pannekoek. E tal evolução intelectual está intimamente ligada ao processo de transformações do capitalismo e da luta de classes desde o início do século 20. Assim, para entender Pannekoek é preciso entender as mudanças sociais que ocorreram e que ele foi um participante ativo na esfera das lutas sociais. Inclusive, não somente a evolução intelectual de Pannekoek, mas até mesmo a lógica argumentativa dele reproduz a mesma dinâmica: a crítica das organizações burocráticas é sucedida pela análise e defesa das formas de auto-organização do proletariado.

Pannekoek iniciou sua militância na socialdemocracia e ao romper com ela e seus derivados (incluindo o bolchevismo), foi um crítico dissidente e interno, mas, por isso mesmo, limitado. Ao romper no horizonte as revoluções proletárias, há uma radicalização do movimento operário e dos seus representantes teóricos e políticos, que é o que ocorre com Pannekoek. No entanto, é somente no bojo das revoluções proletárias e das contrarrevoluções burocráticas que a ruptura completa ocorreu e o verdadeiro papel de partidos e sindicatos se revelou. Assim, desde a década de 1920, Pannekoek – e não só ele,

vários outros na Holanda e Alemanha, bem como os ingleses (Sylvia Pankhurst, Guy Aldred), entre outros. Após esse período revolucionário, tanto os que se inspiraram nestes autores, quanto outros que se basearam em experiências históricas posteriores (Hungria, Polônia, Portugal, etc.), continuaram a defender tal posição.

embora alguns antes dele, como Otto Rühle (1975), começa o exercício de crítica radicalizada de partidos e sindicatos, e com o desenvolvimento do capitalismo oligopolista e, principalmente do capitalismo oligopolista transnacional (que ele denomina indistintamente como “capitalismo monopolista”)⁷, acaba aprofundando e negando completamente os partidos e sindicatos⁸. É nesse momento que seu pensamento está suficientemente aprofundado, apesar de algumas imprecisões posteriormente resolvidas⁹, e que ele desenvolve sua análise mais pertinente do caráter dos partidos e sindicatos.

Assim, é comum distinguir alguns períodos no pensamento de Pannekoek, que seriam os seguintes: participação e crítica da socialdemocracia; participação e crítica do “socialismo radical”; adesão ao comunismo de conselhos (Bricianer, 1975). O período em que participou da socialdemocracia foi aproximadamente entre 1901 e 1913 (a ruptura com a socialdemocracia por parte de indivíduos e grupos tardou um pouco mais, geralmente após 1914 e a aprovação pelos deputados do SPD – Partido Socialdemocrata Alemão – dos créditos de guerra, em que a Alemanha entrava na Primeira Guerra Mundial). Nessa época, produziu um grande número de artigos e cartas, bem como publicou em 1909 o livro *As Divergências Táticas no Movimento Operário* (Pannekoek, 2007). No entanto, apesar de estar no interior da socialdemocracia, não poupava críticas a esta. Ele critica as tendências moderadas da socialdemocracia e o revisionismo de Bernstein explicando que sua origem nas mudanças do capitalismo e nas influências pequeno-burguesas no seu interior:

O socialismo busca conseguir todas as vantagens momentâneas possíveis, e, no entanto, não encontra sua finalidade a não ser na revolução futura, a derrocada do modo de produção. Por isso não descuida do menor trabalho de formiga; o trabalho cotidiano é tudo para ele, porém, ao mesmo tempo, seu objetivo final revolucionário é também tudo para ele. Ele utiliza para seu combate todas as instituições da sociedade capitalista que lhe oferecem uma possibilidade de aumentar seu poder e, no entanto, se opõe duramente a elas por questões de princípio. Situa-se totalmente no terreno do que existe e, ao mesmo tempo, se

⁷ O capitalismo oligopolista é o que existiu entre a segunda metade do século 19 até o final da Segunda Guerra Mundial, sob o regime de acumulação intensivo, enquanto que o capitalismo oligopolista transnacional é o que emerge após a Segunda Guerra Mundial e se mantém até o final dos anos 1970, sob o regime de acumulação intensivo-extensivo (Viana, 2009), ou regime de acumulação conjugado.

⁸ Sem dúvida, muitos confundem esse processo por fazer, indistintamente, leitura de textos de Pannekoek antes e durante esse período. Isso significa não se atentar para a evolução intelectual do autor e, por conseguinte, não compreender as alterações de seu pensamento.

⁹ Este é o caso de sua análise dos sindicatos (Viana, 2011c), que, em artigo de 1936 (1977a), ainda apresenta certa ambiguidade, o que será completamente desfeito em sua obra *Os Conselhos Operários* (Pannekoek, 1977b), com edição portuguesa incompleta com o título de *A Revolução Operária* (Pannekoek, 2011).

mantém em um terreno completamente novo, a partir do qual recusa e critica tudo o que existe. Vive na exaltação entusiasta por seu magnífico ideal de futuro, exaltação que faz com que seus partidários sejam capazes dos atos mais abnegados, mais desinteressados, mais heroicos; e, ao mesmo tempo, pratica o realismo mais frio, que só atua sobre o terreno sólido da ciência, dos fatos e para o qual a prática é tudo. Que o socialismo reúna em um todo unitário estes traços que, segundo a representação habitual, se contradizem e se excluem, reside no fato que é um movimento natural que nasce da realidade, que é um elo, uma etapa, em um processo incessante do devir (Pannekoek, 2007, p. 198-199).

Pannekoek acrescenta que é natural para o espírito humano a tendência em ver unilateralmente a partir de uma experiência limitada. Desta forma, se cria a tendência de ver estes dois aspectos como mutuamente excludentes e opostos. Daí surge duas tendências: a revisionista, que acentua o trabalho prático de reformas e o anarquismo, que acentua o objetivo final desprezando o “trabalho de formiga”. Porém, isso não é fruto apenas de concepções equivocadas, mas também do desenvolvimento econômico insuficiente e determinadas relações políticas. Mas ambas as concepções expressam uma concepção burguesa de mundo, que é não-dialética, ao contrário da concepção proletária, que é dialética. Tanto o anarquismo como o revisionismo “são duas tendências burguesas no movimento operário, unem uma concepção burguesa de mundo a sentimentos proletários” (Pannekoek, 2007, p. 220). Seriam, mais exatamente, duas tendências pequeno-burguesas. Segundo Pannekoek, “o anarquismo é a ideologia do pequeno-burguês convertido em selvagem, o revisionismo é a do pequeno-burguês domesticado” (Pannekoek, 2007, p. 221).

Aqui Pannekoek revela uma análise correta e, ao mesmo tempo, equivocada. Sem dúvida, é excepcional sua percepção da mescla entre concepção burguesa de mundo e sentimentos proletários, o que ocorre em milhares de casos. Porém, sua forma de conceber a questão da reforma e da revolução, do imediato e do objetivo final, é problemática, já que não estabelece o vínculo necessário entre meios e fins, ou seja, o objetivo final é realmente o fundamental e o que é preciso é entender quais meios podem ser utilizados para se chegar a determinado fim, havendo unidade indissolúvel entre ambos (Viana, 2008a), o que foi ressaltado por Rosa Luxemburgo, sendo um dos elementos fundamentais de todo o seu pensamento e originado de sua crítica ao reformismo revisionista (Luxemburgo, 1986).

Outro problema nesta formulação de Pannekoek é sua crítica ao anarquismo. Sem dúvida, o reformismo não ultrapassa o nível do “trabalho prático das reformas” e por isso é

uma concepção burguesa (ou burocrática) – e além disso que nada tem de “sentimento proletário”, a não ser em casos individuais – mas o anarquismo ou qualquer tendência que fique apenas no objetivo final é muito mais útil ao movimento revolucionário do que o reformismo ou seus derivados (como o bolchevismo, não abordado por Pannekoek devido o fato de ser inexpressivo nessa época). Também não é possível generalizar uma crítica ao anarquismo, que possui várias correntes com concepções distintas e muito menos pensar o anarquismo como algo unitário e que deveria ser simplesmente descartado (e os supostos “anarquistas” dentro da socialdemocracia nada possuem de anarquismo, são na verdade as tendências radicais que entram em confronto com as burocracias partidárias e as concepções dominantes no partido). Além disso, qualquer indivíduo pode se dizer anarquista sem ter nenhum aprofundamento ou compromisso real com o anarquismo, o que complica a situação. Da mesma forma, as tendências revolucionárias no anarquismo não são ligadas apenas aos objetivos, mas possuem formas de ação que colaboram com o processo revolucionário. Contudo, o que Pannekoek critica não é exatamente o anarquismo, um uso indevido para este nome, e sim as tendências que hoje seriam chamadas de “esquerdistas” no interior da socialdemocracia, e da qual o próprio Pannekoek fará parte no futuro.

Pannekoek reproduz a tradição socialdemocrata e cai no equívoco de considerar o revisionismo como ideologia pequeno-burguesa. Na época, poucos, como Makhaisky (1981) na Rússia, haviam se atentado para a burocracia e a intelectualidade como classes sociais que não tem sentido em chamar “pequeno burguesas”, um equívoco terminológico. É por isso que defenderá as lutas parlamentares e criticará o parlamentarismo exclusivo defendido pelos revisionistas. Fará o mesmo em relação aos sindicatos, mostrando duas tendências burguesas, o reformismo e o sindicalismo revolucionário, destacando seu papel de lutar por melhores condições de trabalho e questões econômicas, que é campo fértil para o revisionismo, e sua negação expressa um radicalismo que é outra concepção burguesa, o sindicalismo revolucionário que abandona o papel do sindicato e se torna outro obstáculo para o desenvolvimento das lutas proletárias (Pannekoek, 2007; Viana, 2011c)¹⁰.

¹⁰ O sindicalismo revolucionário desenvolveu-se na França, e teve como principal representante intelectual Georges Sorel.

Sem dúvida, havia uma terceira tendência, com a qual Pannekoek se identificava, que era a marxista (apesar de que, na socialdemocracia da época, todos se diziam marxistas, inclusive os reformistas e “anarquistas”). Pannekoek criticava a tendência dominante da socialdemocracia, revisionista e reformista, tal como Rosa Luxemburgo fazia ao criticar o revisionismo de Bernstein (Luxemburgo, 1986). A obra *As Divergências Táticas no Movimento Operário*¹¹ revela as preocupações básicas do pensamento de Pannekoek que serão permanentes e já estavam presentes, mas num contexto social, histórico e cultural desfavorável. Porém, apesar disso é preciso deixar claro que, tal como Rosa Luxemburgo, Pannekoek não criticou apenas a ala revisionista mas também a dita “ortodoxa”, especialmente Kautsky, tal como se vê no seu debate com este sobre a questão da greve, em seu texto *Ações de Massas e Revolução*, publicado em 1912 (Pannekoek, 1978)¹². Isto tudo ocorreu muito antes da chamada “cisão” da Segunda Internacional, quando as alas dissidentes dos Partidos Socialdemocratas fundaram outros partidos ou grupos e foi quando Lênin rompeu com seu mestre Kautsky, que virou, para ele, um renegado, como se já não fosse um falso marxista e revolucionário há muito tempo.

Porém, é preciso compreender o contexto social para entender a posição inicial de Pannekoek, ou seja, sua inserção na socialdemocracia e, ao mesmo tempo, sua posição dissidente interna, sem realizar uma maior radicalização. O próprio Pannekoek neste mesmo livro apresenta a chave para compreensão de sua posição inicial, ao explicar a

¹¹ Aliás, este texto irá exercer forte influência sobre Lênin, que, inclusive, escreveu o texto *As Divergências no Movimento Operário Europeu* (Lênin, 1983), escrito um ano após o livro de Pannekoek e contendo pouca diferença em relação a ele. A influência deste escrito se manifestará posteriormente, quando escrever duas de suas obras principais: *O Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo* (Lênin, 1989), na qual retomará a expressão de Pannekoek de “enfermidade infantil” (Pannekoek, 2007) e *O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo* (Lênin, 1987), na qual retoma a tese de Pannekoek da “aristocracia operária”, só que deformando-a. Aliás, Lênin não era um pensador muito criativo, o que se mostra inclusive nos títulos de suas obras, tal como este texto que quase reproduz o título de Pannekoek, e outros casos, tal como em *As Três Fontes e as Três Partes Constitutivas do Marxismo* (Lênin, 1985), que repete título de obra de Kautsky (1980), *As Fontes do Marxismo* acrescentando a segunda parte. O problema fundamental, no entanto, não se encontrava no título – o que seria sem grande importância – e sim no conteúdo de seus textos, sempre reproduzindo idéias alheias.

¹² Na mesma época, Rosa Luxemburgo (e outros, como Franz Mehring) debatia a questão da greve com Waldeverde e outros. A questão é que a ala reformista, dita “ortodoxa” era contra o movimento grevista e a ala dissidente da socialdemocracia, representada por Pannekoek, Gorter, Rosa Luxemburgo, Mehring e vários outros, eram favoráveis ao movimento grevista. Parte desse debate foi reproduzido em: Parvus, 1978.

reprodução e manutenção do revisionismo, apesar das críticas que sofreu. Nesta obra, ele coloca o caso dos militantes inexperientes que aderem à socialdemocracia:

“Nestes novos membros, se repete, pois, as condições do começo do movimento, quanto todo o partido tem que buscar, no entanto, penosamente o caminho. Contudo, ainda não pode nascer tendências diferentes somente por este fato, pois os novos membros inexperientes geralmente se deixam dirigir pela experiência mais desenvolvida, pela compreensão mais profunda, pelos conhecimentos científicos e pela marcha adiante mais segura dos camaradas mais antigos. Além disso, a comparação com os começos do movimento só é admissível parcialmente. Efetivamente, não é totalmente necessário que cada indivíduo passe sempre de novo por todas as ilusões das etapas anteriores do movimento. O resultado destas experiências e conhecimentos adquiridos penosamente se encontra à sua disposição na teoria socialista sob uma forma resumida, condensada. Meio século de movimento operário ascendente e de luta de classe entre burguesia e proletariado produziu uma grande quantidade de experiências às quais o movimento socialista atual é deverdor de sua tática de luta decidida, mais segura, e sua história oferece aos novos membros e às jovens gerações uma fonte inesgotável de ensinamentos preciosos. Graças a estes últimos, a doutrina do desenvolvimento social e da luta de classe, que Marx e Engels expuseram já em 1847 no *Manifesto Comunista*, se converteu em saber sólido, fundamentado, das classes trabalhadoras mais amplas” (Pannekoek, 2007, p. 188).

Assim, as novas gerações não possuem as experiências das gerações anteriores e por isso devem reaprender o que já foi aprendido por outros anteriormente. Aqui Pannekoek reproduz a tese biológica da recapitulação, também conhecida como “lei biogenética”, segundo a qual a ontogênese revive a filogênese, ou seja, o indivíduo revive todas as etapas vividas pela espécie, o desenvolvimento da humanidade é reproduzido no desenvolvimento de cada ser humano. Não custa lembrar que Pannekoek publicou *Marxismo e Darwinismo* no mesmo ano que *As Divergências Táticas no Movimento Operário*. Claro que ele alerta que isso não é uma lei, já que isso é parcial e não é “totalmente necessário”.

Esta ideia, inspirada na biologia, no entanto, é rica e possui um elemento fundamental: as novas gerações de militantes (tanto da socialdemocracia quanto de qualquer outro partido, grupo ou tendência) não possuem a experiência e a leitura de todas as teorias produzidas pelas épocas precedentes. É por isso que grande parte deles adere aos partidos de esquerda ou a concepções, tendências e grupos existentes sem conhecer a história e o debate realizado historicamente entre elas, inclusive não sabendo das *superações teóricas* que ocorreram, mas que não foram *superações práticas*. Pois a

socialdemocracia, o bolchevismo, etc., já foram refutados teoricamente e, no entanto, são tendências hegemônicas devido a diversas questões, entre elas os seus aparatos burocráticos, recursos, tradição, entre outras (no caso do bolchevismo, existiu todo um bloco de países se dizendo “socialista” e reforçando esta ideologia).

Aliás, este é um dos motivos pelos quais muitos são dissidentes dentro da socialdemocracia e acabam rompendo com ela, formando outros partidos, que por sua vez, tão logo ocorre sua burocratização, geram novas dissidências e cisões. Claro que existem outras determinações nesse processo e é justamente o que Pannekoek vai expor: ritmo de desenvolvimento desigual em diferentes regiões, caráter dialético da evolução social, existência de outras classes ao lado da burguesia e do proletariado. Retirando o “caráter dialético da evolução social”, que não quer dizer nada, e acrescentando a questão das ideologias dominantes, da burocratização e das frações concorrentes da burocracia como classe social, da competição social, da sociabilidade e mentalidade burguesas, as relações afetivas criadas no interior das organizações, etc., temos um quadro explicativo abrangente.

Como dissemos, isto ajuda a explicar a própria inserção de Pannekoek na socialdemocracia. Claro que quando Pannekoek escreveu seu livro não era um militante inexperiente, já era um cientista natural reconhecido, militante de há muitos anos e autor de diversos textos e livros, além de conhecedor das obras de Marx, Engels, Dietzgen, Kautsky e inúmeros outros. Porém, em que pese sua experiência e saber teórico, isto não é suficiente em muitos casos. Existem as diversas outras determinações que aludimos acima. Porém, no caso de Pannekoek, as demais determinações que atuaram foram as concepções dominantes, o vínculo afetivo com a organização, e a crença que a socialdemocracia possuía um problema de tática, de más influências (de concepções e de classes) e desvios direitistas e esquerdistas, mas era o caminho e instrumento revolucionário do proletariado. Essa crença era dominante nos círculos socialdemocratas e em que pese o papel cada vez mais conservador destes partidos, as tendências esquerdistas, radicais e dissidentes, atraíam os mais descontentes e alimentava a esperança em sua mudança de rota no sentido de assumir papel revolucionário, o que legitimava e reforçava a adesão ao partido. Além disso, a fraseologia revolucionária, mero discurso para disfarçar seu reformismo, do pseudomarxismo ortodoxo de Kautsky e outros, ainda iludia alguns integrantes do partido,

embora cada vez mais a prática e o discurso fossem assumindo ares mais conservadores. É com a burocratização crescente, reforçada pelas vitórias eleitorais, e conservadorismo também crescente que lhe acompanha, que gera novas dissidências e cisões. A data chave para isso foi 1914, quando todas as ilusões daqueles bem intencionados e que ainda carregavam essa crença numa socialdemocracia revolucionária se desfez diante do apoio à guerra e posição nacionalista dos partidos socialdemocratas.

Outro problema que fez com que Pannekoek não avançasse foi a não percepção clara de uma nova classe social oriunda do desenvolvimento capitalista: a burocracia. As críticas à socialdemocracia, desde o final do século 19, era a das influências e camadas chamadas “pequeno-burguesas”, ideia reproduzida por Pannekoek. Pannekoek, muito antes de Poulantzas (1978), já discutia a diferença entre as classes médias antigas e as novas e percebia a intelectualidade e a burocracia no interior destas últimas:

“De uma maneira diferente em relação aos vestígios das antigas classes médias independentes, as classes médias chamadas novas, os intelectuais, os funcionários, os empregados, constituem uma camada de transição entre o proletariado e a burguesia. Elas se distinguem das antigas classes médias devido um ponto essencial: não possuem meios de produção, pois vivem da venda de sua força de trabalho. Portanto, não possuem nenhum interesse em manter a produção privada, na conservação da propriedade privada dos meios de produção. Neste ponto se encontram de acordo com o proletariado. O seu olhar se dirige para o futuro e não para o passado. Trata-se de uma classe moderna que está em ascensão e que cada vez se faz mais numerosa e importante na medida em que desenvolve a sociedade” (Pannekoek, 2007, p. 277).

O processo de percepção da burocratização da socialdemocracia avançava através tanto de militantes, desde Hans Müller e seu livro *A Luta de Classes na Socialdemocracia* no final do século 19, passando por Makhaisky, na Rússia, do mesmo período até a revolução bolchevique, até obras de acadêmicos e militantes dos anos posteriores. Makhaisky (1981) teve um papel essencial ao analisar a *intelligentsia* como classe social privilegiada que se manifestava na socialdemocracia (e no bolchevismo) e que nada tinha a ver com o movimento operário e com o comunismo. Porém, a ressonância de sua obra se deu apenas na Rússia e sem grandes repercussões, a não ser em alguns grupos e indivíduos.

Em 1914, ano emblemático, é publicado o livro do integrante do Partido Socialdemocrata Alemão, Robert Michels, intitulado *Sociologia dos Partidos Políticos*, apresentando a sua tese da “lei férrea da oligarquia”. Nesta obra, fica explícito que a

burocracia domina o partido, e isso é algo comum em todos os partidos políticos existentes, inclusive nos partidos ditos “socialistas” (Michels, 1982). O aparato partidário, com a estabilidade dos chefes, o seu poder financeiro, o controle da imprensa, a ação dos parlamentares, a luta pelo poder entre os chefes (que criam novos grupos e cisões), as tendências centralizadoras, são abordadas por Michels, bem como a metamorfose das massas quando aderem ao partido e ganham vantagens nisso. O crescimento partidário aumenta o burocratismo e o crescimento eleitoral reforça o conservadorismo e reformismo e ambos se reforçam reciprocamente, pois um crescimento reforça o outro e as concepções burocráticas e a burocracia partidária são reforçadas da mesma forma.

“A luta pelo socialismo resulta inevitavelmente no aburguesamento do movimento socialista – esse é o ponto essencial da clássica análise de Robert Michels. A luta requer organização; demanda um aparelho permanente, uma burocracia assalariada; exige que o movimento se dedique a atividades econômicas próprias. Com isso, os militantes socialistas forçosamente tornam-se burocratas, editores de jornais, administradores de companhias de seguro, gerentes de casas funerárias, e até mesmo Parteibudiger – gerentes de bar do partido. Todas essas ocupações são características da pequena burguesia” (Przeworski, 1989, p. 27).

Obviamente que essa tendência à burocratização não é derivada da luta pelo socialismo quando se pensa no caso de um verdadeiro movimento revolucionário (caso do anarquismo, conselhismo, etc.), mas apenas no caso dos partidos socialdemocratas e derivados e semelhantes. As organizações revolucionárias são não-burocráticas e por isso, inclusive, que não crescem de forma a se constringer a formar uma burocracia interna e quando seu crescimento é além do comum, se utiliza formas organizativas diferenciadas (federações, articulações, uniões, etc.) e não hierárquicas.

O crescimento eleitoral da socialdemocracia destrói os sonhos, ilusões e crenças de que ela ainda teria a possibilidade de assumir uma posição revolucionária, o que já era impossível desde o início do século 20, devido seu grau de crescimento e burocratização (e das ideologias e outros aspectos derivados disso), mas ainda restava a crença que foi diminuindo até se extinguir com o fortalecimento eleitoral e crescimento partidário da mesma.

“O partido alemão – apontado por Engels como o modelo a ser seguido – cresceu, apesar dos anos de depressão, de 125 mil votos em 1871 para 312 mil em 1881, 1 427 000 em 1890 e 4 250 000 às vésperas da Primeira Guerra

Mundial. De fato, tão logo se permitiu que caducassem as leis anti-socialistas, o SPD tornou-se, em 1890, o maior partido da Alemanha, com 19,7% dos votos. Em 1912, sua porcentagem – 34,8% – era mais que o dobro da relativa ao segundo maior partido. Não é de admirar que, em 1905, Bebel pudesse “explicitar a hipótese, amplamente aceita por seus correligionários socialistas, de que a classe operária continuaria a crescer e que o partido englobaria, um dia, a maioria da população [...]. Vários partidos entraram de modo ainda mais notável na competição por votos. Em 1907, os social-democratas finlandeses conseguiram maioria relativa, 37%, na primeira eleição com sufrágio universal. Os social-democratas austríacos obtiveram 21% quando o direito do voto foi estendido a todos os indivíduos do sexo masculino, em 1907; em 1911, sua porcentagem chegou a 25,4%, e em 1919 conquistaram a maioria relativa – 40,8%. O belga *Parti Ouvrier* conseguiu 13,2 de votos ao ser abolido o *régime censitaire* em 1894, e continuou a crescer aos saltos, chegando em 1925 à maioria relativa de 39,4%, sucesso que “estimulou-os a supor que a contínua industrialização produziria um eleitorado crescentemente composto de operários socialistas”. Mesmo nos países onde os primeiros passos não atingiram proporções tão eloquentes, o progresso eleitoral parecia inevitável. Na religiosamente politizada Holanda, o socialismo marchou a passos largos, passando de 3% de votos em 1896 para 9,5%, 11,2%, 13,9% e, em 1913, 18,5%. O partido dinamarquês obteve 4,9% em 1884, a primeira eleição que disputou; em 1889, conseguiu apenas 3,5%; a partir daí, o partido jamais deixou de aumentar sua porcentagem de votos até 1935, quando chegou a 46,1%. Novamente, “houve uma expectativa geral de que, sendo o único partido a representar o movimento operário, chegaria ao poder por intermédio da maioria absoluta do eleitorado”. O partido sueco teve um início humilde, apresentando candidatos em chapa conjunta com os liberais; alcançou 3,5% em 1902, 9,5% em 1905, 14,6% em 1908, deu um salto para 28,5% e 1911, com a extensão do direito de voto, aumentou sua participação para 30,1% e 36,4% nas duas eleições sucessivas de 1914 e, juntamente com sua ala radical, obteve a maioria relativa de votos – 39,1% – em 1917. O Partido Trabalhista norueguês cresceu cerca de 5% a cada eleição a partir de 1897, quando obteve 0,6% de votos, até 1915, quando sua porcentagem atingiu 32,1%” (Przeworski, 1989, p. 33).

Assim, os partidos socialdemocratas cresciam cada vez mais a partir principalmente do início do século 20 e eleitoralmente ganhava cada vez mais peso. O crescimento partidário está ligado ao número de militantes e isso tende a gerar um processo de burocratização. O objetivo eleitoral, por sua vez, torna necessária a militância, propaganda, imprensa, especialistas, etc. Isso provoca uma burocratização crescente¹³. Porém, o crescimento eleitoral reforça o crescimento partidário, atraindo os iludidos e os oportunistas, por um lado, ou seja, o crescimento quantitativo e, por outro lado, criando novos cargos e espaços institucionais (no próprio partido, mas principalmente no

¹³ Tais partidos sempre foram burocráticos, no sentido de se organizarem através da relação entre dirigentes e dirigidos. A burocratização a que nos referimos é um processo, almejado e desejado pelas burocracias existentes, de expandir os quadros burocráticos, obviamente dentro da lógica burocrática, ou seja, através da hierarquia, na qual a criação de novos cargos e contratação de mais burocratas, proporciona uma hierarquização crescente.

parlamento e no governo, ou seja, no poder legislativo e executivo, sendo que um eleito emprega auxiliares, principalmente no último caso). É bem comum que os partidos socialdemocratas iniciem sua trajetória com maior radicalismo e proximidade com o proletariado, inclusive a nível de integrantes, apesar de sempre contar com intelectuais e burocratas, bem como possivelmente camponeses, pequeno-burgueses e outros. O seu crescimento partidário e eleitoral logo atrai o que Michels denominou “charlatões e ambiciosos”. Tal como ele coloca:

“Muitos detestam, conscientemente ou não, a autoridade do Estado, porque ela lhes é inacessível. É a velha história da raposa e das uvas muito verdes. O que os empurra é a inveja, a sede insaciável de poder: o ódio e o ciúme dos caçulas pobres das grandes famílias pelos seus irmãos mais ricos e mais afortunados” (Michels, 1982, p. 152)¹⁴.

Logo, o partido socialdemocrata torna-se um meio de ascensão social, uma forma de ganhar a competição social, elemento estrutural da sociabilidade capitalista (Viana, 2008b) que se reproduz em tais organizações partidárias. Esse processo, por sua vez, reproduz a mentalidade burguesa e esta reforça a sociabilidade capitalista através de valores, sentimentos e concepções que apontam para a reprodução da competição, burocratização e mercantilização das relações sociais (Viana, 2008b). Isso pode ser visto no que Michels chamou “metamorfose psicológica dos chefes”, onde, obviamente, o aspecto burocrático (ânsia pelo poder, direção, dominação) é o elemento mais desenvolvido da mentalidade burguesa (Michels, 1982).

E isso atinge aos “chefes” (burocratas) de origem burguesa, proletária, etc. A passagem de uma classe social para outra significa uma mudança de modo de vida e de mentalidade, que, mesmo tendo variações individuais, no caso do partido político, expressa um conservadorismo ascendente (com ou sem contradição e racionalização, para usar termo de origem psicanalítica, dependendo do caso), já que ao aceitar as relações sociais, as ações que devem realizar, novos valores, as novas “amizades” e práticas (acordos, conchavos, alianças) e a mudança de objetivos (da revolução para a vitória eleitoral e conquista do poder estatal ou pelo menos cargos), não aceita meio termos. Os que resistem a isso abandonam o partido, seja para formar outro ou para criar outras formas organizacionais

¹⁴ Isso foi discutido em nível psicanalítico por Erich Fromm (1986), ao distinguir o caráter rebelde e o caráter revolucionário.

ou, ainda, abandonar a prática política. Claro que alguns abandonam o partido por descontentamento em não estar no cume da hierarquia burocrática e assim buscam criar novos partidos e levam com eles uma legião de iludidos, que, muitas vezes, se tornam desiludidos em pouco tempo e quanto mais o novo partido cresce.

Nesse processo, se cria uma ampla e forte burocracia partidária, que, por sua vez, se une com uma também poderosa burocracia sindical e elas se reforçam mutuamente. Surgem, assim, duas novas frações da classe burocrática¹⁵, uma classe auxiliar da burguesia, que vive querendo se autonomizar e assumir o poder estatal, seja pela via eleitoral, como a burocracia moderada (socialdemocracia), seja pela via insurrecional, como a burocracia radicalizada (bolchevismo).

A participação de Pannekoek na socialdemocracia se dá neste contexto. Obviamente que ele fez parte de sua ala dissidente e que somente em raros casos havia posições distintas da socialdemocrata na época (fora do marxismo havia apenas o caso do anarquismo e dentro dele, havia casos individuais, como o já citado Makhaisky). Sem dúvida, suas concepções divergiam da socialdemocracia em diversos aspectos, tal como sua valorização das ações de massas, apoio ao movimento grevista, tese da necessidade da destruição do estado, entre outras, que entrava em flagrante oposição com a ala dominante da socialdemocracia. A sua participação crítica na socialdemocracia, por sua mentalidade e posições, levariam, fatalmente, ao rompimento. As mudanças sociais e o crescimento da socialdemocracia tornaram inevitável a ruptura. E essa época marca uma nova fase do pensamento de Pannekoek.

Da Socialdemocracia ao socialismo radical

A evolução da socialdemocracia (crescente conservadorismo e burocratização) acabou constringendo os dissidentes e radicais a abandonar o partido, o que se fortalece a partir de 1914 e o processo de apoio à guerra e nacionalismo que passa a ser defendido pelos partidos socialdemocratas. Nesse contexto, diversos indivíduos, grupos, tendências, geraram novos partidos ou permaneceram relativamente autônomos e independentes diante

¹⁵ Existe uma ampla bibliografia sobre a burocracia como classe social, sob distintas perspectivas (inclusive no interior do marxismo) e com diferentes denominações, e não poderemos apresentar aqui. Para um breve histórico da teoria da burocracia como classe social e apresentação da concepção que defendemos, cf. Viana, 2011d).

deles. Pannekoek, que estava na Alemanha, onde lecionava na escola do partido, volta para a Holanda¹⁶, e, assim, participa das atividades de vários grupos radicais, especialmente os “tribunistas”, que publicam o jornal *A Tribuna* e tinha em Hermann Gorter um dos seus principais representantes teóricos. A Conferência de Zimmerwald aponta para uma articulação dos grupos radicais e Pannekoek e Henriette Roland-Host tornam-se responsáveis pela publicação da revista alemã *Verbote*, que conta com a contribuição de socialistas radicais de vários países, incluindo Lênin. É nessa época que surge a Liga Spartacus, de Rosa Luxemburgo, Karl Liebknecht, Franz Mehring e outros, a Esquerda de Bremen, e o grupo Comunista Internacionalista, na Alemanha. A união de diversos grupos proporciona a emergência de novos partidos. No caso alemão, o SPD (Partido Socialdemocrata Alemão) gera o USPD (Partido Socialdemocrata Alemão Independente) e, posteriormente, o KPD (Partido Comunista Alemão) e da cisão nesse surgirá o KAPD (Partido Comunista Operário da Alemanha), embora este último apareça a partir do fim do socialismo radical. A formação do KPD é um momento importante para entender o radicalismo surgido da ruptura com a socialdemocracia (Almeida, 1982), pois aglutina várias tendências e grupos (Liga Spartacus, Esquerda de Bremen, Comunistas Internacionalistas, entre outros menores) e expressa o socialismo radical. Num determinado momento, ocorre uma ruptura: os radicais e os esquerdistas.

É neste contexto que Pannekoek irá produzir suas obras no interior do socialismo radical, novamente como dissidente interno. Ele realizava, principalmente, uma crítica ao bolchevismo, a versão russa do socialismo radical, que, no entanto, propunha uma volta ao terreno da socialdemocracia antes da Primeira Guerra Mundial. Ele faz observações críticas sobre a Revolução Russa, apesar de apoiá-la, e em *O Novo Blanquismo* critica a tática leninista. A sua posição diante do bolchevismo vai ficando cada vez mais crítica. Após Lênin publicar *O Esquerdismo, A Doença Infantil do Comunismo* (Lênin, 1989), na qual dedica a maior parte à esquerda alemã, apresentando uma crítica a textos de Pannekoek e Gorter, assinados com pseudônimos, a ruptura se torna aberta. Hermann Gorter publica

¹⁶ Uma biografia de Pannekoek pode ser vista em: Mendonça, 2011.

Carta Aberta ao Companheiro Lênin, uma resposta direta ao livro deste¹⁷ e, posteriormente, Pannekoek publica sua principal obra deste período, *Revolução Mundial e Tática Comunista*.

Nessa obra, Pannekoek retoma a questão da revolução russa e critica o socialismo radical. Isso ocorreu, obviamente, no contexto de ruptura entre radicais e esquerdistas. A socialdemocracia, que continua existindo e, de certa forma, mantendo a hegemonia, propunha ação parlamentar e sindical, e o socialismo radical propunha ação de massas (Rosa Luxemburgo, Pannekoek) ou insurreição armada (Lênin), embora, neste último caso, não abandonando a tática socialdemocrata parlamentar e sindical. No caso alemão, o USPD, a socialdemocracia independente, tornou-se meramente reformista como seu antecessor e gerador, o SPD, e o KPD, que representava, então, o socialismo radical, acabou sendo dominado pelo bolchevismo após a morte de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, e o espartaquismo foi substituído pelo oportunismo de Pau Levi, que ainda mantinha o nome do grupo mas o reaproximava da socialdemocracia, e pelo bolchevismo, uma forma distinta de socialismo radical¹⁸.

O Comunismo de Conselhos

Assim, o socialismo radical acaba sendo cada vez mais hegemonizado pelo bolchevismo, que após a Revolução Bolchevique, se torna uma grande influência e busca, através da Terceira Internacional, dos escritos de Lênin (especialmente *O Esquerdismo*), tornar-se modelo a ser seguido e fazer do partido bolchevique dirigente internacional. O nome comunismo, retomado de Marx, substitui o nome socialdemocracia e os novos partidos passam a se chamar comunistas. É neste contexto que ocorre a ruptura:

“A tensão entre a corrente radical e as tendências extremistas se acentuou. Para dizer a verdade, a corrente radical não superava o círculo dos dirigentes do partido, a “Central” berlinense e alguns comitês das províncias.

¹⁷ Há uma edição portuguesa (Gorter, 1981), embora falte uma parte, algumas páginas sobre o oportunismo da Terceira Internacional. Uma versão completa pode ser encontrada em uma edição espanhola (Gorter e Lênin, 1971).

¹⁸ No período inicial do KPD, a hegemonia interna era da tendência de Otto Rühle, um dos principais representantes do futuro comunismo de conselhos e que, nessa época, representava a tendência dos “comunistas internacionalistas”, mas a direção do partido estava com Rosa Luxemburgo e a Liga Spartacus, que, apesar das polêmicas entre ambos os grupos, tinha a confiança do outro grupo que lhe cedia o que não queria, a direção. Posteriormente, a Liga Spartacus ganha influência e força, e o grupo de Rühle (e outros) perdem espaço para as tendências socialdemocratizantes e pró-bolchevique.

Uma camarilha, porém sustentada pela III Internacional, que só aspirava a uma coisa: a fusão com os socialistas independentes. Estes, efetivamente, se encontravam no cruzamento dos caminhos. Por um lado, não havia nada fundamental que os separasse da tática clássica, dos majoritários, porém, por outro lado, a maior parte deles estava convencida de que a cooperação com os partidos burgueses reduzia a quase nada as perspectivas de reformas eficazes. Além disso, os independentes, tanto como o comitê central do KPD e a direção da Internacional, não admitiam a ação direta – que eles chamavam de putschista – suscetível de atemorizar os eleitores e de prejudicar, assim, a tática parlamentarista” (Bricianer, 1975, p. 176).

Através de maquinações, esse pequeno grupo burocrático do KPD conseguiu expulsar mais da metade do partido, acusada de ser “esquerdista” (Canne Meijer, 1976; Authier, 1975). Da ruptura, emerge um novo partido, o KAPD, Partido Comunista Operário da Alemanha, que em seu início contou com Gorter, Rühle, Pannekoek e outros. Este, no entanto, devido às divergências com a socialdemocracia e bolchevismo, por um lado, e recusa de sindicatos e partidos, por outro, se dizia como não sendo “um partido político propriamente dito”. A revolução alemã, iniciada em 1918 e que vai até 1921, com a instauração de várias repúblicas de conselhos operários em diferentes regiões da Alemanha, em períodos diferentes, o que prejudicava a luta geral, pois quando avançava num lugar, era derrotado em outro, foi a determinação fundamental desse processo de ruptura.

Porém, além do impacto dos soviets (conselhos operários) na Rússia, a sua emergência na Alemanha e formação de repúblicas de conselhos (sem falar em outros países, mas com menos radicalidade do que nestes dois), se produziu uma teoria dos conselhos operários, expressa por aqueles que são chamados “comunistas conselhistas”, que se opuseram aos “comunistas de partido” (bolchevismo) e que contava com inúmeros integrantes nessa época, e os que ficaram mais conhecidos, foram os que deixaram escritos sobre esta época histórica: Otto Rühle, Hermann Gorter, Helmutt Wagner, Paul Mattick (embora este mais jovem na época), entre outros, e, entre eles, Anton Pannekoek. Posteriormente, novos grupos inspirados no comunismo de conselhos irão surgir na Holanda e outros países, e Karl Korsch se tornará um dos representantes de tal tendência. Os que não morreram, como Gorter, falecido em 1927 e Rühle, falecido em 1947,

continuaram produzindo intelectualmente e ajudaram a ampliar as contribuições teóricas do comunismo de conselhos, tal como Paul Mattick, Karl Korsch e Anton Pannekoek¹⁹.

O comunismo de conselhos apresentará uma crítica radical aos partidos e sindicatos. Pannekoek será um dos representantes desta tendência que mais irá discutir estas questões. É a partir desse período que os textos presentes nesta coletânea foram selecionados. A experiência histórica demonstrou, cabalmente, o papel dos partidos e sindicatos. Os partidos socialdemocratas e assemelhados, nunca ultrapassaram o nível do reformismo e do conservadorismo. E quando explodiam ações espontâneas e radicais do proletariado, sempre foram chamados para “apagar o fogo”, tal como ocorreu com a Revolução Alemã de 1918, na qual SPD e USPD foram chamados para compor o governo e combateram a esquerda sem nenhum pudor, e isso data do assassinato de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, entre outros. No resto da Europa e do mundo nunca foi diferente. Os partidos socialdemocratas se tornam grandes máquinas eleitorais e conservadoras. Mesmo em seu período de nascimento, quando ainda são pequenos, os burocratas partidários e seus aliados mais próximos (burocratas sindicais, intelectuais, etc.) fazem um discurso um pouco mais radical, mas já mostrando seu caráter socialdemocrata, o que é disfarçado graças às tendências mais à esquerda existentes no seu interior, que vão ou se integrando ou sendo expulsas ou, ainda, saindo por contra própria.

A crítica da socialdemocracia por parte de Pannekoek partiu desde sua experiência no seu interior e sua evolução histórica, mas também pelo processo de reflexão destas experiências e da forma organizativa socialdemocrata. Se, num primeiro momento, a análise de Pannekoek apontava que os partidos socialdemocratas tinham desvios,

¹⁹ Um debate entre Gorter e Rühle demarcou duas posições distintas durante a revolução alemã: Gorter defendia a necessidade do KAPD e Rühle defendia sua abolição e participação das uniões operárias que aglutinavam os conselhos operários. As duas posições se mantiveram até a resolução prática que foi a derrota das lutas operárias e consequente enfraquecimento do KAPD e das uniões operárias, até a extinção de ambas as organizações. O que foi gerado depois foram pequenos grupos políticos conselhistas, principalmente na Holanda e Alemanha. Porém, muitos confundem o KAPD com um partido político no sentido atual do termo, o que não é verdade. A discussão entre Gorter e Rühle era sobre a necessidade de existir uma “organização unitária”, apenas dos trabalhadores, ou uma “dupla organização”, a dos trabalhadores (conselhos operários, uniões operárias) e uma outra política, a dos revolucionários. Por conseguinte, Gorter não defendeu a existência de partido, a não ser num sentido muito amplo da palavra, o que voltaremos a discutir adiante.

principalmente devido influências pequeno-burguesas, agora são vistos como obstáculos para a emancipação proletária devido sua própria forma organizativa, burocrática.

Por outro lado, um tipo de partido diferente, o Partido Bolchevique, conseguiu atrair uma grande parte dos descontentes da socialdemocracia, principalmente após a Revolução Bolchevique. A revolução russa de fevereiro foi resultado da luta espontânea do proletariado, e a emergência dos conselhos operários (soviets) mostrou sua força. Porém, isso provocou mudança de governo, mas não abolição do poder estatal. Nesse contexto, emergiu uma *guerra civil aberta* ou dualidade política²⁰ e aumento da força proletária, tanto por parte dos conselhos operários quanto por outras formas de auto-organização complementares ou similares.

As organizações proletárias que emergem no bojo da Revolução Alemã, os conselhos operários e uniões operárias, marcavam uma nova fase da luta proletária que terá um profundo impacto no pensamento de Anton Pannekoek (e outros militantes da época). As lutas proletárias marcaram a emergência de uma forma de auto-organização que tinha a capacidade de organizar o processo de produção e as relações sociais territoriais, os conselhos de fábrica, que, articulados constituem os conselhos operários e estes, por sua vez, fundavam as uniões operárias, base das repúblicas de conselhos que surgiram na Alemanha. Neste contexto, ficou mais claro o papel dos sindicatos e partidos que, claramente, buscavam combater ou dirigir tais formas de auto-organização. O Partido Socialdemocrata Alemão e os independentes tiveram um papel fundamental na luta por impedir a radicalização do movimento operário, e a instauração da República de Weimar significou a última chance da burguesia alemã salvar seu capitalismo, com apoio dos socialdemocratas, sindicatos e do Partido Comunista Alemão, após a morte de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht.

Outro processo histórico importante para a elaboração da concepção de Pannekoek foi a Revolução Russa de 1917. A emergência dos soviets proporcionou um entusiasmo

²⁰ Guerra civil aberta é um termo usado por Marx (Marx e Engels, 1988) para expressar o momento em que a luta de classes se radicaliza e a guerra civil oculta se torna aberta, que é quando o proletariado entra em cena como classe revolucionária, corroendo o poder burguês, ou seja, de um lado o proletariado radicaliza, cria suas formas de auto-organização (como os conselhos operários) e por outro subsiste o poder estatal burguês, e, nesse momento, ou uma ou outra forma de organização, a proletária ou a burguesa, vencem a luta decretando a revolução ou a contrarrevolução.

geral, já que a luta proletária espontânea e autônoma adquiria uma nova fase e forma organizacional. O período que vai de fevereiro até outubro, quando os bolcheviques tomam o poder estatal, é marcado pela força do proletariado nas unidades de produção e determinadas regiões. A tomada do poder estatal pelo Partido Bolchevique significou uma contrarrevolução burocrática. O bolchevismo, desde sua emergência, era uma organização burocrática e disciplinar, e Lênin foi o seu grande ideólogo.

Desde sua obra clássica, *Que Fazer?* na qual teoriza a incapacidade de autolibertação proletária e coloca a necessidade de um partido de vanguarda para dirigi-la e produzir sua consciência revolucionária (Lênin, 1988)²¹, passando por diversas outras onde tematiza a disciplina, o ataque aos grupos dissidentes, internos ou externos ao partido, já era uma prefiguração do que ocorreria uma vez no poder estatal. Ao contrário do que muitos colocam, não existiu nenhuma diferença radical entre Lênin antes e depois do poder, as práticas e concepções eram semelhantes, o que havia de diferença eram slogans e palavras de ordem para conquistar o apoio das massas (alguns extremamente famosos como “todo o poder aos soviets” e “pão, paz e terra”) e concessões democratizantes falsamente libertárias para conquistar este apoio popular e combater adversários políticos, como em *O Estado e a Revolução* (Lênin, 1987b; Viana, 2011d), durante o momento em que buscava reunir forças para chegar ao poder estatal.

Existe uma ampla documentação e bibliografia sobre a prática, decretos e discursos de Lênin no poder, que mostram todo o seu burocratismo, a sua mentalidade

²¹ A bastante conhecida tese de que o proletariado jogado a si mesmo chega ao máximo a uma consciência sindical, reformista, de lutas econômicas, enquanto que a consciência socialista brota nos cérebros dos intelectuais burgueses e pequeno-burgueses que tem acesso a ciência e se organizam no partido, é de Kautsky. Lênin apenas retoma essa ideologia e acrescenta alguns aspectos, entre elas a do centralismo democrático e revolucionários profissionais (Lênin, 1988). Essa ideologia justifica e legitima a dominação burocrática interna dentro do partido e deste sobre a classe operária, sendo, pois, uma ideologia da burocracia. Essa concepção leninista de partido irá encontrar oposição dos mencheviques e do jovem Trotsky, que irá elaborar a tese do substitucionismo, na qual o partido substitui a classe, a direção do partido substitui este, o comitê central substitui a direção e por último um ditador único substitui o comitê central (Trotsky, 1975). O próprio Trotsky, posteriormente, reproduzirá esta ideologia, pois seus laços com a revolução bolchevique e o leninismo, inclusive com o stalinismo – que não teria existido sem sua participação e de Lênin no sentido de burocratizar o processo revolucionário e retirar a autogestão das lutas e unidades de produção da classe operária e jogar na burocracia estatal a direção geral da sociedade russa, foi um dos principais arquitetos da contrarrevolução burocrática com seu exército vermelho e ideias como as da militarização dos sindicatos, etc. Assim, stalinismo e trotskismo são irmãos gêmeos e filhos do leninismo e netos do kautskismo, que possuem suas divergências por expressarem frações e tendências distintas no interior da burocracia como classe social.

burocrática e dirigista que saiu do casulo do partido e atingiu o poder estatal e, assim, da burocracia partidária emerge a burocracia estatal, a forma difere, mas a essência é a mesma²². A dissidência interna do partido foi proibida e a externa perseguida (Viana, 2007), os marinheiros de Kronstadt são massacrados (Arvon, 1981), os camponeses ucranianos são vítimas de armadilha do exército vermelho (Machnó, 1988). Porém, como na *Revolução dos Bichos* de George Orwell (2003), Lênin desconsidera as poucas concessões de *O Estado e a Revolução* e, tal como fizeram os porcos desta ficção, Napoleão e Bola de Neve, ele altera os princípios anteriormente estabelecidos e onde estava escrito “todos devem receber salários de operários”, leia-se, doravante, “os técnicos e especialistas devem ganhar salários mais altos”; onde estava dito “todo o poder aos soviets”, leia-se, “todo o poder ao partido e ao estado ditatorial”. A lista de Lênin, no entanto, é cem vezes maior do que a de Napoleão, o porco burocrata.

Assim, é possível ler nas obras de Lênin, totalmente ao contrário do que dizia Marx²³, que no socialismo o dinheiro se torna a “nata” da sociedade (Lênin, 1980), que o taylorismo, forma capitalista de organização do trabalho, deve ser implantado, que os técnicos e especialistas devem receber salários mais altos, que deve haver direção única nas fábricas. O processo de esvaziamento foi a estratégia leninista para combater os conselhos operários (Brinton, 1975). Assim, se os dissidentes ainda apelavam para o partido e para que este reconhecesse a autoatividade das massas (Kollontai, 1977; Viana, 2007) não faziam mais que demonstrar que não entenderam que se tratava de uma luta de classes entre burocracia e proletariado ao invés de disputa de facções e que apelos aos líderes burocratas Lênin e Trotsky nada representavam. Isso tudo, inclusive, foi derivado da concepção vanguardista de Lênin e sua concepção insurrecionalista de revolução, gerando nada mais

²² É possível encontrar parte dessa documentação sintetizada em algumas obras, como as de Brinton (1975), Kollontai (1977), Rodrigues e De Fiore (1978), entre outras. Mas também é possível encontrar grande parte desse material nas próprias obras de Lênin, tais como algumas coletâneas que abordam o período em que assumiu a direção do governo bolchevique (Lênin, 1988).

²³ Dois autores tiveram o trabalho de comparar textos de Marx e Lênin sobre socialismo para mostrar o total antagonismo entre eles: Berger (1977) e Paresh Chattopadhyay (2011). Marx, baseando-se na Comuna de Paris (Marx, 2011), defendeu a ideia do “salário igual aos dos operários para todos”, porém, na *Crítica ao Programa de Gotha* (Marx, 1974), avançava ao propor o fim do salariato e do dinheiro. Lênin, em *O Estado e a Revolução*, apesar de conhecer e citar esta última obra de Marx, mantém a versão dos salários iguais, abstraindo o contexto da Comuna de Paris e seu caráter de revolução proletária inacabada (Viana, 2011b)

do que um golpe de Estado, como bem identificou Makhaisky (1982) na época e outros reconheceram depois²⁴.

Porém, uma coisa é o que acontecia na Rússia concretamente, outra coisa era a imagem disso na Europa e nos resto do mundo. A revolução russa era saudada como revolução proletária e como instituição do socialismo, enquanto que Lênin era tido como o grande arquiteto dessa proeza histórica. Os soviets eram tidos como a base do regime instaurado na Rússia e o bolchevismo como um partido que dirigia a transformação socialista deste país. As poucas informações, vindas dos antagonistas e dos partidários, eram um obstáculo para uma melhor compreensão. A simpatia pelo acontecimento fazia com que os adeptos do socialismo, de todas as tendências (anarquismo, bolchevismo, socialismo radical, etc.) acolhessem com entusiasmo a revolução bolchevique e a crença que as informações vindas dos seus representantes eram verdadeiras. Poucos questionaram a Revolução Bolchevique, tal como Rosa Luxemburgo (Luxemburg, 1991) e, mesmo os que o fizeram, o faziam moderadamente e ainda falando da admiração pelo bolchevismo.

É por isso que a ruptura com o regime soviético foi sendo feita aos poucos. A crítica de Rosa Luxemburgo não foi publicada a não ser alguns anos depois (foi escrita em 1918 e publicada em 1921). As novas informações que chegavam, as posições dos bolcheviques nas questões internacionais e no interior da Terceira Internacional, os acontecimentos de Kronstadt, entre outros, acabaram desiludindo diversos indivíduos e grupos. Otto Rühle, por exemplo, visitou a Rússia para um Congresso da Terceira Internacional e depois relatou que lá o proletariado era mais explorado que na Alemanha. Assim, as polémicas com o bolchevismo se tornam cada vez mais amplas e as novas informações e práticas foram se avolumando, e com isso a ruptura se tornou inevitável.

Assim, Pannekoek passa a integrar o grupo daqueles que caracterizam a União Soviética como um capitalismo de Estado. Essa tese é desenvolvida na própria Rússia, mas também na Europa. Na Rússia, a teoria do capitalismo de Estado é precedida pelos grupos dissidentes no interior do próprio Partido Bolchevique, que em seus textos de crítica ao regime instalado avisam da ameaça de sua transformação em capitalismo estatal caso siga o

²⁴ “Por que não dizer – como não faltaram pessoas que dissessem – que nunca houve na Rússia nada mais do que o golpe de Estado de um partido que, tendo obtido de um ou de outro modo o apoio do proletariado, tendia apenas a instaurar sua própria ditadura e conseguiu fazê-lo?” (Castoriadis, 1985, p. 234).

caminho apresentado pelos líderes do partido e não incentivem a autoatividade das massas. Esse é o caso dos grupos Oposição Operária, Comunistas de Esquerda e Centralismo Democrático (Viana, 2007). A definição do regime bolchevique como capitalismo de Estado ocorre através dos grupos externos ao Partido Bolchevique, tal como os grupos Verdade Operária, de Bogdanov, e Grupo Operário, de Miasnikov (Viana, 2007).

Na Europa, alguns militantes e grupos realizaram as primeiras teorizações do capitalismo estatal. Na Alemanha e Holanda, os comunistas conselhistas; na Itália, Rodolfo Mondolfo e, mais tarde, Amadeo Bordiga; na Inglaterra, Sylvia Pankhurst e Guy Aldred; assim como inúmeros outros. Depois da Segunda Guerra Mundial, houve uma tentativa de apropriação da teoria do capitalismo de Estado por parte de tendências leninistas, de acordo com seu oportunismo político. Alguns trotskistas mais radicais, tais como Tony Cliff (2011), mas também Chris Harman e Alex Callinicos, passaram a definir a URSS como capitalismo de Estado, mas que só se efetivou a partir da ascensão de Stálin; alguns stalinistas, por sua vez, passaram a considerar que isso realmente ocorreu, mas apenas após a morte de Stálin; e, alguns maoístas, como Charles Bettelheim (1979; 1973), passaram a defender tal tese, entre outros.

Pannekoek adota a tese do capitalismo de Estado, mas falta-lhe rigor e precisão conceitual. Ele coloca, em várias passagens, capitalismo de Estado e, em outras, Socialismo de Estado. No artigo “*Capitalismo de Estado e Ditadura*”, diz que são a mesma coisa e, em *Os Conselhos Operários*, reveza os dois termos como sendo sinônimos. O problema da imprecisão conceitual de Pannekoek será abordado adiante, mas, nesse caso específico, é preciso esclarecer que capitalismo e socialismo são coisas distintas, embora a deformação no uso desta última palavra (o que não deixa de ocorrer também no caso da primeira, mas em menor grau e com menos prejuízo político) acabe apagando parcialmente tal diferença, mas que o uso indistinto das duas para qualificar o regime “soviético” pode trazer mais confusão do que esclarecimento e uma das tarefas daqueles que lutam pela transformação social é justamente, como bem coloca o próprio Pannekoek, a *clarificação*. A confusão conceitual não ajuda na clarificação política. Além disso, a palavra socialismo sendo usado para qualificar tal regime pode ser entendido de forma positiva, e “socialismo de Estado”

pode dar a entender que é possível tal coisa. Em síntese, Pannekoek comete um equívoco formal que tem consequências teóricas e políticas, tal como discutiremos adiante.

Pannekoek não desenvolveu nenhuma análise aprofundada da Rússia ou teoria do capitalismo de Estado. Ele apenas caracterizou e justificou uma definição, mas sem um aprofundamento maior. Outros comunistas conselhistas, especialmente Paul Mattick (2011), desenvolveram mais profundamente tal teoria. De qualquer forma, a caracterização da Rússia como capitalismo de Estado remete a um conjunto de questões que necessitam ser desenvolvidas ou remetidas para outros que realizam tal desenvolvimento, o que Pannekoek não fez. Em síntese, é necessário comprovar o caráter capitalista da Rússia e isso pressupõe uma definição de capitalismo, que já se encontra em Marx – obviamente existem outros, mas para quem se diz marxista essa é a referência – e o capitalismo é definido por esse como um modo de produção fundado na extração de mais-valor. É por isso que existe um amplo debate sobre a existência ou não de mais-valor no regime “soviético”, bem como, para os deformadores do marxismo, se pode ou não existir a “lei do valor” no socialismo²⁵.

Na verdade, na Rússia nunca deixou de existir a produção de mais-valor, pois a revolução proletária ocorrida lá foi inacabada e, portanto, não aboliu totalmente tal produção e a tomada do poder estatal pelos bolcheviques reforçou sua existência, significando uma contrarrevolução burocrática que implantava um capitalismo estatal. A sociedade russa após o bolchevismo se constituiu como um capitalismo de Estado, pois a extração de mais-valor, via trabalho fabril assalariado, foi mantido e ampliado, realizando uma industrialização forçada e rápida. Isso permitiu um rápido desenvolvimento capitalista, fundado num alto grau de exploração do proletariado e do campesinato. Uma questão derivada e de importância menor é a discussão em torno da propriedade privada. A propriedade privada, para Marx, é mera expressão jurídica das relações de produção e, por conseguinte, toda discussão ideológica que uniram os pseudomarxistas da antiga URSS e até mesmo sociólogos e ideólogos dos EUA e Europa Ocidental, desde Berle e Means, passando por Gurvitch, Aron e Dahrendorf, sobre propriedade e controle, revelam uma

²⁵ O que caracteriza o capitalismo, sua essência, não pode existir no comunismo, obviamente, mas isso é defendido explicitamente por Stálin (1985) e por ideólogos da antiga União Soviética.

incompreensão/deformação da teoria de Marx (Viana, 2011b). A questão da propriedade ou do controle da propriedade é algo sem sentido na teoria do capitalismo de Marx. As relações de produção capitalistas são caracterizadas pela produção de mais-valor e é essa que constitui as duas classes fundamentais do capitalismo, a burguesia, classe exploradora e apropriadora do mais-valor, e o proletariado, classe explorada e produtora de mais-valor.

A forma como isso ocorre é outra questão. Assim, a classe capitalista pode fazer isso individualmente ou coletivamente (sociedade por ações, via poder estatal, etc.) e a tendência do capitalismo, devido suas características derivadas (reprodução ampliada do capital, concentração e centralização do capital) é reduzir o número de proprietários e reuni-los em grandes empresas. No caso da Rússia, a apropriação do mais-valor se dá através do Estado e é por isso que é um capitalismo estatal. A classe dominante extrai mais-valor por intermédio do Estado e por isso é uma burguesia estatal que, ao mesmo tempo, exerce a função de controle, tanto das empresas quanto da sociedade como um todo, realizando atividades que, no capitalismo privado, foram separadas e atribuídas à burocracia.

Assim, quando Pannekoek afirma, em algumas passagens, que se trata de uma “nova classe dominante” é um equívoco, a não ser que por isso se entenda novos indivíduos no lugar dos antigos da mesma classe ou, ainda, que é nova forma dessa classe. A burocracia enquanto classe social realizou uma contrarrevolução e tomou o poder estatal e, através deste, passou a exercer o papel da classe capitalista, extrair mais-valor e coordenar a acumulação de capital. Logo, trata-se de uma burguesia originada da burocracia e fundida com ela, pois une as atividades burguesas e burocráticas, que passam a ser exercidas por uma única classe. Assim, a burguesia de Estado é uma fusão da classe capitalista com a classe burocrática. Essa burguesia burocrática não é uma “nova classe dominante” no sentido de que não criou um novo modo de produção e nem é uma novidade radical. Para a burocracia se tornar uma nova classe dominante, teria que abolir a produção de mais-valor e instaurar uma nova forma de exploração em seu lugar e isso só poderia ocorrer com sua generalização mundial, o que não ocorreu. A ideologia do “socialismo em um só país”, defendida por Stálin, apenas revelava a incapacidade do capitalismo estatal suplantar mundialmente e imediatamente o capitalismo privado e a chamada “Guerra Fria” assumiu a

forma de embate entre as duas grandes potências que são expressões de duas formas de capitalismo. Assim, o que emerge na Rússia a partir do bolchevismo não é uma “nova classe” e sim uma nova forma de burguesia que resulta de sua fusão com a burocracia.

Voltando ao nosso assunto original, temos, neste breve esboço, alguns dos principais elementos que compõem o pensamento de Pannekoek: por um lado, recusa e crítica da socialdemocracia, do parlamento, dos partidos, dos sindicatos, do bolchevismo, do capitalismo de Estado e, por outro, afirmação da necessidade de auto-organização, desenvolvimento da consciência revolucionária, ação direta, greves, conselhos operários. Esse conjunto de elementos faz de Pannekoek um dos pensadores mais importantes entre os que expressaram a perspectiva do proletariado e somando isso com a sua contribuição em outras questões (a questão da consciência, a crítica do materialismo burguês de Lênin, etc.), temos uma das grandes referências para uma análise do capitalismo e, ao mesmo tempo, da revolução proletária e dos conselhos operários.

Nesse contexto, as revoluções proletárias inacabadas na Rússia e Alemanha foram fundamentais para a teoria dos conselhos operários de Pannekoek. Este escreveu inúmeros textos sobre os conselhos, suas possibilidades e seu antagonismo com as organizações burocráticas. Mas sua grande obra foi, sem dúvida, *Os Conselhos Operários*, de 1947. Nesta obra ele sintetiza e aprofunda vários aspectos já abordados anteriormente, acrescentando novos elementos e superando alguns problemas. Essa obra assume uma grande importância na história do marxismo, já que é uma síntese de um conjunto de concepções, práticas e da história do movimento operário em seu período de maior radicalidade simultânea em diversos países durante o século 20.

No entanto, a obra de Pannekoek possui alguns pontos problemáticos. Não se trata aqui de fazer a crítica de alguns aspectos do seu pensamento, mas apenas de alertar e escapar da apologia acrítica que não combina com o espírito libertário, com a perspectiva proletária e com o ideal da *crítica desapiedada do existente*. Claro que, caso não houvesse problemas, seria desnecessário realizar tal discussão, mas, uma vez que se tem consciência de alguns problemas, então é nosso dever revolucionário explicitá-los. Vamos apenas colocar umas breves considerações sobre tais problemas – que, por sinal, não comprometem o valor e vínculo com o proletariado por parte de Pannekoek, mesmo

porque, tais problemas são mais de caráter formal. O conteúdo de sua obra é revolucionário, proletário, libertário e isto não está em dúvida.

O primeiro problema é a imprecisão conceitual que Pannekoek cai em muitas oportunidades e isso cria confusão, não só teórica, mas também política. No que se refere ao processo de produção teórica, Marx inaugurou toda uma produção marcada pela coerência – que, obviamente, nunca é total, pois além da evolução intelectual de um autor, ainda há as dificuldades, obstáculos, etc. que atingem a todos – e por uma riqueza conceitual até hoje ainda não reconhecida em sua totalidade. A teoria é a “expressão da realidade” (Korsch, 1977) através de um universo conceitual articulado que fornece sua explicação (Viana, 2008c). Assim, uma produção teórica expressa uma concepção aprofundada e desenvolvida da realidade, elemento necessário para reconstituir a realidade no pensamento e a precisão conceitual é fundamental por dificultar deformações e incompreensão.

A imprecisão conceitual abre espaço para a deformação do pensamento teórico revolucionário. Já citamos o caso do capitalismo de Estado e, em Pannekoek, existem outros exemplos, mas vamos destacar um outro que é algo que pode ter consequências teóricas e políticas mais graves, que é sua concepção de partido. Essa concepção já foi analisada (Souza, 2011; Mendonça, 2011) e os textos de sua última fase de pensamento expressam, muitas vezes, uma recusa do partido e até da expressão “partido revolucionário”, enquanto que, em outras passagens, pensa partido como “grupos de opinião”. Essa dubiedade, às vezes reforçadas por traduções problemáticas, pode dar margem para se pensar que Pannekoek aceitava a possibilidade de um partido, tal como alguns dizem. Isso pode ser reforçado pela descontextualização da evolução intelectual de Pannekoek e pela retomada de textos da época em que ele pertenceu à socialdemocracia, o que pode gerar a deformação do seu pensamento no sentido de legitimar os partidos políticos existentes ou usar suas ideias para defender a formação de mais um partido político. E até mesmo aqueles que querem se inspirar em seu pensamento podem caminhar no sentido contrário ao dele por apego a ideias ou afirmações que carecem de maior profundidade e precisão (bem como leituras rigorosas e, por conseguinte, contextualizadas).

No fundo, Pannekoek não elaborou uma teoria dos partidos políticos e das organizações revolucionárias²⁶ e usou de forma ambígua o termo partido, o que abre espaço para confusão e deformação. Para elaborar uma teoria dos partidos políticos seria necessária uma conceituação de partido de forma aprofundada, uma análise de cada elemento componente do conceito e seus vínculos com outros conceitos que expressam aspectos da realidade fundamentais para sua explicação (Estado, burocracia, classes sociais, ideologia, etc.)²⁷. Basta ver o que foi feito com a obra de Marx (inclusive o seu uso da palavra partido, num contexto histórico de inexistência de partidos no sentido atual da palavra e com significado radicalmente diferente, no *Manifesto do “Partido” Comunista*, obra posteriormente deformada), para reconhecer a importância da precisão conceitual. Esta faz parte da luta cultural e da luta de classes, não é mero preciosismo e sim parte da luta que influencia a mesma.

Outro problema na obra de Pannekoek, ligado a este, é sua discussão insuficiente a respeito das classes sociais. Sem dúvida, isso em parte é desnecessário, já que sendo marxista, usa a teoria das classes sociais de Marx. Porém, há incongruências entre sua abordagem e a de Marx. O seu uso do termo “classes médias” é um problema, pois não só recorda as ideologias da estratificação social da sociologia norte-americana, como cria uma confusão no entendimento das mesmas. Pannekoek não aprofundou a questão das classes e nem percebeu ou estudou sua complexidade em Marx. Por isso não pode perceber que, se Marx usou a expressão “classes médias”, isso não fazia parte de sua teoria das classes sociais e sim um uso de uma expressão que dava conta de algo ainda não teorizado e que

²⁶ Sobre as organizações revolucionárias, Pannekoek não realizou uma abordagem coerente e abrangente. Às vezes se posicionou como não sendo necessárias, outras vezes como necessárias, mas apenas como grupos de opinião e propaganda. Isso, por um lado, é correto, pois evita a vanguarda e o dirigismo, mas, por outro, é equivocado, já que deixa terreno livre para os vanguardistas e limita a ação revolucionária. Obviamente que as organizações revolucionárias devem abandonar o dirigismo, mas nem por isso devem se limitar tão-somente à propaganda e discussão.

²⁷ Em outra oportunidade, esboçamos um conceito de partido político (Viana, 2003). Esse conceito deixa bem claro que todos os partidos políticos são organizações burocráticas e, portanto, conservadoras e que não servem para o processo revolucionário mas tão-somente para o processo contrarrevolucionário. Obviamente que os indivíduos revolucionários podem se unir e organizar, mas devem fazê-lo em organizações não-burocráticas, ou seja, não em partidos políticos e sim em grupos políticos, que remete a outra conceituação. É interesse do bolchevismo realizar tal confusão entre partido político – organização burocrática, tal como os ditos partidos comunistas e socialdemocratas – e grupos políticos, organizações não burocráticas, pois assim legitima o primeiro e a si mesmo.

merecia aprofundamento, além de ser de uso comum por outros autores. Em síntese, era um elemento “conjuntural” em seu pensamento e não “estrutural”²⁸.

Da mesma forma, apesar de discutir e em muitas oportunidades colocar a burocracia como classe social, não apresenta uma definição ou discussão sobre esta classe, não só no caso do capitalismo estatal russo, mas no caso do capitalismo privado quando discute a burocracia partidária e sindical. A ausência da percepção da classe burocrática produz equívocos políticos e teóricos, pois entender o papel desta classe nas revoluções proletárias e nas lutas políticas cotidianas, sendo uma classe auxiliar da burguesia que, em seus setores mais radicais – que atraí proletários, jovens e indivíduos bem intencionados e radicalizados – apontam para uma concepção de revolução que, no entanto, é não proletária e sim burocrática, na qual o partido é dirigente e o objetivo é a conquista do poder estatal pelo mesmo.

Porém, apesar dessas imprecisões conceituais – e outros usos de determinados termos poderia ser acrescentado, tal como “massas”, “poder”, “democracia”, etc. –, a apropriação burguesa ou burocrática do pensamento de Pannekoek é bem mais difícil do que de outros marxistas, pois sua radicalidade expressa no conteúdo é um obstáculo difícil de ser removido, embora não impossível e que seria quase impossível com um maior aprofundamento e precisão conceitual. Isto não retira seus méritos, apenas serve de alerta para não repetirmos os equívocos do passado e também não evitarmos a leitura rigorosa e crítica, já que a falta dessa é caminho para equívocos conceituais e políticos. O melhor caminho é a proposta de marxismo não-dogmático, crítico e revolucionário, tal como proposto por Karl Korsch (1977)²⁹. Aliás, esse foi o caminho trilhado pelo próprio

²⁸ Sobre aspectos conjunturais e estruturais de um discurso, cf.: Viana, 2009.

²⁹ Todo leitor crítico deve levar em consideração as possíveis idiosincrasias e falhas individuais, além do contexto histórico, e, para aqueles que concordam com o autor, devem estar atento as mudanças históricas e possíveis avanços teóricos que apontam para um horizonte mais amplo do que o de um determinado autor. Claro que tudo isso depende do autor (e do leitor), e pode nem sequer existir ou então variar em grau de autor para autor. No caso de Pannekoek, a questão da importância da linguagem não foi devidamente levada em conta, mas outros pequenos problemas podem ser encontrados, apesar dos seus acertos no princípio geral. Um deles, que não podemos destacar pormenorizadamente, é o caráter repetitivo de seus textos (tal como se poderá notar na presente coletânea), o que é parcialmente justificado devido ao fato de que escrevia, muitas vezes, para públicos e publicações distintas. Porém, ao invés disso, teria sido mais útil se tivesse desenvolvido e aprofundado algumas teses e análises, tal como da revolução russa, do capitalismo de Estado, da revolução alemã, da formação dos conselhos operários, do marxismo, do bolchevismo,

Pannekoek e este é outro mérito que ele deixou para os militantes posteriores e que deveria ser uma grande lição para todos nós. Ao invés de seguir seus textos religiosamente, é mais útil seguir os princípios libertários que defendeu.

Para encerrar, é preciso resgatar a importância de Pannekoek para a luta proletária. A sua obra *Conselhos Operários*, por exemplo, é uma das mais importantes do século 20, tanto para o marxismo quanto para o proletariado. Ela revela uma utopia concreta (Maia, 2010) e síntese de lutas que são excelente inspiração para lutas futuras. Ela destaca as formas próprias e específicas de organização proletária (Marques, 2011) em contraposição às organizações burocráticas da sociedade capitalista. Esta obra foi publicada em 1947 e expressa não somente um aprofundamento e ordenação da questão dos conselhos operários, como mostra o caráter da sua produção intelectual, não presa aos modismos e, além disso, indo em contradição em relação à cultura dominante em geral. Devido sua data de publicação, se insere na última fase do pensamento de Pannekoek e no período posterior ao fim da Segunda Guerra Mundial.

Assim, ao contrário de muitos outros, Pannekoek não abandonou a concepção revolucionária após as derrotas do movimento operário que gerou o fascismo, o nazismo e a guerra. Nesse sentido, a teoria de Karl Korsch (1977), segundo a qual a história do marxismo acompanha a história do movimento revolucionário do proletariado, sendo que o avanço ou o recuo deste tem efeitos sobre aquele, é correta e foi isso que aconteceu com o marxismo. O recuo das lutas operárias no capitalismo oligopolista transnacional fez emergirem ideologias conservadoras, pseudocríticas, e marginalizou completamente o marxismo. Até alguns dos mais radicais e revolucionários tombaram nesse conceito. O núcleo teórico do comunismo de conselhos teve muitas baixas, tal como a morte de Hermann Gorter em 1927 e Otto Rühle em 1947, mas outros mantiveram sua posição revolucionária e produziram por mais tempo, mantendo acesa a chama do comunismo de conselhos.

partidos, sindicatos, entre inúmeras outras questões que poderia ter escolhido para realizar produções mais complexas e embasadas teoricamente.

Porém, até o final de sua vida, Pannekoek manteve-se revolucionário e fiel aos seus princípios. Nesse sentido, ele é um marxista resiliente³⁰. Pois enquanto outros abandonaram ou abrandaram o ímpeto revolucionário, ele, junto com alguns outros poucos, manteve-se fiel ao movimento revolucionário do proletariado, mesmo em condições adversas, na qual o capitalismo oligopolista transnacional, através da superexploração internacional, do fordismo e Estado Integracionista, buscou forjar um aumento da renda e consumo e garantir sua estabilidade política no bloco imperialista, o que conseguiu relativamente até meados dos anos 1960. Pannekoek morreu em 1960 e por isso não pode ver a breve retomada do movimento operário no final dessa década, o que promoveu um renovado interesse por sua obra e a dos comunistas conselhistas³¹. O marxismo avança teórica e praticamente, quantitativa e qualitativamente, com a ascensão do movimento revolucionário do proletariado e recua com o refluxo deste. Porém, as conquistas passadas podem ser preservadas por determinados indivíduos, que viveram ou se identificaram com tais lutas passadas, mantendo os seus princípios vivos no presente. Isto é expresso pelo marxismo resiliente de Pannekoek, Mattick, Korsch, que, mesmo após a derrota e mudança de situação, preservaram as lições e o caráter revolucionário das lutas passadas (com suas diferenças, inclusive de grau, é claro). A resiliência revolucionária de Pannekoek se mostrou em sua firmeza e reflexão sobre a experiência passada, mantendo e aprofundando a crítica das organizações burocráticas, da mesma forma que retomando os grandes momentos da luta revolucionária passada que pode ser retomada sob forma diferente no presente.

³⁰ Em física, resiliência significa um material que recupera a sua forma ou posição original depois de sofrer um choque ou deformação, mas no sentido figurativo expressa poder de recuperação, de superação, apesar das adversidades. Geralmente, na época de ascensão das lutas e mesmo um pouco após seu recuo, a produção intelectual sofre um processo de radicalização, o que leva à adesão de diversos intelectuais que não tinham a transformação social como preocupação fundamental, e, com o passar do tempo, retornam a normalidade dos seus interesses acadêmicos e mesquinhos. Apesar disso, colaboram com uma ou outra produção intelectual interessante e que contribui com o avanço da consciência revolucionária. Porém, a sua produção posterior revela que são revolucionários temporários, acompanham as temporadas de ascensão da luta revolucionária e voltam ao conservadorismo cotidiano com a temporada conservadora. No caso dos marxistas resilientes, devido seu compromisso muito mais profundo com a revolução proletária, mantêm posição revolucionária em qualquer “temporada”, mesmo que com o preço da marginalização política, intelectual, entre outras.

³¹ O comunismo de conselhos foi retomado no bojo da ascensão das lutas operárias e estudantis na Itália, Alemanha, França e outros países. Cohn-Bendit (1988), por exemplo, deixa claro sua influência do comunismo de conselhos.

É por isso que Pannekoek conseguiu explicitar alguns aspectos fundamentais da luta proletária revolucionária, expressos nos textos aqui apresentados, tais como a greve selvagem, o comitê de greve, os conselhos operários. A importância da greve no pensamento de Pannekoek é uma retomada de sua importância real, prática, para as lutas proletárias. As greves selvagens são aquelas que ocorrem independente dos sindicatos ou contra eles (e pode até nascer devido sua iniciativa, em casos raros, mas logo se autonomiza e ganha continuidade em contraposição a eles)³².

A ação direta é outro elemento fundamental de sua contribuição, mostrando que o proletariado deve se livrar de suas vanguardas, burocracias, representantes, etc. Da mesma forma, sua análise dos embriões dos conselhos operários, especialmente os comitês de greve, é fundamental, bem como os elementos envolvidos nesse processo (solidariedade, ação direta, etc.). A sua análise dos conselhos operários, no entanto, é sua contribuição fundamental e que todas as outras são derivadas, pois é nessa forma de auto-organização proletária que ele vê a forma da luta revolucionária e da organização social pós-capitalista, órgãos da revolução e da autogestão da sociedade futura. Nesse sentido, a obra de Pannekoek é uma das grandes obras do pensamento humano e, ao lado de outros, merece não só leitura, pesquisa, estudos, divulgação, mas o confronto com a realidade e com as práticas políticas dos militantes e proletários, mostrando praticamente sua importância teórica e política. Ela também mostra que a sua ontogênese reproduz sua filogênese, pois a trajetória teórico-política de Pannekoek reaparece em seus últimos textos, na qual geralmente se passa da crítica das organizações burocráticas para a defesa das formas proletárias de auto-organização.

A sua marginalização nos meios acadêmicos e político-institucionais (partidos, sindicatos, Estado, etc.) mostra não somente seu caráter revolucionário³³ – e por isso pouco palatável por estas esferas da sociedade capitalista – como também que a concepção de Korsch sobre a história do marxismo se mostra correta, a história do marxismo é

³² Nesse sentido, Ratgeb, pseudônimo de Raoul Vaneigen, um dos principais teóricos situacionistas, retoma as análises de Pannekoek, ao conceber o caminho revolucionário desde as greves selvagens até chegar à autogestão generalizada (Ratgeb, 1974), tal como Pannekoek.

³³ “Nada prova de maneira mais prementória o caráter revolucionário das teorias de Marx do que a dificuldade de assegurar a sua manutenção nos períodos não revolucionários” (Mattick, 1977, p. 56).

dependente da história das lutas operárias e das lutas de classes em geral. Por fim, a leitura dos textos aqui reunidos é uma rica fonte de pesquisa e inspiração libertária e revolucionária, e sua publicação – ao lado de outras – apenas anunciam a tendência de uma nova onda revolucionária e contribui com ela, tendo, portanto, um papel teórico-prático.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Ângela. *A República de Weimar e a Ascensão do Nazismo*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- AUTHIER, Denis. *A Esquerda Alemã (1918-1921). “Doença Infantil” ou Revolução?* Porto, Afrontamento, 1975.
- BERGER, Claude. *Marx Frente a Lênin. Asociacion Obrera o Socialismo de Estado*. Madrid, Zero, 1977.
- BETTELHEIM, Charles. *A Luta de Classes na União Soviética*. Vol. 1, 2ª Edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- BETTELHEIM, Charles. *A Luta de Classes na União Soviética*. Vol. 2, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
- BOURDET, Yvon. *Karl Marx y la Autogestion*. In: GERRATANA, Valentino et al. *Consejos Obreros y Democracia Socialista*. México, PYP, 1972.
- BOURDET, Yvon. *Lo Extraordinario y lo Posible*. In: PRONTEAU, Jean et al. *Sociologia y Revolución. Coloquio de Cabris*. México, Grijalbo, 1974.
- BRICIANER, Serge. *Anton Pannekoek y los Consejos Obreros*. Buenos Aires, Schapire, 1975a.
- BRINTON, M. *Os Bolcheviques e o Controle Operário*. Porto, Afrontamento, 1975.
- CANNE MEIJER, H. *O Movimento dos Conselhos Operários na Alemanha. 1918-1921*. Coimbra, Centelha, 1976.
- CASTORIADIS, Cornelius. *O Papel da Ideologia Bolchevique no Nascimento da Burocracia*. In: *A Experiência do Movimento Operário*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CLIFF, Tony. *El Trotskismo Despues de Trotsky*. Disponível em: <http://www.marxists.org/espanol/cliff/1999/trotskismo.htm> acessado em: 10/09/2011.

- COHN-BENDIT, Daniel. *O Grande Bazar. As Revoltas de 1968*. São Paulo, Brasiliense, 1988.
- FROMM, Erich. *O Dogma de Cristo e Outros Ensaio Sobre Religião, Psicologia e Cultura*. 5ª edição, Rio de Janeiro, Zahar, 1986.
- GORTER, Hermann e LÊNIN, W. *Jefes, Partido y Masas*. México, Grijalbo, 1971.
- GORTER, Hermann. *Carta Aberta ao Companheiro Lênin*. In: TRAGTENBERG, Maurício. *Marxismo Heterodoxo*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- GUÉRIN, Daniel. *O Futuro Pertence ao Socialismo Libertário*. Porto Alegre, Proa, 1969.
- GUILLERM, Alain e BOURDET, Yvon. *Autogestão: Mudança Radical*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- KOLLONTAI, Alexandra. *A Oposição Operária – 1920-1921*. 2ª edição, Porto, Afrontamento, 1977.
- KORSCH, Karl. *Marxismo e Filosofia*. Porto, Afrontamento, 1977.
- LÊNIN, W. *As Três Fontes e as Três Partes Constitutivas do Marxismo*. 5ª Edição, São Paulo, Global, 1985.
- LÊNIN, W. *Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo*. 6ª edição, São Paulo, Global, 1989.
- LÊNIN, W. *Estado, Ditadura do Proletariado e Poder Soviético*. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1988.
- LÊNIN, W. *Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*. 4ª edição, São Paulo, Global, 1987a.
- LÊNIN, W. *Las Divergências en lo Movimiento Obrero Europeo*. In: *Obras Completas*. Tomo 20. Moscou, Progresso, 1983.
- LÊNIN, W. *O Estado e a Revolução*. São Paulo, Global, 1987b.
- LÊNIN, W. *Que Fazer?* São Paulo, Hucitec, 1988.
- LÊNIN, Wladimir. *Como Iludir o Povo*. São Paulo, Global, 1980.
- LUXEMBURG, Rosa. *A Revolução Russa*. Petrópolis, Vozes, 1991.
- LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma Social ou Revolução?* São Paulo, Global, 1986.
- MAIA, Lucas. *O Comunismo de Conselhos e a Autogestão Social*. Pará de Minas, Virtualbooks, 2010.

- MAKHAĪSKY, J. W. *A Ciência Socialista, A Nova Religião dos Intelectuais*. In: TRAGTENBERG, Maurício. *Marxismo Heterodoxo*. São Paulo, Brasiliense, 1981a.
- MAKHNO, N. *A “Revolução” contra a Revolução*. São Paulo, Cortez, 1988.
- MARQUES, Edmilson. *A Questão da Organização Proletária em Pannekoek*. In: BRAGA, Lisandro e VIANA, Nildo (orgs.). *Pannekoek e a Questão da Organização*. Rio de Janeiro, Achiamé, 2011.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis, Vozes, 1988.
- MARX, Karl. *A Comuna de Paris*. In: VIANA, Nildo (org.). *Escritos Revolucionários Sobre a Comuna de Paris*. Rio de Janeiro, Rizoma, 2011.
- MARX, Karl. *Crítica ao Programa de Gotha*. Lisboa, Nunes, 1974.
- MASSARI, Roberto. *Teorias de la Autogestion*. Madrid, Zero, 1975.
- MATTICK, P. *Integração Capitalista e Ruptura Operária*. Porto, A Regra do Jogo, 1977.
- MATTICK, Paul. *Marx e Keynes – Os Limites da Economia Mista*. Lisboa, Antígona, 2011.
- MENDONÇA, José Carlos. *Para Além de Partidos e Sindicatos. Teoria da organização política em Anton Pannekoek*. Rio de Janeiro, Achiamé, 2011.
- MICHELS, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília, Edunb, 1982.
- ORWELL, George. *A Revolução dos Bichos*. São Paulo, Globo, 2003.
- PANNEKOEK, Anton. *A Revolução Operária*. Goiânia, GPDS, 2011.
- PANNEKOEK, Anton. *Acción de masas y Revolución*. In: PARVUS e outros. *Debate Sobre la Huelga de Masas*. Primeira Parte. 2ª Edição, México, Ediciones Pasado y Presente, 1978.
- PANNEKOEK, Anton. *El Sindicalismo*. In: MATTICK, P. et. al. *Los Consejos Obreros y la Cuestión Sindical*. Madrid, Castellote, 1977a.
- PANNEKOEK, Anton. *Las Divergencias Tácticas en el Movimiento Obrero*. In: GORTER, H. e PANNEKOEK, A. *El Materialismo Histórico; Las Divergencias Tácticas en el Movimiento Obrero*. SI, Ediciones Espartaco Internacional, 2007.
- PANNEKOEK, Anton. *Los Consejos Obreros*. Madrid, Zero, 1977b.

- PARVUS (HELPHAND, Alexander). *Golpe de Estado y Huelga Política de Masas*. In: PARVUS e outros. *Debate Sobre la Huelga de Masas*. Primeira Parte. 2ª Edição, México, Ediciones Pasado y Presente, 1978.
- PARVUS e outros. *Debate Sobre la Huelga de Masas*. Primeira Parte. 2ª Edição, México, Ediciones Pasado y Presente, 1978.
- POULANTZAS, Nicos. *As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje*. 2ª edição, Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e Social-Democracia*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- RATGEB. *Da Greve Selvagem à Autogestão Generalizada*. Lisboa, Assírio & Alvim, 1974.
- RODRIGUES, Leôncio Martins e DE FIORE, Octaviano. *Lênin: Capitalismo de Estado e Burocracia*. São Paulo, Perspectiva, 1977.
- RUBEL, M. e JANOVER, L. *Marx Anarquista*. Barcelona, Etcétera, 1977.
- RÜHLE, Otto. *Da Revolução Burguesa à Revolução Proletária*. Porto, Publicações Escorpião, 1975.
- SOUZA, Renato. *Anton Pannekoek e os Partidos Políticos*. In: BRAGA, Lisandro e VIANA, Nildo (orgs.). *Pannekoek e a Questão da Organização*. Rio de Janeiro, Achiamé, 2011.
- STÁLIN, Joseph. *Problemas Econômicos do Socialismo na URSS*. São Paulo, Anita Garibaldi, 1985.
- TROTSKY, Leon. *A Revolução de 1905*. São Paulo, Global, 1989.
- TROTSKY, Leon. *Nuestras Tareas Políticas*. México, Juan Pablos Editor, 1975.
- VIANA, N. *A Esquerda Dissidente e a Revolução Russa*. In: MACIEL, D.; MAIA, C. e LEMOS, A. (orgs.). *A Revolução Russa: Processos, Personagens, Influências*. Goiânia, CEPEC, 2007.
- VIANA, Nildo. *A Teoria das classes sociais em Karl Marx*. 2011b (no prelo).
- VIANA, Nildo. *Anton Pannekoek e a Questão Sindical*. In: BRAGA, Lisandro e VIANA, Nildo (orgs.). *Pannekoek e a Questão da Organização*. Rio de Janeiro, Achiamé, 2011c.

- VIANA, Nildo. *Comuna de Paris, Interpretações e Perspectiva de Classe*. História Revista/UFG. Vol. 16, num. 02, 2011a.
- VIANA, Nildo. *Discurso e Poder*. In: *Linguagem, Discurso e Poder – Ensaio sobre Linguagem e Sociedade*. 1. ed. Pará de Minas - MG: Virtualbooks, 2009.
- VIANA, Nildo. *Karl Marx e a Essência Autogestionária da Comuna de Paris*. In: VIANA, Nildo (org.). *Escritos Revolucionários Sobre a Comuna de Paris*. Rio de Janeiro, Rizoma, 2011b.
- VIANA, Nildo. *Manifesto Autogestionário*. Rio de Janeiro, Achiamé, 2008a.
- VIANA, Nildo. *O Capitalismo na Era da Acumulação Integral*. São Paulo, Ideias e Letras, 2009.
- VIANA, Nildo. *O Que é marxismo?* Rio de Janeiro, Elo, 2008c.
- VIANA, Nildo. *O Que São Partidos Políticos?* Goiânia, Edições Germinal, 2003.
- VIANA, Nildo. *Universo psíquico e reprodução do capital. Ensaio freudo-marxista*. São Paulo, Escuta, 2008b.

PARTIDO E CLASSE OPERÁRIA

Não estamos mais que no início de um novo movimento operário. O antigo movimento se encarnava em partidos e a crença no partido constitui hoje o freio mais poderoso à capacidade de ação da classe operária. Por isso nós não buscamos criar um novo partido, e não porque somos poucos – qualquer partido em sua origem é pequeno – mas porque em nossos dias o partido não pode ser mais que uma organização que tende a dirigir e a dominar o proletariado. A este tipo de organização nós opomos o seguinte princípio: a classe operária não poderá afirmar-se a não ser com a condição de que ela mesma tome o seu destino em suas mãos. Os operários não devem adotar religiosamente as palavras de ordem de um grupo qualquer, nem sequer as nossas, mas pensar por eles mesmos, decidir e atuar autonomamente. Por isto, neste período de transição, consideramos como seus órgãos naturais de clarificação os grupos de trabalho, os círculos de estudos e de discussão, que se formam a partir deles mesmos, criando seu próprio caminho.

Essa forma de ver se encontra em flagrante contradição com as ideias tradicionais sobre o papel do partido como órgão mais importante de esclarecimento do proletariado. Disso resulta que esta choca com uma resistência que dificulta a penetração até mesmo em numerosos meios onde já não querem saber nem do Partido Socialista nem do Partido Comunista. Por um lado, sem dúvida, é em razão do poder que conserva a tradição: quando sempre se viu na luta de classes uma luta entre partidos, é muito difícil considerar o mundo sob o ângulo exclusivo da classe e da luta de classes. Por outro lado, isso ocorre por persistir a ideia de que, apesar de tudo, cabe ao partido o papel em primeiro plano na luta do proletariado por sua emancipação. Esta ideia é a que vamos examinar agora mais detalhadamente.

Trata-se, em resumo, da seguinte distinção: enquanto um partido é um agrupamento que se organiza em torno de ideias, uma classe é um agrupamento que se

organiza em torno de interesses. O pertencimento a uma classe está determinado pelo papel no processo de produção, que implica em interesses específicos. O pertencimento a um partido está ligado a um grupo de pessoas que tem as mesmas opiniões e modos de ver o que diz respeito às grandes questões sociais.

Até recentemente se acreditava, por razões teóricas e práticas, que esta diferença fundamental desapareceria no interior do partido de classe, o “partido operário”. Durante o desenvolvimento da socialdemocracia, se tinha a impressão que este partido iria englobar paulatinamente todos os trabalhadores, parte na qualidade de militantes, parte como simpatizantes. Como a teoria enunciava que interesses idênticos devem engendrar obrigatoriamente ideias e objetivos idênticos, acreditava-se que a distinção entre classe e partido ia apagar-se gradualmente. Porém, não aconteceu nada disso. A socialdemocracia nunca passou de uma minoria, e foi atacada por outros grupos organizados da classe operária. As cisões logo ocorreram, ao mesmo tempo em que seu próprio caráter sofria uma metamorfose e que certos aspectos do seu programa eram revistos ou interpretados num sentido totalmente diferente. A sociedade não se desenvolve de maneira contínua, sem saltos, mas sim através de lutas e antagonismos. Ao mesmo tempo em que a luta operária assume importância, a força do inimigo cresce. A incerteza e a dúvida sobre o caminho a escolher, renascem sem cessar no espírito dos combatentes. E a dúvida é um fato de cisões, querelas intestinas e de enfrentamentos de tendências no seio do movimento operário.

É inútil lamentar estas divisões e estas lutas de frações como uma coisa perniciosa, que não deveria existir e que reduz os trabalhadores à impotência. Tal como foi afirmado várias vezes nestes escritos, a classe operária não é débil porque está dividida, mas ao contrário, está dividida porque é débil. E esta é a razão pela qual o proletariado deve colocar-se em busca de novos caminhos. Essa situação faz com que o inimigo disponha de um grande poder e faz com que os métodos antigos sejam ineficazes. A classe operária não chegará à revolução por arte de magia, mas ao preço de duros esforços, de um trabalho de reflexão no choque de opiniões divergentes, de conflitos de ideias. É seu papel encontrar seu próprio caminho. É nisso que reside precisamente a razão de divergências e lutas internas. Ela é constrangida a renunciar às velhas ideias e ilusões e é juntamente a dificuldade desta tarefa que engendra divisões tão grandes.

Não se deve tampouco ter a ilusão de que este Partido – e estas lutas de ideias, não são naturais além do período de transição, como agora, e que vão desaparecer em seguida, voltando a existir uma unidade maior que a anterior. Certamente, no desenvolvimento da futura luta de classes, às vezes ocorre que todas as forças se confluam em vista a levar a cabo uma grande vitória e a ação assim realizada tenha como resultado a revolução. Porém, neste caso, ou mesmo após cada vitória, as divergências reaparecem imediatamente no que diz respeito à fixação de novos objetivos. Mesmo se a classe operária é vencedora, se encontra então inevitavelmente deparando-se com as tarefas mais árduas: subjugar o inimigo, organizar a produção, criar uma nova ordem. É impossível que todos os trabalhadores, todos os estratos e grupos, cujos interesses distintos, pensem e ajam da mesma maneira e estejam de acordo sobre todos os assuntos, criando uma unanimidade. Justamente por terem que decidir por si mesmos e que por isso haverá divergências fortes, enfrentamentos, e, assim, conseguem clarificar suas ideias.

Contudo, se pessoas que compartilham as mesmas concepções fundamentais se reúnem para debater perspectivas de ação, para chegar a uma clarificação por meio da discussão, com o objetivo de propagandear suas teses, pode-se dar a esses grupos o nome de partidos, caso queiram. Pouco importa o nome, pois eles seriam partidos num sentido radicalmente diferente dos de hoje. A ação prática, a luta concreta, é a tarefa própria das massas trabalhadoras, que, atuando em sua totalidade no seio de seus agrupamentos naturais, isto é, em conselhos de fábrica ou outros semelhantes, pois estes são as unidades práticas do campo de batalha. Seria uma aberração ver militantes de uma tendência declarar greve enquanto os de outra persistem em trabalhar. Neste caso, os militantes de ambas as tendências devem ir expor seus respectivos pontos de vista diante das assembleias de fábricas com o objetivo de permitir ao conjunto dos operários pronunciar-se com conhecimento de causa. Dada à dimensão da luta e o enorme poder do inimigo, para alcançar a vitória é preciso unificar todas as forças que dispõem as massas, não somente a força material e moral, com o objetivo da ação, a unidade e o entusiasmo, mas também a energia espiritual que nasce da lucidez. A importância desses grupos de opinião reside no fato de que eles contribuem para a clarificação através de suas lutas recíprocas, de suas

discussões, de sua propaganda. Através destes órgãos de autoclarificação, a classe operária chega a descobrir, por si mesma, o caminho da liberdade.

Esta é a razão pela qual esses grupos de opinião não têm porque produzir estruturas rígidas e irremovíveis. Diante de toda a mutação de situação ou a toda nova tarefa, os espíritos se separam para reagrupar-se distintamente; outros surgem com outros programas. Visto seu caráter flutuante, estão sempre em condições de adaptar-se novamente.

Os partidos operários atuais têm um caráter absolutamente oposto. O seu objetivo é tomar o poder e exercê-lo em seu único proveito. Longe de contribuir com a emancipação da classe operária, almejam conquistar o poder apresentando isso como se fosse a libertação proletária. A socialdemocracia, cujo desenvolvimento remonta à grande época do parlamento, concebe este poder sob os aspectos de um governo parlamentar. O Partido Comunista desenvolve sua vontade de dominação até suas consequências mais extremas: a ditadura do Partido.

Estes partidos, contrariamente aos grupos de opinião descritos por nós, devem ter formações de estrutura rígidas, cuja coesão está assegurada através de estatutos, medidas disciplinares, procedimentos de admissão e expulsão. Aparatos de dominação, que lutam pelo poder, mantendo os militantes no caminho justo, com a ajuda de elementos de força que dispõem soberanamente, esforçando em se expandir constantemente e crescer sua esfera de influência. Não se entregam à tarefa de educar os trabalhadores para que pensem por si mesmos, mas, ao contrário, visam transformá-los em adeptos fiéis e devotos de suas doutrinas. Enquanto a classe operária tem necessidade de uma liberdade de desenvolvimento ilimitado, de desenvolvimento mental, para aumentar suas forças e chegar até a vitória, o partido busca dirigir, com base na repressão, todas as opiniões em desacordo com sua linha. No interior dos partidos “democráticos”, este resultado se obtém graças a métodos que salvaguardam as aparências de liberdade, nos partidos ditatoriais, por uma repressão brutal aberta.

Numerosos trabalhadores já se dão conta de que a dominação do partido socialista ou do partido comunista não será mais que a hegemonia, sob forma camuflada, de uma classe burguesa, que perpetuará, assim, a exploração e permanece a subjugação da classe

trabalhadora. Porém, segundo eles, seria necessário construir em seu lugar um “partido revolucionário”, que tenderia a realmente instaurar um poder proletário e a sociedade comunista. Não se trata, de modo algum, de partido no sentido definido anteriormente, de um grupo de opinião em que o único princípio é esclarecer, mas trata-se de um partido no sentido atual, de um partido que luta pelo poder e para exercê-lo na qualidade de vanguarda para explorar a classe em nome de sua libertação.

A própria expressão “partido revolucionário” é uma contradição em termos. Um partido desse tipo não pode ser revolucionário. Só pode ser considerado assim se entendermos por revolução uma mera mudança violenta de governo e não seria mais revolucionário do que o III Reich, por exemplo. Quando nós falamos revolução, evidentemente pensamos na revolução proletária, na conquista do poder pela própria classe operária.

O “partido revolucionário” tem como base a ideia segundo a qual a classe operária não poderia prescindir de um grupo de chefes capazes de vencer a burguesia para formar um novo governo – aqui se mostra a convicção de que a classe operária é incapaz de realizar, ela mesma, a revolução. É com base nessas ideias que pensam que os líderes instauraram o comunismo por decreto. Em outras palavras, a classe operária ainda é incapaz de administrar e de organizar, ela mesma, seu trabalho e sua produção.

Esta tese não tem validade, pelo menos nos dias de hoje? Olhando a classe operária atualmente, como uma massa, se manifesta incapaz de fazer a revolução, e por isso não seria necessário que a vanguarda revolucionária, o partido, o faça em seu lugar? E isto não seria válido enquanto as massas suportar o capitalismo sem resistir?

Este modo de ver as coisas, faz pensar imediatamente em outras coisas: que força este partido possui para realizar a revolução? Como fará para vencer a classe capitalista? A resposta só pode ser: a sublevação das massas. Efetivamente, só o ataque em massa, lutas e greves de massas, permitem derrubar a velha dominação. Assim, o “partido revolucionário” não chega a lugar algum sem a intervenção das massas.

Assim, duas coisas podem acontecer. As massas persistem na ação e não abandonam o combate, não abrem mão da luta para deixar o novo partido governar. As massas, então, organizam seu poder nas fábricas e oficinas e se preparam para novas lutas

com o objetivo, desta vez, de derrubar definitivamente a dominação do capital, formando, através dos conselhos operários, uma união sólida e cada vez mais coesa, que seja capaz de assumir o controle de toda a sociedade. Em outras palavras, as massas demonstram que não são tão incapazes para a revolução, como se pretendia. A partir desse momento surge o conflito entre as massas e o novo partido desejoso de ser o único detentor do poder, convencido pela sua doutrina de que o partido é a vanguarda da classe e de que a autoatividade das massas não é mais que desordem e anarquia. É nesse momento que, possivelmente, o movimento da classe operária adquira uma força suficiente para expulsar o partido. Porém, também é possível que o partido, aliado aos elementos burgueses, afaste os trabalhadores. De qualquer forma, tanto em um caso como em outro, o partido se revela um obstáculo para a revolução. Isto por se considerar algo mais que um órgão de propaganda e clarificação, pois atribui a si mesmo o papel específico de dirigir e governar.

As massas podem se adequar à doutrina do partido de esquerda e ceder a direção do processo social, seguindo os slogans que vem de cima, e retomam o caminho do trabalho, persuadidas (como na Alemanha, em 1918) de que o novo governo realizará o socialismo ou o comunismo. Imediatamente a burguesia mobiliza suas forças, cujas raízes de classe não foram totalmente extirpadas: seu crescimento financeiro, seu enorme poder espiritual, sua hegemonia econômica nas fábricas e nas grandes empresas. O partido governante, demasiado débil para fazer frente a esta ofensiva, não pode manter-se no poder a não ser demonstrando moderação, multiplicando as concessões e os retrocessos. Então se declara que é impossível fazer algo melhor no momento, que seria uma loucura, por parte dos operários, querer impor por coação reivindicações utópicas. E, deste modo, o partido, privado da força de uma classe revolucionária de massas, se transforma em agente de conservação do poder burguês.

Afirmamos anteriormente que, do ponto de vista da revolução proletária, um “partido revolucionário” é uma contradição em termos. Poderia ter sido dito de outra maneira: na expressão “partido revolucionário”, o termo revolucionário significa forçosamente revolução burguesa. Efetivamente, toda vez que as massas derrubam um governo e logo confiam o poder a um novo partido, nos encontramos diante de uma revolução burguesa, que substitui uma classe dominante por uma nova classe dominante.

Foi assim em Paris, quando em 1830 a burguesia financeira substituiu os proprietários rurais, quando em 1848 a burguesia industrial substituiu a burguesia financeira, enquanto que em 1870, a burguesia em sua totalidade, tanto a grande quanto a pequena, assumiu o poder. Assim, da mesma forma, foi o que ocorreu durante a revolução russa, quando a burocracia do partido usurpou o poder como classe dominante. Porém, tanto na Europa ocidental quanto nos Estados Unidos, a burguesia é muito mais poderosa e está fortemente ancorada com demasiada solidez nas fábricas e nos bairros para que uma burocracia partidária possa expulsá-la. O único meio de vencê-la consiste, agora e sempre, em fazer uma chamada às massas, para que essas tomem em suas mãos as fábricas e assim construam sua organização de conselhos. No entanto, neste caso, verifica-se, novamente, que a força real reside nas massas que aniquilam a dominação do capital, na medida em que sua própria ação se estende e se faz mais profunda.

Aqueles que sonham com um “partido revolucionário” não aprenderam mais que metade das lições da história. Não ignorando que os partidos operários, o Partido Socialista e o Partido Comunista, se converteram em órgãos de dominação que servem para perpetuar a exploração, somente chegam a esta conclusão: é preciso fazer melhor! Isso significa fechar os olhos sobre o fato de que o fracasso dos diversos partidos é devido a uma causa muito mais geral, a saber: a contradição fundamental existente entre a autoemancipação da classe em sua totalidade e por suas próprias forças e a apropriação da revolução por um simpático novo regime conciliador. Tais partidos, diante da passividade e indiferença das massas, se consideram uma vanguarda revolucionária. Porém, se as massas permanecem inativas, é que não chegam a discernir o caminho do combate, da unidade de classe e sentem instintivamente o poder colossal do inimigo e a gigantesca amplitude da tarefa a realizar. Contudo, quando as circunstâncias as forçam a agir, então essa tarefa se coloca: realizar a auto-organização, a apropriação dos meios de produção e o ataque ao poder econômico do capital. E, mais uma vez, ficará explícito que toda a vanguarda que pretende, conforme seu programa, dirigir e controlar as massas, por meio de um “partido revolucionário”, não é mais que um elemento reacionário, justamente por esta concepção.

Observações Gerais sobre a Questão da Organização

A organização é o princípio fundamental do combate da classe operária em luta por sua emancipação. Disso resulta, do ponto de vista do movimento prático, que o problema mais importante é o das formas desta organização. Evidentemente, estas estão determinadas tanto pelas condições sociais como pelos objetivos da luta. Longe de ser o resultado do capricho da teoria, não podem ser criadas senão pela classe operária, atuando espontaneamente em função de suas necessidades imediatas.

Os operários constituíram os sindicatos na época em que o capitalismo começava sua expansão. O operário isolado se via então reduzido à impotência; por isso devia unir-se aos seus camaradas a fim de lutar e poder discutir com o capitalista a duração de sua jornada e o preço de sua força de trabalho. No interior da produção capitalista, patrões e operários possuem interesses antagônicos; sua luta de classes tem por objeto a repartição do produto social global. Em épocas comuns, os operários recebem o valor de sua força de trabalho, isto é, a soma necessária para manter viva sua capacidade de trabalho. O resto da produção forma o mais-valor, isto é, a parte que fica para a classe capitalista. Para aumentar seu lucro, os capitalistas tentam diminuir os salários e aumentar a duração da jornada de trabalho. Desta forma, na época em que os operários eram incapazes de defenderem-se, os salários decresciam ficando abaixo do mínimo necessário, as jornadas se alongavam, e a saúde física e mental dos trabalhadores se deteriorava até o ponto de colocar em perigo o futuro da sociedade. A formação dos sindicatos e a criação de leis fixando as condições de trabalho foram realizações derivadas de uma dura luta dos operários pelas condições de existência, e eram indispensáveis para o estabelecimento de condições de trabalho normais, no seio do sistema capitalista. A própria classe exploradora acabou por admitir que os sindicatos são necessários para canalizar as revoltas operárias a fim de prevenir todo risco de explosões repentinas e brutais.

Também ocorreu o desenvolvimento de organizações políticas, sob formas frequentemente diferentes. Diferença que ocorreu, sem dúvida, por variar as condições políticas de um país para outro. Na América, onde toda uma população de camponeses, artesãos e comerciantes, ignorando a sujeição feudal, podia expandir-se livremente, explorando os recursos naturais de um continente com possibilidades infinitas, os operários não tinham absolutamente o sentimento de formar uma classe particular. Como todo mundo, eles estavam envolvidos pelo espírito pequeno burguês da luta individual e coletiva para o bem estar pessoal e podiam esperar ver estas aspirações serem satisfeitas, pelo menos até certo ponto. Salvo em alguns raros momentos, ou bem entre grupos de emigrados recentes, nunca se sentiu necessidade de um partido específico da classe trabalhadora.

Por outro lado, na Europa, os operários foram arrastados para a luta da burguesia ascendente contra a ordem feudal. Muito rapidamente tiveram que criar partidos de classe, e aliados a uma fração das classes médias, combater para adquirir os direitos políticos, o direito sindical, liberdade de imprensa e reunião, sufrágio universal, instituições democráticas. Para efetivar sua propaganda, um partido tem necessidade de princípios gerais; para rivalizar com os outros precisa de uma teoria que contenha ideias rígidas a respeito do futuro. A classe operária, na qual os ideais comunistas já haviam germinado, descobriu sua teoria na obra de Marx e Engels, que expõe a forma pelo qual se dará a passagem do capitalismo para o socialismo, através da luta de classes. Esta teoria está presente na maioria dos partidos socialdemocratas da Europa; na Inglaterra, o partido trabalhista, criado pelos sindicatos, professava pontos de vista análogos, ainda que mais vagos: o objetivo da luta de classes era, para eles, uma espécie de comunidade socialista.

Os programas e a propaganda de todos estes partidos apresentavam a revolução proletária como o resultado último da luta de classes; a vitória dos operários sobre seus opressores significaria igualmente a criação de um sistema de produção comunista ou socialista. Contudo, enquanto o capitalismo durar, a luta prática não chegaria a sair dos marcos das necessidades imediatas e da defesa de certo nível de vida. Em um regime democrático, o parlamento serve de campo fechado onde se enfrentam os interesses de diversas classes sociais; grandes e pequenos capitalistas, proprietários rurais, camponeses,

artesãos, comerciantes, industriais, operários, todos possuem interesses específicos que seus deputados defendem no Parlamento, todos participam da luta pelo poder e por parte do produto social que lhes pertence. Os operários devem, pois, assumir uma posição e a missão dos partidos socialistas consiste em lutar no plano político de maneira que seus interesses imediatos sejam satisfeitos. Por este motivo, estes partidos obtêm os votos dos operários, aumentando sua influência.

O desenvolvimento do capitalismo mudou tudo isto. As pequenas oficinas de ontem foram substituídas por fábricas e empresas gigantes que empregam milhares e dezenas de milhares de pessoas. O crescimento do capitalismo e da classe operária deu lugar ao fenômeno das organizações correspondentes. Os sindicatos, grupos locais em sua origem, se metamorfosearam em grandes confederações nacionais de centenas de milhões de membros. Devem reunir somas consideráveis para sustentar greves gigantescas e ainda mais dinheiro para alimentar os fundos de ajuda mútua. Desenvolveu-se toda uma burocracia dirigente – um estado maior superabundante de administradores, presidentes, secretários gerais, diretores de periódicos. Acostumados a negociar e a tratar com os patrões, estes homens chegaram a ser especialistas nas discussões sobre temas sociais. Definitivamente decidem tudo, tanto o emprego dos fundos financeiros como o conteúdo da imprensa; diante desses novos senhores, os sindicatos de base perderam quase toda autoridade. Essa metamorfose das organizações operárias em instrumentos de poder sobre seus próprios membros não deixam de ter antecedentes na história, pois quando as organizações crescem em excesso, as massas já não podem fazer-se ouvir.

O mesmo fenômeno se produziu no seio das organizações políticas: pequenos grupos de propagandistas no princípio se transformaram em grandes partidos. Seus verdadeiros dirigentes não são outros que seus eleitos para o Parlamento. Efetivamente, cabe a eles prosseguir a luta real no interior dos órgãos representativos nos quais fazem carreira. Eles dirigem os editoriais, orientam a propaganda, dirigem pequenos quadros; exercem uma influência preponderante sobre a política do partido, determinam sua linha política. Sem dúvida, os simples militantes possuem o direito de voto, agem combativamente na propaganda, pagam cotizações e enviam delegados para ocupar uma sede em seu nome nos congressos do partido. Porém se trata de poderes formais, ilusórios.

Por isso a organização fica petrificada de tal modo que se parece com os demais partidos, isto é, os grupos políticos de carreira que tentam conseguir votos através de *slogans* e exercer eles mesmo o poder. Quando um partido socialista dispõe de um grande número de deputados se alia com outros partidos contra os grupos reacionários para formar uma maioria parlamentar. A partir deste momento já não há somente uma massa de prefeitos e vereadores municipais, mas que alguns dentre eles chegam a serem ministros ou ascendem aos mais altos cargos do Estado. Uma vez instalados nestes postos já não sabem atuar na qualidade de representantes da classe operária, governando para os trabalhadores contra os capitalistas. Assim, pois, o verdadeiro poder político e inclusive a maioria parlamentar seguem nas mãos da classe exploradora. Os ministros socialistas devem inclinar-se ante os interesses da sociedade global, isto é, os do capital. Sem dúvida, vemo-los proporem medidas para satisfazer a reivindicações imediatas dos operários, insistindo diante dos outros partidos para a atendê-las. Chegam a ser intermediários – mediadores – e quando depois de longas negociações chegam a obter pequenas reformas, se dirigem aos operários para persuadi-los de que se trata de reformas importantíssimas. Servindo de instrumento a estes dirigentes, o partido socialista tem desde este momento a tarefa de defender as reformas em questão e levar os trabalhadores a apoiá-las, ao invés de chamá-los para lutar por seus interesses, fazendo tudo que for necessário para adormecê-los e desviá-los da luta de classes.

No que diz respeito aos trabalhadores, as condições de luta se deterioraram. A classe capitalista cresceu enormemente, assim como suas riquezas. Em outras palavras, a concentração de capital nas mãos de alguns poucos capitães das finanças e da indústria, a coalizão dos mesmos patrões, situam os sindicatos ante um poder, a partir disso, muito mais forte, e frequentemente quase inexpugnável. Por outro lado, a competição feroz que os capitalistas de todos os países realizam para conquistar mercados, as fontes de matérias primas e o poder mundial, exige que partes crescentes do mais-valor sejam investidas na fabricação de armamentos e para a guerra. A diminuição da taxa de lucro constrange os capitalistas a aumentar a taxa de exploração, isto é, diminuir os salários reais. Assim, pois, os sindicatos chocam com uma resistência elevada, os antigos métodos passam a ser cada vez menos utilizáveis. Quando os dirigentes sindicais negociam com os patrões, já não

estão em condições de arrancar grande coisa deles. Não ignorando o crescimento dos capitalistas e pouco interessados em combatê-los – já que lutas deste tipo trazem o risco de arruinar financeiramente as organizações e comprometer sua própria existência –, estão obrigados a aceitar as propostas patronais. A sua principal atividade consiste em acalmar o descontentamento dos operários e apresentar as ofertas dos empregadores sob os mais aspectos mais favoráveis. Igualmente, neste nível, os dirigentes servem de mediadores entre as classes antagônicas. E se os trabalhadores recusam estas ofertas e declaram greve, os chefes devem ou se opor a eles, ou então tolerar a luta na aparência, com intenção de fazê-la acabar o mais rápido possível.

Contudo, é impossível parar ou limitar a luta: efetivamente, os antagonismos de classe e a capacidade do capitalismo de reduzir o nível de vida operário crescem constantemente, do mesmo modo que a luta de classes deve seguir seu curso: os trabalhadores são constringidos a lutar. De vez em quando, de uma maneira espontânea, rompem suas cadeias sem preocupar-se com os sindicatos e frequentemente desprezando compromissos realizados em seu nome. Às vezes, os líderes sindicais chegam a tomar a direção do movimento. Neste caso, se observa uma extinção gradual da luta, depois de qualquer pacto firmado pelos capitalistas e os chefes sindicalistas. O que não quer dizer de modo algum que uma greve selvagem, prolongada, tenha que ter esse destino, já que é demasiadamente limitada aos grupos diretamente interessados. De forma bastante indireta, o temor de ver repetir-se semelhantes explosões, obriga os patrões a mostrar-se prudentes. Contudo, essas greves demonstram que a grande batalha entre o capital e trabalho não pode cessar e que, se as formas de ação antigas se manifestam impraticáveis, os trabalhadores se lançam a fundo e criam espontaneamente novas. Sua rebelião contra o capital chega a ser igualmente uma rebelião contra as formas de organização tradicionais.

O objetivo e a tarefa da classe operária é a abolição do capitalismo. O capitalismo, chegando ao seu maior grau de desenvolvimento, provoca crises econômicas cada vez mais agudas, e, com seu imperialismo, seus armamentos e suas guerras mundiais, ameaçam os trabalhadores com a miséria e a destruição. A luta da classe proletária, sua rebelião e resistência, devem continuar até a derrocada da dominação capitalista e o capitalismo ser destruído.

No sistema capitalista, os possuidores dos meios de produção se apropriam do produto social, embolsa o mais-valor e exploram a classe operária. A exploração só cessa o dia em que os trabalhadores se apoderam dos meios de produção. Somente então podem dirigir, eles mesmos, suas vidas. A partir desse momento, efetivamente, a produção de todos os artigos necessários para a existência se tornará a tarefa da comunidade de operários, a comunidade humana. Esta produção forma um processo coletivo. Cada fábrica, cada empresa, reúne trabalhadores que associam seus esforços de maneira organizada. Porém, por outra parte, a produção mundial em seu conjunto representa também um processo coletivo. Todas as fábricas distintas devem, pois, quando se juntam, se associar. Consequentemente, quando a classe operária toma posse dos meios de produção, necessitará, ao mesmo tempo, organizar a produção.

São muitos os que persistem em conceber a revolução proletária a partir da perspectiva das antigas revoluções das classes médias, isto é, como uma série de fase que se engendram umas às outras: primeiro a conquista do poder político e restabelecimento de um novo governo; logo, a expropriação por decreto da classe capitalista; e, por fim, uma reorganização do processo de produção. Porém, neste caso, só se pode terminar em um capitalismo de Estado. Para que o proletariado torne dono de seu destino, é necessário criar, simultaneamente, sua própria organização e as formas da nova ordem econômica. Estes dois elementos são inseparáveis e constituem o processo da revolução social. Quando a classe operária consegue organizar-se em um coletivo capaz de ações de massas unificadas, a hora da revolução chegou, pois o capitalismo só pode dominar indivíduos desorganizados. E quando essas massas organizadas se lançam à ação revolucionária, enquanto os poderes existentes são paralisados e começam a desagregarem-se, as funções de direção do antigo governo voltam outra vez para as organizações operárias. A partir desse momento a tarefa é prosseguir a produção, assegurar a perpetuação desse processo indispensável à vida social. A luta revolucionária de classes do proletariado contra a burguesia e seus órgãos é inseparável da apropriação do aparato de produção por parte dos trabalhadores e sua extensão ao produto social. A forma de organização de uma classe em sua luta constitui simultaneamente a forma de organização do novo processo de produção.

Neste contexto, a forma de organização em sindicato e em partido, originária do período do capitalismo ascendente, já não apresenta a menor utilidade. Essas formas se metamorfosearam para servir aos chefes, que não podem nem sequer comprometer-se com o combate revolucionário. A luta não depende dos dirigentes: os líderes trabalhistas detestam a revolução proletária. A classe operária, para realizar este combate deve, pois, necessariamente, criar novas formas de organização que conservam o processo de decisão em suas próprias mãos. Seria em vão querer construir ou imaginar estas novas formas. Efetivamente, elas só podem surgir a partir da luta efetiva dos próprios operários. Porém, basta observar a prática para descobri-las, em estado embrionário, em todos os casos em que os trabalhadores se rebelam contra os velhos poderes.

Durante uma greve selvagem, os operários decidem tudo por eles mesmos no curso das assembleias gerais. Eleggem comitês de greve cujos membros são substituíveis a qualquer momento. Se o movimento se propaga em grande número de empresas, a unidade de ação se realiza através dos comitês ampliados que agrupam os delegados de todas as fábricas em greve. Estes delegados não decidem fora da base nem para impor-lhes sua vontade. Simplesmente servem de mensageiros, expressam as opiniões e os desejos dos grupos que representam e, vice-versa, levam para as assembleias gerais a opinião e a decisão. Revogáveis a qualquer momento, não podem representar o papel de dirigentes. Os operários devem escolher seu próprio caminho, decidir o rumo a dar para sua ação. O poder de decidir e de arcar com seus riscos e suas possibilidades lhes pertence propriamente. E quando a greve finaliza, os comitês desaparecem.

Existe só um exemplo de classe operária da indústria moderna trabalhando como força motriz de uma revolução política: as revoluções russas de 1905 e de 1917. Então, em cada fábrica, os operários escolheram seus delegados, cuja assembleia geral constituiu o “soviète” central, o conselho onde era discutida a situação e as medidas a tomar. Lá, as diversas fábricas emitiam suas opiniões e aplainavam as divergências e se formulavam as decisões. Porém, os conselhos, ainda tendo uma influência diretiva sobre a educação revolucionária pela ação, não constituíam órgãos de comando. Às vezes, todos os membros de um conselho eram afastados e novos delegados os substituíam; às vezes, também, quando a greve geral paralisava as autoridades, os conselhos exerciam todos os poderes em

escala local e os delegados de profissões liberais se uniam a eles com o fim de representar seus respectivos setores de atividade. Em certas ocasiões nos encontramos diante da organização dos trabalhadores em curso de ação revolucionária, uma organização certamente muito imperfeita, tateando, ensaiando novos métodos e por isso é necessário que se cumpra uma condição: que os operários se empenhem todos juntos e com todas as suas forças na ação em um momento em que sua existência mesma está em jogo, que tomem parte efetiva nas decisões e se consagrem inteiramente à luta.

Esta organização de conselhos desapareceu depois da revolução. Durante este tempo, os centros proletários não representavam mais que ilhotas de grande indústria perdidas no oceano de uma sociedade agrícola onde o desenvolvimento capitalista não estava ainda iniciado. A missão de desenvolver as bases do capitalismo passou para o partido comunista. Este tomou o poder político em suas mãos enquanto que os soviets desciam à categoria de órgãos sem importância, com poderes unicamente nominais.

As velhas formas de organização, sindicatos e partidos políticos e a nova forma expressa nos conselhos (soviets) pertencem a duas fases diferentes da evolução social e possuem funções diferentes. Os primeiros tinham como objetivo fortalecer a situação da classe operária no interior do capitalismo e estão ligados ao seu período de expansão. A segunda tem por fim criar um poder operário, abolir o capitalismo e a divisão da sociedade em classes; está ligada ao período do capitalismo decadente. No seio do sistema ascendente e próspero, a organização dos conselhos é impossível, os operários se associam unicamente para melhorar suas condições de existência, o que permite a ação sindical e política. No capitalismo decadente, preso às crises, este último tipo de ação é nulo e agarrar-se a isso não pode mais que frear o desenvolvimento da luta autônoma das massas, de sua autoatividade. Em épocas de tensão e de forte rebelião, quando movimentos de greve explodem em países inteiros e golpeiam na base o poder capitalista, ou bem quando o dia seguinte de uma guerra ou de uma catástrofe política, a autoridade do governo se desvanece e as massas passam à ação, as velhas formas de organização cedem o terreno às formas novas de autoatividade das massas.

Os portavozes dos partidos socialistas ou comunistas admitem freqüentemente que durante a revolução os órgãos de ação autônoma das massas servem de forma útil para

deixar abaixo o antigo regime, porém, eles se apressam a acrescentar que estes órgãos deverão deixar a democracia parlamentar ao cuidado de organizar a nova sociedade. Comparemos um pouco os princípios fundamentais destas duas formas de organização política da sociedade.

No início, a democracia se exercia nas pequenas cidades ou nos cantões, pela assembleia geral dos cidadãos. Nas cidades e países modernos, isso é impossível devido ao tamanho enorme da população. Os cidadãos só podem expressar sua vontade escolhendo delegados para alguma instituição central que se supõe que representa a todos. Estes deputados são livres para fazer, decidir, votar, governar, como bem entenderem, em sua “alma e consciência”, tal como se disse alguma vez com solenidade.

Os delegados dos conselhos estão ligados por seu mandato: possuem como única missão repassar a opinião dos grupos de operários que lhes escolheram para representá-los. Sendo revogáveis a qualquer instante, os trabalhadores, que os nomearam, conservam todos os poderes.

Por sua vez, os membros do Parlamento são eleitos por um número definido de anos; os cidadãos não são os soberanos mais que no momento das eleições. Passado este momento, seu poder desaparecerá e os deputados possuem toda a liberdade de comportar-se, durante alguns anos, segundo sua “consciência”, com a única restrição de que sabem que um dia deverão retornar ao corpo eleitoral. Porém, esperam captar votos através de uma campanha realizada com grande eficácia, com um amplo e contínuo uso de *slogans* e fórmulas demagógicas. Assim, pois, os verdadeiros soberanos, os que decidem, não são em absoluto os cidadãos, mas os parlamentares; e os eleitores nem sequer possuem a possibilidade de designar outra pessoa de seu gosto para concorrer ao pleito, pois os candidatos são indicados pelos partidos políticos. Desta forma, supondo que possam eleger candidatos de sua conveniência e escolhe-los, estes não formariam nunca um Governo, já que em uma democracia parlamentar há separação entre executivo e legislativo. O Governo real, o que domina o povo, é constituído por uma burocracia de altos funcionários e os resultados das lutas eleitorais ameaça tão pouco de atingi-lo que goza de uma independência quase absoluta. Veja como o poder capitalista pode existir graças ao sufrágio universal e à democracia. Também porque, nos países em que a maioria da população

pertence à classe operária, esta democracia não pode nunca conduzir à conquista do poder político. Para a classe operária, a democracia parlamentar constitui uma democracia falsificada, enquanto que a democracia por meio dos conselhos é a democracia real: a gestão direta dos seus assuntos pelos trabalhadores.

A democracia parlamentar não é mais que a forma política pela qual grandes grupos de interesses capitalistas pressionam o Governo. Os deputados representam certas classes: os agricultores, comerciantes, industriais, operários, porém não representam a vontade comum dos seus eleitores. De fato, os eleitores de uma circunscrição não possuem nenhuma vontade comum; formam uma coleção de indivíduos, capitalistas, trabalhadores, lojistas, que vivem, por casualidade, no mesmo bairro.

Os delegados dos conselhos são escolhidos por um grupo socialmente homogêneo a fim de expressar a vontade de todos, ou, ainda, os conselhos não são compostos simplesmente de operários que possuem interesses de classe comuns; constituem um grupo natural de pessoas que trabalham juntas todo dia em uma fábrica ou em uma grande empresa e lutam contra o mesmo adversário. Estes homens decidirão ações que deverão levar a cabo imediatamente, de forma fraterna e unitária. Podem pronunciar-se não só sobre questões de greve e combate, mas também sobre os problemas concernentes à nova organização da produção. A representação por meio de conselhos não está fundada sobre a reagrupação absurda de comunas ou de bairros limítrofes, pois repousa sobre a reagrupação natural dos trabalhadores no processo de produção, única base real da vida social.

Contudo, não se deve confundir os conselhos operários com o tipo de representação chamado corporativo, próprio dos regimes fascistas. Neste último caso, trata-se, com efeito, de um sistema de representação por ramos profissionais (que une patrões e operários), considerado como o elemento de base da sociedade. Esta forma remete à Idade Média, a suas corporações fixas, a sua ordem imutável, e se distingue por uma tendência a proibir toda evolução aos grupos de interesses; neste sentido, é pior ainda que o sistema parlamentar clássico no qual os grupos e os interesses novos, cujo impulso anda junto com o desenvolvimento do capitalismo, não tardam em expressar-se no Parlamento e no Governo.

Com os conselhos operários nos encontramos diante de uma forma de representação totalmente diferente: a de uma classe revolucionária em luta. Só os interesses proletários são representados, excluindo desta forma a participação de delegados capitalistas. Contestando à classe capitalista todo direito de existência, tende a eliminá-la como tal, desapropriando-a dos meios de produção. Além disso, esta mesma organização de conselhos é um instrumento que permite aos trabalhadores assumir, à medida em que a revolução avança, a função que consiste em organizar a produção. Em outros termos, os conselhos operários são os órgãos da ditadura do proletariado. Esta não é absolutamente um sistema eleitoral sabiamente concebido com o fim de retirar artificialmente o direito de voto aos capitalistas e aos membros das classes médias. Trata-se de fato do exercício do poder pelos órgãos naturais dos trabalhadores, servindo futuramente como base do aparato produtivo da nova sociedade. Estes órgãos, que reúnem os delegados operários de vários ramos da produção, não podem, pois, por definição, acolher aos bandidos e exploradores que não efetuam nenhum trabalho produtivo. Assim, a ditadura da classe operária corresponde exatamente à democracia mais perfeita, a verdadeira democracia proletária que exclui a classe dos exploradores em via de extinção.

Os partidos exaltam, entre as formas antigas de organização, a democracia como única forma política justa e conforme o direito, sendo a ditadura para eles uma forma injusta. Para o marxismo não existe nem justiça nem direito abstrato: as formas políticas pressupostas para permitir aos homens expressar suas convicções, são o produto direto das estruturas econômicas da sociedade. Por outro lado, a teoria marxista põe igualmente em evidência o que distingue fundamentalmente a democracia parlamentar da organização dos conselhos. Sob as formas respectivas de democracia burguesa e democracia proletária refletem, efetivamente, o caráter diferente destas duas classes e de seus sistemas econômicos.

A democracia burguesa, democracia das classes médias, tem como base uma sociedade composta por pequenos produtores independentes. Estes últimos querem um Governo que seja consagrado aos seus interesses comuns: a ordem e a segurança pública; a proteção do comércio; um sistema de pesos e medidas unificado – e inclusive para a moeda; serviços habilitados a dizer a verdade e a fazer justiça. Tudo isto é necessário para

que cada um esteja em condições de dirigir seus próprios assuntos tal como entender. A atenção se dirige, em primeiro lugar, sobre os assuntos privados. Os fatores políticos, que ninguém nega a sua necessidade, seguem secundários; ocupam-se disso, mas, definitivamente, muito pouco. O elemento essencial da vida social, a base da existência humana, encontra-se fragmentada em assuntos privados que dizem respeito aos cidadãos de forma individual; é, pois, natural que estes ocupem quase todo o tempo daqueles. Como a política não serve mais que para corrigir problemas menores, este assunto coletivo de todos os cidadãos é relegado a segundo plano. Não se saí para as ruas além das fases da revolução burguesa. Porém, em tempos ordinários, a política é abandonada a um pequeno grupo de especialistas, os políticos de carreira, ou cuja atividade consiste precisamente em ocupar-se destas condições gerais, políticas, de assuntos próprios das classes médias.

O mesmo acontece com os trabalhadores, ainda que em menor medida, posto que não possuem em vista mais que seus interesses imediatos. No regime capitalista, os trabalhadores efetuam longas jornadas de trabalho nas quais são absorvidas suas energias pelo sistema de exploração, lhes sobrando muito pouca força para se dedicar às atividades mentais. Ganhar a vida é, para os operários, a necessidade mais imperiosa de sua existência. Para eles, a política é a vontade comum a todos de defender a condição de assalariados, a qual tem, certamente, um interesse, porém bem mais contingente. Por isso eles também deixam aos especialistas – os políticos de partido e dirigentes sindicais – o cuidado de tratar dessas questões. Votam na qualidade de cidadãos ou na de militantes de base, tal como outras categorias de eleitores por relação com seus deputados. Desta maneira, podem, sem dúvida, dar algumas diretivas bastantes vagas aos que lhes representam, porém trata-se de uma influência muito limitada, posto que se vêem obrigados a consagrar ao trabalho o melhor de sua atenção.

Em regime comunista, a democracia proletária tem bases econômicas opostas. A democracia está fundada, efetivamente, sobre uma produção já não privada, mas coletiva. Também os assuntos coletivos – ao que se convencionou chamar de política – ao perder o seu caráter acessório, passam a ser para cada um o fim principal do pensamento e da ação. O domínio da política reservado até então aos especialistas não serve para salvaguardar tal ou qual fator indispensável para a produção, pois, nesse regime, se identifica com o próprio

processo de produção. Nesse momento, está encerrado a separação dos assuntos coletivos. Já não há necessidade de um grupo ou uma classe de homens de ofício para se ocupar dos assuntos de todos. Os produtores, por meio de seus delegados que lhes permitem organizar sua ação, dirigem eles mesmos suas atividades produtivas.

A diferença entre estas duas formas de organização não se deve ao fato de que uma se apóie sobre uma base tradicional, ideológica e a outra sobre a base material, produtiva, da sociedade. Efetivamente, ambas possuem como fundamento o sistema de produção. Uma, o sistema decadente herdado do passado; a outra, um sistema em gestação, o do futuro. Atualmente vivemos um período de transição: a era do grande capital e os começos da revolução proletária. O grande capital extirpou totalmente desde já o antigo sistema de produção: a classe numerosa de produtores independentes desapareceu. Essencialmente, a produção é a obra coletiva de grupos muito amplos de operários, porém o poder de gestão e a propriedade ficam nas mãos de um pequeno grupo de pessoas privadas. Os capitalistas mantêm esta situação contraditória por meio dos elementos de força de que dispõem, em particular, o poder do estado submisso ao governo. A tarefa da revolução proletária consiste em destruir este poder estatal. O seu conteúdo real é a apropriação dos meios de produção pelos operários. Deste modo, o tipo de sistema organizativo do passado cede gradualmente o terreno ao sistema de organização do futuro.

Não estamos mais que no começo dessa revolução. O século de combates revolucionários que se encontra atrás de nós nem sequer pôde ser considerado como um primeiro passo efetivo desse processo, mas somente como seu preâmbulo. Estas lutas permitiram acumular conhecimentos teóricos de um valor inestimável; colocaram em questão, com a ajuda de conceitos audazes, a pretensão do capitalismo de representar o último tipo de sistema social; permitiu aos operários dar-se conta de que tinham a possibilidade de por fim a sua miséria. Porém, estes combates não saíram nunca dos quadros do capitalismo; tratavam-se de ações decididas e dirigidas por chefes, e unicamente concebidas para substituir maus patrões por outros menos ruins. Só bruscas centelhas de revolta, tais como greves políticas ou greves de massas desencadeadas contra a vontade dos políticos, deixavam entrever de vez em quando um futuro de ação de massas dirigidas pelos próprios interessados.

Toda greve selvagem que não vai buscar os seus dirigentes e *slogans* na sede dos partidos e sindicatos, constitui a este respeito um símbolo inequívoco ao mesmo tempo em que um pequeno passo neste sentido. Todos os poderes que existem no seio do movimento operário, os partidos socialistas e comunistas, os sindicatos, todos os dirigentes cuja atividade está ligada à democracia burguesa herdada do passado, denunciam estas ações de massa como rebeliões anarquistas. Não podendo ultrapassar em seu campo de visão o quadro de suas velhas organizações, são incapazes de descobrir nas ações espontâneas dos trabalhadores *germens* de formas superiores de organização. Nos países fascistas, onde a velha democracia burguesa foi negada, estas ações espontâneas de massas, desde então, constituem a única forma de rebelião possível. Elas terão por tendência não restaurar a antiga democracia parlamentar, mas evoluir em direção à democracia proletária, isto é, à ditadura da classe operária.

CAPITALISMO DE ESTADO E DITADURA

I

O termo “capitalismo de Estado” é usado frequentemente sob duas formas diferentes: a primeira é como uma forma econômica na qual o Estado realiza o papel de empresário capitalista, explorando os trabalhadores no interesse do Estado. O sistema federal de correios ou uma estrada de ferro de propriedade estatal são exemplos desse tipo de capitalismo de Estado. Na Rússia, esta forma de capitalismo de Estado predomina na indústria: o trabalho é planejado, financiado e gerido pelo Estado; os diretores da indústria são designados pelo Estado e os lucros são considerados renda do Estado. A segunda forma é a que encontramos quando se define como capitalismo de Estado (ou socialismo de Estado) aquela situação na qual as empresas capitalistas são controladas pelo Estado. Esta definição está, não obstante, desvirtuada, pois sob estas condições existe ainda a forma de propriedade privada ainda que o proprietário de uma empresa não seja o único dono, estando seu poder restrito enquanto se aceita certo sistema de segurança social para os trabalhadores.

No entanto, isto depende do grau de ingerência do Estado nas empresas privadas. Se o Estado aprova certas leis que afetam as condições de emprego, tais como contratação e demissão de trabalhadores, se as empresas são financiadas por um sistema bancário federal, ou se concedem subvenções para apoiar o comércio exportador, então se chegará a uma situação em que o controle estatal regulará a vida econômica inteira. Isto variará em certos graus de capitalismo de Estado em sentido estrito.

Considerando a situação atual na Alemanha, poderíamos considerar que ali prevalece um tipo de capitalismo de Estado. Os dirigentes da grande indústria na Alemanha não são sujeitos subordinados ao Estado, mas são o poder governante na Alemanha através dos funcionários fascistas nas oficinas governamentais. O Partido Nazista se desenvolveu como uma ferramenta destes governantes. Na Rússia, ao contrário, a burguesia foi destruída pela Revolução de outubro e desapareceu completamente como poder governante. A burocracia do governo russo tomou o comando das indústrias em expansão. O capitalismo

de Estado russo pode desenvolver-se porque ali não havia uma burguesia poderosa. Na Alemanha, como na Europa ocidental e na América, a burguesia tem o poder total, é a proprietária do capital e dos meios de produção. Isto é essencial para o caráter do capitalismo. O fator decisivo é o caráter da classe que é proprietária, como pleno controle, do capital, não a forma interna da administração, nem o grau de ingerência do Estado na vida econômica da população. Mesmo se esta classe considera uma necessidade submeter-se a uma regulação mais estrita – ao passo que também os capitalistas privados menores são mais dependentes da vontade dos grandes capitalistas – permaneceria, no entanto, o caráter de capitalismo privado. Devemos, por conseguinte, apreciar a diferença entre o capitalismo de Estado e esse capitalismo privado que pode regular-se até o mais alto grau através do Estado.

As regulações estritas não devem ser vistas como simplesmente uma tentativa para encontrar uma saída para a crise. As considerações políticas também estão presentes. Os exemplos de regulação estatal apontam para um objetivo geral: a preparação para a guerra. A indústria bélica é regulada, tal como a produção de alimentos dos granjeiros, devido ao processo de preparação para a guerra. A burguesia, empobrecida pelos resultados da última guerra, privada de províncias, matérias primas, colônias, capital, deve tentar reabilitar as forças restantes através de uma rigorosa concentração. Prevendo a guerra como estratégia final, põe tantos recursos quanto sejam necessários nas mãos do controle estatal.

Uma vez enfrentando o objetivo comum de um novo poder mundial, os interesses privados das diversas frações da burguesia ficam em segundo plano. Todos os poderes capitalistas estão confrontados com esta questão: em que medida o Estado, como representante dos interesses comuns da burguesia nacional, deveria confiar poder sobre as pessoas, as finanças e a indústria na luta internacional pelo poder? Isto explica porque nessas nações de uma população pobre, porém crescendo rapidamente, sem nenhuma ou com poucas colônias (tal como Itália, Alemanha, Japão), o Estado adquiriu um poder superior.

Alguém pode perguntar: não é o capitalismo de Estado a única “saída” para a burguesia? Obviamente, o capitalismo de Estado seria factível unicamente se todo o processo produtivo pudesse ser gerido e planejado centralmente desde cima, para

satisfazer as necessidades da população e eliminar as crises. Se tais condições se produzissem, a burguesia deixaria então de ser uma burguesia autêntica. Na sociedade burguesa não só existe a exploração da classe operária, mas também existe luta constante entre as diversas frações da classe capitalista por mercados e por fontes para inversão do capital. Esta luta entre os capitalistas é totalmente distinta da velha livre competição no mercado. Sob a aparência da cooperação do capital dentro da nação, existe ali uma luta contínua entre enormes monopólios. Os capitalistas não podem atuar como meros recolectores de dividendos, deixando a iniciativa aos funcionários estatais para atender a exploração da classe operária. Os capitalistas lutam entre si pelos lucros e pelo controle do Estado para defender *seus* interesses setoriais e seu campo de ação se estende além dos limites do Estado. Ainda durante a crise atual teve lugar uma forte concentração dentro de cada nação capitalista, no entanto persistem ali os poderosos entrelaçamentos internacionais (do grande capital). A luta dos capitalistas continua sob a forma de uma luta entre nações e a grave crise política derivada da guerra e da derrota tem como resultado uma crise econômica.

Quando, por conseguinte, surge a pergunta de se o capitalismo de Estado – no sentido que foi usado acima – é uma fase intermediária necessária, antes do proletariado tomar o poder, ou se ele seria a forma mais elevada e última de capitalismo estabelecida pela burguesia, a resposta é *não*. Por outro lado, se por capitalismo de Estado se quiser dizer o controle e regulação estritas do capital privado pelo Estado, a resposta é sim, com grau variado de controle estatal dentro de um país de acordo com a época e as condições, levando a cabo, de diferentes modos, a preservação e aumento dos lucros, dependendo das condições históricas e políticas e da relação entre as classes.

II

Contudo, é possível e bastante provável que o capitalismo de Estado seja uma fase intermediária até que o proletariado tenha êxito em estabelecer o comunismo. Isto, porém, não poderia ocorrer por razões econômicas, mas políticas. O capitalismo de Estado não seria o resultado das crises econômicas, mas das lutas de classes. Na fase final do capitalismo, a luta de classes é a força mais importante que determina as ações da burguesia e molda a economia estatal. É de esperar-se que, como resultado da grande tensão e conflito

econômicos, a luta de classe do proletariado futuro se ampliará até chegar à ação de massas. Seja esta ação de massas o resultado de conflitos salariais, guerras ou crises econômicas, e tome a forma de greve de massas, distúrbios de rua ou luta armada, o proletariado estabelecerá *organizações conselhistas* – órgãos de autodeterminação e execução uniforme da ação. Este será particularmente o caso na Alemanha. Ali os velhos órgãos políticos das lutas de classes foram destruídos; os trabalhadores estão lado a lado como indivíduos, sem nenhuma outra fidelidade que a sua classe. Desenvolver-se-ão movimentos políticos de longo alcance na Alemanha, os trabalhadores só poderão funcionar como classe, lutar como classe, quando opuserem ao princípio capitalista da ditadura unipessoal o princípio proletário da autodeterminação das massas. Em outros países parlamentares, por outro lado, os trabalhadores são severamente obstaculizados em seu desenvolvimento como classe independente pelas atividades dos partidos políticos. Estes partidos prometem à classe operária métodos de luta mais seguros, impõem sua direção aos trabalhadores e com a ajuda de sua maquinaria de propaganda fazem a maioria da população seus seguidores descerebrados. Na Alemanha, estes obstáculos são uma tradição moribunda.

Tais lutas de massas iniciais são apenas o princípio de um período de desenvolvimento revolucionário. Permita-nos tomar uma situação favorável ao proletariado, na qual essa ação proletária é tão poderosa o suficiente para paralisar e destruir o Estado burguês. Apesar da ação unificada a este respeito, o grau de maturidade das massas pode variar. Uma concepção clara dos objetivos, dos modos e meios somente será adquirida durante o processo da revolução, e depois da primeira vitória se afirmaram as diferenças em relação à tática anterior. Então os porta-vozes dos partidos socialista e comunista aparecem: não estão mortos, pelo menos suas ideias estão vivas no setor “moderado” dos trabalhadores. Agora chegou o momento de por em prática seu programa de “socialismo de Estado”.

Os trabalhadores mais progressistas, cujo objetivo deve ser colocar a direção da luta sob o controle da classe operária, por meio da organização de conselhos (debilitando assim o poder inimigo da força estatal) se encontrarão com a propaganda “socialista”, em que se enfatizará a necessidade de construir aceleradamente a ordem socialista por meio de um governo “socialista”.

Lançarão suas advertências contra as reivindicações radicais, farão apelações à moderação daqueles indivíduos para os quais o pensamento do comunismo proletário é ainda inconcebível; aconselharão a realizar compromissos com os reformistas burgueses, assim como comprar a burguesia ao invés de forçá-la a uma resistência amarga por meio da expropriação. Tentarão fazer os trabalhadores recuar em relação aos objetivos da luta de classes decidida. Em torno desse tipo de propaganda se agruparão aqueles que se sentem chamados a estar na liderança do partido ou a assumir a direção dos trabalhadores. Entre estes *líderes* estará uma grande parte da intelectualidade – que facilmente se adapta ao “socialismo de Estado”, mas não ao comunismo de conselhos – e outras frações da burguesia que observam nas lutas operárias uma nova posição de classes, desde a qual podem combater com o êxito o comunismo. “O socialismo contra a anarquia”, tal será o grito de guerra daqueles que querem salvar do capitalismo o que pode ser salvo.

O resultado desta luta depende da maturidade da classe operária revolucionária. Aqueles que agora acreditam que tudo o que se tem que fazer é esperar a ação revolucionária, porque então a necessidade econômica ensinará aos trabalhadores como atuar corretamente, são vítimas de uma ilusão. Certamente, os trabalhadores aprenderão rapidamente e atuarão energicamente em tempos revolucionários. Entretanto, provavelmente experimentarão duras derrotas, que resultará em inumeráveis vítimas perdidas. Quanto mais cabal seja a obra de esclarecimento do proletariado, mais firme será o ataque das massas contra a tentativa dos “líderes” de dirigir suas ações em direção ao socialismo estatal. Considerando as dificuldades com que se encontra hoje a tarefa de esclarecimento, parece improvável que permaneça aberto para os trabalhadores um caminho para a liberdade sem retrocessos. Nesta situação se encontrarão as possibilidades do capitalismo de Estado como intermediária antes da chegada do comunismo.

Assim, a classe capitalista não adotará o capitalismo de Estado devido suas próprias dificuldades econômicas no futuro. O capitalismo monopolista, particularmente quando usa o Estado sob a forma de ditadura fascista, pode assegurar-se a maioria das vantagens de uma organização única sem abandonar sua própria dominação sobre a produção. Ocorrerá uma situação distinta, contudo, quando a burguesia se sentir tão pressionada pela classe operária que a velha forma do capitalismo privado já não possa

salvar-se. Então o capitalismo de Estado será a saída: a preservação da exploração na forma de uma sociedade “socialista”, na qual os “líderes mais capazes”, os “melhores cérebros” e os “grandes homens de ação” dirigirão a produção e as massas trabalharão docilmente sob seu comando. Se a este estado se dá o nome de capitalismo de Estado ou socialismo de Estado, trata-se, em princípio, da mesma coisa. Se se refere ao primeiro termo, “capitalismo de Estado” – como sendo uma burocracia estatal dominante e exploradora – ou ao segundo termo, “socialismo de Estado” – como sendo um corpo de funcionários necessários que, como servidores respeitosos e obedientes da comunidade, compartilhando o trabalho com os trabalhadores –, a diferença, em última análise, reside na soma dos salários e a medida qualitativa de sua influência nas conexões de partido.

Tal forma de sociedade não pode ser estável, é uma forma regressiva contra a qual a classe operária se levantará de novo. Sob ela pode produzir-se ordem em certa medida, mas a produção continua restrita. O desenvolvimento social continua impedido. A Rússia foi capaz, através desta forma de organização, de mudar do semibarbarismo a um capitalismo desenvolvido, de superar inclusive as realizações do capitalismo privado dos países ocidentais. Neste processo figura o manifesto entusiasmo das classes médias nascentes, onde o capitalismo começa seu curso. Porém, o capitalismo de Estado não pode progredir. Na Europa ocidental e na América a mesma forma de organização econômica não seria progressista, pois impediria a chegada do comunismo. Obstruiria a revolução necessária na produção, isto é, seria reacionária em seu caráter e assumiria a forma política de uma ditadura.

III

Alguns marxistas sustentam que Marx e Engels previram este desenvolvimento da sociedade até o capitalismo de Estado. Porém, nós não conhecemos nenhuma declaração de Marx sobre o capitalismo de Estado da qual pudéssemos deduzir que considerava o Estado, quando este assume o papel de capitalista único, fosse a última fase da sociedade capitalista. Ele via no Estado o órgão de opressão que a sociedade burguesa usa contra a classe operária. Para Engels, “o proletariado toma o poder estatal e então transforma a propriedade dos meios de produção em propriedade estatal”.

Isto significa que a transformação da propriedade em propriedade estatal não ocorrerá previamente. Qualquer esforço por fazer esta sentença de Engels responsável pela teoria do capitalismo de Estado, leva a Engels contradizer-se a si mesmo. Além disso, não há nenhuma confirmação disto nos acontecimentos reais. As estradas de ferro nos países capitalistas altamente desenvolvidos, como na Inglaterra e Estados Unidos, são propriedade privada das corporações capitalistas. Só os serviços postais e telegráficos são propriedades estatais na maioria dos países, porém, não devido seu alto desenvolvimento e sim por outras razões. As estradas de ferro alemãs, foram apropriadas pelo Estado principalmente por razões militares. O único capitalismo de Estado que foi capaz de transformar os meios de produção em propriedade estatal foi o russo, porém isso não foi devido ao seu elevado estado de desenvolvimento, mas, ao contrário, por causa de seu baixo estado de desenvolvimento. Não há nada, contudo, que possa encontrar-se em Engels que pudesse aplicar às condições existentes na Alemanha e Itália hoje, que consistem em forte regulação supervisora e a limitação da liberdade do capitalismo privado devido um Estado todo-poderoso.

Isto é totalmente natural, já que Engels não era um profeta; era só um cientista que era bem consciente do processo do desenvolvimento social. O que ele expõe são as tendências fundamentais deste desenvolvimento e seu significado. As teorias do desenvolvimento são melhor apresentadas quando estão em conexão com o futuro. Não é, portanto, prejudicial expressá-las com cautela. Quando a expressão é menos cautelosa, como é frequentemente o caso de Engels, isso não diminui nenhum pouco o valor dos prognósticos, ainda que os acontecimentos não correspondam exatamente às previsões. Um homem de seu calibre tem direito de esperar, inclusive, que suas suposições sejam tratadas com cuidado, quando se chegou a elas sob certas condições determinadas. O trabalho de deduzir as tendências do capitalismo e seu desenvolvimento e dar-lhes a forma de teorias coerentes e compreensíveis, asseguram a Marx e Engels uma posição proeminente entre os pensadores e cientistas mais destacados do século 19. Porém, a descrição exata, em todos os seus detalhes, da estrutura social tal como seria meio século depois, é uma impossibilidade inclusive para eles.

As ditaduras, com as da Itália e Alemanha, foram necessárias como meios de coerção para impor às massas relutantes de pequenos capitalistas a nova ordem e as limitações reguladoras. Por esta razão, tal ditadura é considerada frequentemente a forma política futura da sociedade em um capitalismo desenvolvido a nível mundial.

Durante quarenta anos, a imprensa socialista assinalou que a monarquia militar era a forma política adequada a uma sociedade capitalista concentrada. Pois o burguês tem a necessidade de um Kaiser, dos Junkers e do exército para a sua defesa contra uma classe operária revolucionária por um lado e contra os países vizinhos por outro. Durante dez anos prevaleceu a crença de que a república era a verdadeira forma de governo de um capitalismo desenvolvido, porque sob essa forma estatal os burgueses seriam seus donos. Hoje se considera que a ditadura é a forma de governo necessária. Qualquer que possa ser a forma, sempre se encontra as razões mais adequadas para ela. Assim, simultaneamente, países como Inglaterra, França, Estados Unidos e Bélgica, com um capitalismo altamente concentrado e desenvolvido, mantêm a mesma forma de governo parlamentar, seja este sob uma república ou um reino. Isso prova que o capitalismo escolhe muitos caminhos que levam sempre ao mesmo lugar, e também prova que não se deve ter pressa em deduzir conclusões das experiências de um país para aplicá-las ao mundo em geral.

Em cada país, o grande capital realiza sua dominação através das instituições políticas existentes, desenvolvidas por meio da história e das tradições, cujas funções são expressamente transformadas. Um bom exemplo é a Inglaterra. Ali o sistema parlamentar, junto com um alto grau de liberdade e autonomia pessoais, obteve tanto êxito que não há nenhum traço de socialismo, comunismo ou pensamento revolucionário entre as classes trabalhadoras. Lá há um crescimento e desenvolvimento do capitalismo monopolista. O capitalismo domina o governo. Neste mesmo lugar, o governo toma medidas para superar os resultados da depressão, porém as realizam perfeitamente sem a ajuda de uma ditadura. Isto não faz da Inglaterra uma democracia, porque já faz meio século que duas camarilhas aristocráticas de política se apropriam do governo alternativamente e as mesmas condições permanecem hoje. Porém, estão governando por meios diferentes. A longo prazo, estes meios podem ser mais eficazes que a ditadura brutal. Comparando com a Alemanha, o igual e poderoso governo do capitalismo inglês parece ser o mais normal. Na Alemanha, a

pressão de um governo policial forçou os trabalhadores a movimentos radicais, como consequência do qual obtiveram um poder político externo. Não o obtiveram através do empenho de uma grande força interior dentro de si mesmos, mas através do desastre militar de seus governantes e, eventualmente, viram esse poder ser destruído por uma ditadura afiada, o resultado de uma revolução pequeno-burguesa que foi financiada pelo capital monopolista. Isso não deve ser interpretado no sentido de que a forma inglesa de governo seja realmente a normal, e a alemã anormal, justamente como seria equivocado dizer o contrário. Cada caso deve ser julgado separadamente, cada país tem o tipo de governo que germinou a partir de seu próprio curso de desenvolvimento político.

Observando os Estados Unidos, encontramos nesta terra de maior concentração de capital monopolista nem um pouco de desejo de mudar para uma ditadura, tal como na Inglaterra. Sob a administração de Roosevelt se efetuaram certas regulações e ações para minimizar os efeitos da depressão, algumas das quais eram completas inovações. Entre estas estavam também o começo de uma política social, que até agora estava completamente ausente da política americana. Porém, o capital privado já está se rebelando e se sentindo suficientemente forte para seguir seu próprio curso na luta política pelo poder. Observadas a partir dos Estados Unidos, as ditaduras em diversos países europeus parecem como uma armadura pesada, destruidora da liberdade, que as intensamente aprisionadas nações da Europa devem carregar, devido às rivalidades herdadas que lançam a destruição mútua. Porém, não se apresentam como o que realmente são, determinadas formas de organização de um capitalismo altamente desenvolvido.

Os argumentos a favor de um novo movimento operário, que nós designamos com o nome de comunismo de conselhos, não encontram sua base no capitalismo de Estado ou ditadura fascista. Este movimento representa uma necessidade vital das classes trabalhadoras e deverá se desenvolver em todas as partes. Ele se converte numa necessidade devido à colossal elevação do poder do capital, pois contra um poder desta magnitude as velhas formas do movimento operário se tornam impotentes. Consequentemente, o movimento operário deve encontrar novos meios de luta. Por esta razão, os princípios programáticos para o novo movimento operário não podem basear-se nem no capitalismo de Estado, nem no fascismo ou na ditadura como suas determinações, mas somente no

poder constantemente crescente do capital e na impotência do velho movimento operário para enfrentar este poder.

Para as classes trabalhadoras nos países fascistas prevalecem ambas as condições, pois ali o poder incrementado do capital é o que sustenta no país a ditadura política tal qual a ditadura econômica. Nestes países, a propaganda por novas formas de ação deve ser relacionada com a existência da ditadura. Porém, seria uma estupidez basear um programa internacional em tais princípios, esquecendo que as condições de outros países são extremamente diferentes das dos países fascistas.

O FRACASSO DA CLASSE OPERÁRIA *

Em vários números de *Politics*, se apresentou a questão: porque a classe operária fracassou em sua missão histórica? Porque não ofereceu resistência ao nazismo na Alemanha? Porque não existe o menor traço de um movimento revolucionário entre os operários dos Estados Unidos? E nos perguntamos (número de novembro, p. 349): que aconteceu com a vitalidade social da classe operária mundial? Porque no mundo inteiro as massas parecem incapazes de empreender novos caminhos que levem à sua própria emancipação? As considerações seguintes talvez permitam esclarecer um pouco o problema.

É fácil perguntar agora: porque os operários não se levantaram diante da ameaça fascista? Para realizar um combate é necessário um objetivo positivo. Diante dessa ameaça, não havia mais do que duas possíveis respostas: ou bem deixar intacto o capitalismo de velho tipo, e seu séquito de desemprego, crise, corrupção e miséria – em lugar que o nazismo se apresentara sob as cores de um movimento anticapitalista e tendendo a instaurar o reino do trabalho, da grandiosidade e da comunidade nacional – ou bem desencadear a revolução socialista. Na realidade, a grande questão é: porque os operários alemães não desencadearam a revolução?

Bom, havia realizado essa experiência em 1918. Porém, esta revolução lhes ensinou que nem o partido socialdemocrata nem os sindicatos eram instrumentos de libertação; ao contrário, ambos se revelaram como instrumentos da restauração capitalista. Que fazer então? Aderir ao partido comunista? Porém, este não propunha outro caminho e fazia sua propaganda do capitalismo de Estado, onde a privação de liberdade era ainda maior do que nos demais países.

Podia ser de outro modo? O objetivo proclamado do partido socialista da Alemanha – no fundo, por todos os partidos socialistas do mundo – era o socialismo de Estado. Segundo seu programa, a classe operária devia inicialmente conquistar o poder político, logo, através desse poder, organizar a produção conforme um sistema econômico

planificado sob direção estatal. O seu instrumento deveria ser o partido socialista, cujo número de adeptos era composto por mais de 300 mil integrantes, aos quais se deve acrescentar mais um milhão nos sindicatos e três milhões de eleitores, dirigidos por um enorme aparato de políticos, agitadores, periodistas, todos desejosos em substituir os governantes do momento. O programa socialista decidia também que a classe capitalista seria expropriada com a ajuda de medidas legais e a produção seria organizada segundo um sistema de planificação cuja gestão estaria nas mãos de órgãos centrais.

É claro que em tal sistema a emancipação dos trabalhadores não pode ser mais que parcial, mesmo garantido o seu pão cotidiano. A sociedade teria mudado apenas por cima, pois, na base, nesse sistema, sempre existirão fábricas com operários assalariados, sob ordens de diretores e administradores. Este é, por exemplo, o edifício social que descreve, depois da Primeira Guerra Mundial, o socialista inglês G. D. H. Cole, cujos estudos sobre o socialismo de corporações e de outras reformas do sistema industrial exerceram muita influência nos meios sindicais. Ele dizia que a totalidade da população seria incapaz de dirigir a indústria como é a totalidade dos acionistas de uma grande empresa (...). No regime socialista, como no capitalista em grande escala, será necessário colocar a gestão das grandes empresas industriais nos *experts* assalariados, escolhidos por seus conhecimentos especializados e por suas competências em tal ou qual domínio... Tudo leva a crer que os dirigentes efetivos das indústrias socializadas serão nomeados seguindo métodos quase iguais aos em vigor na empresa capitalista moderna... Tudo leva a crer que a socialização de um ramo qualquer da indústria não deveria provocar grandes mudanças no pessoal de direção.

Assim, os operários poderão ver novos mestres tomar o lugar dos antigos. Bons mestres transbordantes de humanismo, no lugar dos terríveis mestres saqueadores de hoje. Mestres escolhidos por um governo socialista ou, no melhor dos casos, eleitos por eles. Porém, uma vez escolhidos os mestres, é preciso obedecê-los! Os operários não possuem o menor poder na empresa, não dispõem absolutamente dos meios de produção. Por cima deles se encontra toda uma burocracia de chefes e administradores que os comanda e dirige. Projetos dessa classe podem seduzir aos trabalhadores posto que se sentem impotentes diante do poder capitalista. Foi isso que aconteceu quando se fixou o princípio de sua

progressão durante o século 19. Por serem demasiadamente fracos para tomar dos capitalistas o seus postos de comando, não viam outra saída: um socialismo de Estado, um governo de socialistas que expropria os capitalistas.

Hoje, os operários começam a compreender que o socialismo de Estado constitui novos grilhões e nada mais. Porém, se encontram diante da tarefa extremamente árdua que consiste em descobrir métodos novos e colocá-los em prática. O que é impossível sem uma profunda e radical mudança de ideias e ainda estando acompanhados de mil conflitos internos. Se nos dizem: o vigor da luta diminuiu, a vacilação, a incerteza, a divisão, reinam, energia desapareceu. Que há de surpreendente nisso?

Uma mudança de pessoal dirigente não basta para aniquilar o capitalismo. É necessário, para isto, abolir a própria função de direção. Para conquistar a liberdade real, os trabalhadores devem poder dispor diretamente dos meios de produção. A primeira condição de uma livre comunidade mundial não é que as massas trabalhadoras tenham suficiente comida, mas que dirijam elas mesmas seu trabalho, de forma coletiva. O conteúdo real de sua existência é o seu trabalho produtivo, a transformação fundamental pertence, portanto, não ao reinado passivo do consumo, mas ao reinado ativo da produção. O problema que surge agora é saber que será feito para unir a liberdade à organização. Como, tanto no caso de cada empresa como no caso da economia mundial, é possível organizar a produção de forma que os trabalhadores, na qualidade de parte componente de uma comunidade solidária, dirijam, eles mesmos, o seu trabalho? Dispor dos meios de produção quer dizer que o pessoal, o conjunto de operários, técnicos e quadros, através de seu esforço coletivo, transformam a fábrica e colocam em movimento o aparato de produção, no qual eles mesmos se dirigem. O meio de organizar a totalidade social será realizado por assembleias que reúnam os delegados de todas as empresas – os conselhos operários – que é onde se discutirá e regulará os assuntos gerais. O desenvolvimento desta organização de conselhos permitirá, pois, resolver o problema. Porém, este desenvolvimento constitui um processo histórico, o qual pede tempo e passa por uma transformação total das concepções e mentalidades.

Esta nova visão de um comunismo livre apenas começa a penetrar no espírito dos trabalhadores. De repente, torna-se possível compreender porque o movimento operário,

antes cheio de promessas, só podia fracassar. A emancipação real, concreta, exige algo mais que um objetivo final restrito. Pois, se o objetivo final não se situa além de um simulacro de libertação ou sendo uma libertação parcial, as forças despertadas são insuficientes para obter resultados fundamentais. Por isso o movimento socialista alemão, incapaz de fornecer armas suficientemente poderosas para combater o capitalismo monopolista, com suas forças colossais, tinha que sucumbir. Era necessário que a classe operária se movimentasse por meio de novos caminhos... Porém, não chegou a se livrar da rede de doutrinas e de palavras de ordem impostas pelo velho partido, não podia fazer frente ao capitalismo agressivo. E isto foi a entrada em um período de decadência contínua, denotando a necessidade de uma nova orientação.

Quando se fala do fracasso da classe operária, o que se fala é sobre um fracasso ligado a objetivos finais demasiado restritos. A luta real pela emancipação ainda nem começou. Visto sob este ângulo, o que se convencionou chamar movimento operário destes últimos cem anos não foi mais que uma sucessão de disputas de vanguarda. Os intelectuais, que possuem o costume de reduzir a luta social à fórmulas mais abstratas e mais simples, estão inclinados a subestimar a formidável amplitude da transformação a realizar. Eles dizem que isso é tão fácil quando escolher um nome para colocar numa urna eleitoral. Porém, se esquecem da necessidade de uma profunda revolução interior das massas operárias, que forneceria a lucidez, solidariedade, perseverança, ânimo e vontade ardente de luta, imprescindível para vencer o imenso poder físico e espiritual do capitalismo.

Em nossos dias, os operários do mundo inteiro se encontram diante de inimigos com uma força inaudita, duas forças capitalistas hostis e repressoras: o capitalismo monopolista dos Estados Unidos e Inglaterra e o capitalismo de Estado russo. O primeiro inimigo caminha para uma ditadura social camuflada em formas democráticas; o segundo se reconhece abertamente como uma ditadura, que se dizia “do proletariado”, mas ninguém acredita mais nisso. Ambos buscam reduzir os operários ao estado de seguidores dóceis e bem adestrados, que só agem conforme as ordens dos chefes de partido, um através do programa socialista dos partidos socialdemocratas e o outro usa a fraseologia, *slogans* e velhos truques do partido comunista. A tradição de lutas gloriosas do passado serve para mantê-los na dependência de ideias obsoletas. Na competição para dominar o mundo, cada

um tenta manter os trabalhadores em seu rebanho, gritando contra o capitalismo, em um caso, e contra a ditadura, no outro caso.

Se surge uma resistência, tanto contra uma como contra a outra, os trabalhadores começam a perceber que só podem lutar com êxito apenas aderindo e proclamando de uma vez por todas o princípio exatamente oposto: o princípio da cooperação entusiasta entre personalidades livres e iguais. Sua tarefa consiste em descobrir os meios que permitem transformar este princípio em ação prática.

II

A questão fundamental aqui é saber se há indícios de um espírito de luta existente ou o despertar da classe trabalhadora. Para responder a isso, devemos deixar o campo das querelas de partidos políticos, destinadas a enganar as massas, e nos voltarmos para o campo dos interesses econômicos, onde os trabalhadores intuitivamente realizam sua luta amarga pelas suas condições de vida. Aqui percebemos que a transformação das pequenas empresas em grandes empresas, os sindicatos deixam de ser instrumentos de luta dos trabalhadores. Nos tempos modernos, essas organizações se transformam cada vez mais em órgãos pelo qual o capital monopolista dita sua vontade para a classe operária.

Quando os operários começam a perceber que os sindicatos são incapazes de dirigir sua luta contra o capital, a tarefa do momento consiste em descobrir e colocar em ação novas formas de luta: a greve selvagem. Este é, efetivamente, o meio de se libertar da tutela exercida pelos velhos líderes e as velhas organizações, de tomar as iniciativas necessárias, de pensar o momento e as formas de ação, para tomar as decisões. Neste contexto, cabe a eles fazer a propaganda, difundir o movimento e dirigir sua própria ação. As greves selvagens constituem explosões espontâneas, a manifestação autêntica da luta de classes contra o capitalismo. Neste dia, certamente, não terão objetivos mais gerais. Porém, manifestam concretamente o nascimento de uma nova mentalidade: a autodeterminação ao invés da determinação dos líderes, autoconfiança ao invés de dependência; espírito de luta ativa ao invés de aceitação de ordens vindas de cima; solidariedade e unidade inquebrantáveis com os camaradas e não o dever imposto por membros de partidos e sindicatos. Essa unidade de ação, na greve, corresponde, obviamente, à unidade no trabalho produtivo de todos os dias, do pessoal das lojas, das empresas, das docas. A atividade

coletiva, o interesse comum frente ao chefe capitalista comum, que os compele a uma ação unitária. Nas discussões e decisões, todas as aptidões individuais, todas as forças do caráter e da mente, entusiasmadas e desdobradas ao máximo, realizam uma cooperação para atingir um objetivo comum.

No curso das greves selvagens, esboça-se uma nova orientação prática da classe operária, uma tática nova: o método da ação direta. Estas lutas constituem a única rebelião que conta frente a este poder de fazer perder a vontade e de repressão que é o capital internacional, o capital dono do mundo. Certo, em pequena escala, movimentos parecidos estão quase infalivelmente fadados ao fracasso total. Trata-se apenas de sinais precursores. Seu sucesso depende da sua extensão para massas cada vez mais extensas. Somente o medo de ver a extensão dessas greves ao infinito pode levar o capitalismo a ceder. Se a exploração se faz cada vez mais intolerável – o que é inquestionável – a resistência não deixará de renascer e atingirá massas sempre mais amplas. Quando esta resistência toma uma amplitude deste nível, podendo perturbar gravemente a ordem social, quando os trabalhadores atacam o capital em sua essência, será necessário enfrentar o poder do Estado e seus imensos recursos. Em seguida, suas greves devem tomar um caráter político; eles devem ampliar sua visão social; os comitês de greve, encarnação da comunidade de classe, assumirão funções sociais mais amplas, assumindo a forma de conselhos operários. A partir desse momento, a revolução social, a decomposição do capitalismo, aponta no horizonte.

Existe algum motivo para esperar um desenvolvimento revolucionário no futuro, sob condições que não existem atualmente? Parece que podemos, com alguma probabilidade, indicar tais condições satisfatoriamente. Nos escritos de Marx há a fórmula seguinte: um sistema de produção não desaparece antes que desenvolvam todas as suas possibilidades intrínsecas. A persistência do capitalismo permite hoje descobrir, nesta fórmula, uma verdade mais profunda do que a que era visível anteriormente. Enquanto o capitalismo estiver em condições de assegurar a vida e a comida para as massas da população, elas não sentem uma vontade imperiosa de acabar com este sistema. Enquanto o capitalismo tem a possibilidade de estender seu império a outras regiões do globo, consegue fazer frente às suas necessidades. Assim, enquanto metade da população mundial está fora do sistema capitalista, então ele pode seguir seu curso. Milhões de homens que se

aglomeram nas planícies férteis da Ásia do Leste e do Sul, vivem, ainda, em condições pré-capitalistas. Enquanto eles puderem pagar por trilhos, locomotivas, fábricas e máquinas, as empresas capitalistas, especialmente nos Estados Unidos, poderão prosperar e expandir. E é da classe operária americana que depende, a partir de agora, o destino da revolução mundial.

Em outros termos, a necessidade da luta revolucionária se imporá quando o sistema capitalista englobar a maior parte dos homens, quando se tornar impossível qualquer expansão significativa. Neste estágio supremo do capitalismo, a ameaça de um extermínio em massa fará deste combate uma necessidade para todas as classes da sociedade, tanto para os camponeses como para os intelectuais, assim como para os operários. O que se encontra aqui condensado em alguns parágrafos remete a um processo histórico extremamente complexo, que preencherá todo um período de revolução, precedido e acompanhado por lutas espirituais e mudanças essenciais nas ideias fundamentais. Estas mudanças devem ser objeto de estudos atentos por parte de todos aqueles para os quais o comunismo sem ditadura – a organização da sociedade sobre a base da liberdade associada ao sentimento de pertencimento à comunidade – representa o futuro da humanidade.

AS GREVES

No movimento operário se distinguem duas formas principais de luta, geralmente denominadas como campo de luta política e campo de luta econômica. O primeiro centrado nas eleições para os corpos parlamentares e afins, o último consistente nas greves por salários superiores e melhores condições de trabalho. Na segunda metade do século 19, havia uma opinião comum entre os socialistas de que o primeiro tinha uma importância fundamental, sendo revolucionário, pois preparava o objetivo da conquista do poder político, e, portanto, a revolução da estrutura da sociedade, abolindo o capitalismo e introduzindo um sistema socialista. Assim, o segundo era somente um meio de reforma, para manter ou melhorar o nível de vida dentro do capitalismo, aceitando, portanto, este sistema como base da sociedade.

A prática do parlamentarismo mostrou prontamente que tal distinção não poderia ser completamente correta. Marx, no *Manifesto Comunista*, já havia indicado algumas medidas de reforma que preparariam a revolução futura. Em tempos posteriores, os parlamentares socialistas estiveram trabalhando e lutando continuamente por reformas; os partidos socialistas, aos quais pertenciam, construindo um programa detalhado de “demandas imediatas”; e podiam ganhar um crescente número de eleitores. Em primeiro lugar, e mais evidentemente, na Alemanha; logo, em outros países europeus. O objetivo final de uma revolução socialista foi gradualmente jogado para segundo plano. O que, sob o nome de luta pelo socialismo, logrou realmente essa luta política foi assegurar para a classe operária um certo lugar reconhecido dentro da sociedade capitalista, com certos níveis de condições de trabalho e de vida, claro que nunca realmente assegurados, sempre instáveis, porém existentes de algum modo, sempre disputados e sempre necessitando de defesa.

As duas formas de luta, o sindicalismo com suas greves e o socialismo parlamentar, são agora somente instrumentos de reformas – em grande parte manejados pelas mesmas pessoas, dirigentes sindicais que estão no parlamento. E a doutrina reformista afirmava que através de sua atividade, pelas reformas acumuladas no parlamento e pela

“democracia industrial” nas fábricas, eles transformariam gradualmente o capitalismo em socialismo.

Porém, o capitalismo tinha seus próprios caminhos. O que Marx havia exposto em seus estudos econômicos, a concentração do capital, realizou-se em um grau muito mais poderoso do que talvez seu autor tenha pensado. O crescimento e o desenvolvimento do capitalismo no século 20 provocaram uma quantidade de novos fenômenos sociais e condições econômicas. Todo socialista que defende a luta de classes intransigente tem que estudar estas mudanças atentamente, pois é delas que depende como os operários têm que agir para ganhar a vitória e a liberdade; diversas velhas concepções da revolução podem agora adotar uma forma bem distinta. Este desenvolvimento incrementou enormemente o poder do capital, deu a pequenos grupos monopolistas a dominação sobre o conjunto da burguesia e amarrou sempre mais firmemente o poder estatal aos grandes negócios.

Na classe capitalista fortaleceram os instintos de opressão, manifestos no aumento das tendências reacionárias e fascistas. Este desenvolvimento tornou os sindicatos cada vez mais impotentes frente ao capital, menos inclinados à luta; seus dirigentes se converteram cada vez mais em mediadores e inclusive agentes do capital, cuja tarefa é impor as insatisfatórias condições de trabalho ditadas pelo capital sobre os operários resistentes. As greves assumem cada vez mais a forma de greves selvagens, desencadeadas contra a vontade dos dirigentes sindicais, que então, tomando a direção, sufocam a luta tão logo assumam a direção. Enquanto no campo da luta política tudo é colaboração e harmonia das classes – no caso do PC, acompanhada por um discurso aparentemente revolucionário –, tais greves selvagens se tornam cada vez mais a única luta de classe real e amarga dos operários contra o capital.

Depois da guerra, estas tendências se intensificaram. A reconstrução – a reparação da devastação ou da insuficiência de forças produtivas – significa reconstrução capitalista. A reconstrução capitalista implica uma acumulação de capital mais rápida, um incremento mais vigoroso dos lucros, a depressão do nível de vida dos trabalhadores. O poder estatal adquire agora uma importante função organizando a vida mercantil. Na Europa devastada, o Estado adquire a primazia suprema: seus oficiais se convertem em diretores de uma economia planificada, regulando a produção e o consumo. Sua função especial é manter os

operários sujeitados, e afogar todo descontentamento por meios físicos ou mentais. Na América, o Estado está sujeito ao grande capital, esta é sua função principal. Os operários possuem agora contra eles a frente única do poder estatal e da classe capitalista, aos quais se unem os dirigentes sindicais e partidários – que aspiram sentar-se na mesa de conferência com os gerentes e chefes e ter voto na fixação dos salários e das condições de trabalho. E, mediante este mecanismo capitalista de preços crescentes, o nível de vida dos operários cai rapidamente.

Na Europa, Inglaterra, Bélgica, França, Holanda – e na América também – vemos a manifestação de greves selvagens, ainda em pequenos grupos, sem consciência clara de seu papel social e sem objetivos ulteriores; porém mostrando um esplêndido espírito de solidariedade. Na Inglaterra desafiam seu governo “trabalhista”, e na França e Bélgica são hostis ao Partido Comunista no governo. Os operários começam a sentir que o poder estatal é agora seu inimigo mais importante; suas greves estão dirigidas contra este poder tanto quanto contra os seus amos capitalistas. As greves se converteram em um fator político; e quando as greves eclodem em tal extensão que atingem ramos inteiros e agitam a produção social em seu núcleo, se convertem em fatores políticos de primeira grandeza. Os próprios grevistas podem não ser conscientes disso (tampouco a maioria dos socialistas), podem não ter intenção de ser revolucionários, porém o são. E, gradualmente, a consciência surgirá do que estão fazendo de modo intuitivo, a partir da necessidade; e isto tornará as ações mais diretas e eficazes.

Assim, os papéis se invertem gradualmente. A ação parlamentar degenera em uma mera briga de políticos e serve para enganar a população, ou, no melhor dos casos, para ajustar o sujo e velho capitalismo. Ao mesmo tempo, as greves de massas dos operários tendem a converter-se nos mais sérios ataques contra o poder estatal, esta fortaleza do capitalismo, e nos fatores mais eficazes para desenvolver a consciência e o poder social da classe operária. No entanto, há certamente um longo caminho até este resultado; enquanto vemos os operários decretando greve e retornando ao trabalho por simples ordem de um chefe ambicioso, não estão, portanto, amadurecidos para as grandes ações de autolibertação. Porém, olhando para trás, sobre o desenvolvimento e mudanças de meio século passado, não podemos deixar de reconhecer a importância dessas lutas de classe genuinamente

proletárias para nossas ideias da revolução social. Como, em relação a isto, as tarefas de propaganda se ampliam para os socialistas, podem ser consideradas em outro momento.

O SINDICALISMO E A AÇÃO DIRETA

A tarefa primordial da classe operária é tomar em suas mãos a produção e organizá-la. Para prosseguir a luta é, contudo, necessário ver clara e distintamente o fim a atingir. Não resta senão o combate em si mesmo. A conquista do poder sobre a produção é a principal e mais difícil parte do que se deve fazer. É no decurso desta luta que se criarão os Conselhos Operários.

Não podem prever-se exatamente as formas que, no futuro, tomará a luta dos trabalhadores pela sua libertação. Essas formas dependerão das condições sociais e evoluirão com o crescente poder da classe operária. É e será necessário examinar de que modo esta batalha se desenrolou até ao presente e como adaptou as suas ações às mudanças de circunstâncias. Não seremos capazes de fazer face às necessidades do momento senão através dos ensinamentos, da experiência daqueles que nos precederam e somente encarando-a de uma forma crítica.

Em qualquer sociedade assente sobre a exploração duma classe trabalhadora por uma classe dominante se trava uma luta permanente, cujo objetivo é a divisão do produto total do trabalho, ou, em outras palavras, o grau de exploração. Assim, a Idade Média, como todos os séculos que se lhe seguiram, está cheia de combates incessantes e encarniçados entre os camponeses e os senhores da terra¹. Na mesma época, pode ver-se a luta da classe burguesa, em ascensão, contra a nobreza e a monarquia, pelo poder sobre a sociedade. É uma luta de classes, de natureza diferente, associada ao crescimento de um novo sistema de produção, proveniente do desenvolvimento da técnica, da indústria e do comércio. É uma guerra entre os senhores da terra e os do capital, entre o sistema feudal em declínio e o sistema capitalista em pleno voo. Através duma série de convulsões sociais, revoluções políticas e guerras, em Inglaterra, França e, em seguida, noutros países, a classe capitalista conquistou o domínio completo da sociedade.

¹ Mais exatamente: servos e senhores feudais (NT).

No regime capitalista, a classe operária deve travar contra o capital duas formas de luta. Travar um combate perpétuo para atenuar a forte pressão da exploração, para fazer aumentar os salários e acrescentar ou manter a sua parte no produto total. Por outro lado deve com o aumento da sua força, conquistar o domínio da sociedade para derrubar o capitalismo e instaurar um novo sistema de produção.

Quando, pela primeira vez, no início da revolução industrial, em Inglaterra, se introduziram máquinas de fiar e depois de tecer, os operários revoltados quebraram-nas. Não eram propriamente operários no sentido atual do termo, quer dizer, assalariados. Tratava-se de pequenos artesãos, até então independentes, reduzidos agora à fome pela concorrência das máquinas, produzindo a baixo preço, e que em vão experimentaram destruir a causa da sua miséria. Em seguida, eles ou os seus filhos, tornaram-se os trabalhadores assalariados, manobrando eles mesmos as máquinas, e a sua posição foi mudada. O mesmo se passou com exércitos de camponeses que, durante todo o século 19, período do desenvolvimento industrial, se amontoaram nas cidades, atraídos por aquilo que lhes parecia bons salários. Na época moderna, são os descendentes dos operários que povoam as fábricas e sê-lo-ão cada vez mais.

Para todos, a luta por melhores condições de trabalho é uma necessidade imediata. Sob pressão da concorrência e para aumentar os lucros, os patrões tentam baixar os salários e aumentar o mais possível os períodos de trabalho. Os trabalhadores, impotentes, ameaçados pela fome, devem submeter-se em silêncio. Depois a resistência explode de repente, sob a única forma possível: a recusa de trabalhar, a greve. Na greve, os trabalhadores descobrem pela primeira vez a sua força; na greve aparece o seu poder de luta. Da greve nasce a associação de todos os trabalhadores duma fábrica, duma indústria, duma nação. Da greve nasce a solidariedade, o sentimento de fraternidade entre camaradas de trabalho, o sentimento de união com toda a classe: é a primeira aurora do que será, um dia, o sol da nova sociedade. A ajuda mútua, aparecendo primeiro sob a forma de coletas espontâneas e benévolas, cedo toma a forma durável dum sindicato.

O desenvolvimento dum sindicalismo sólido exige certas condições. A dura existência em um mundo onde tudo é permitido aos exploradores, onde reinam as proibições e o arbítrio policial, situação herdada em grande parte do período pré-capitalista,

deve ser primeiro suavizada, antes de se poderem edificar construções sólidas. Os trabalhadores tiveram de lutar a maior parte do tempo por si mesmos, para que as condições de desenvolvimento do sindicalismo fossem garantidas. Na Inglaterra, foi a campanha revolucionária do cartismo; na Alemanha, meio século mais tarde, a luta da socialdemocracia, que, impondo o reconhecimento dos direitos sociais dos trabalhadores, lançaram as bases do desenvolvimento dos sindicatos.

Nos nossos dias existem sólidas organizações, englobando trabalhadores de um mesmo ramo industrial, num mesmo país, mantendo ligações com outros setores da atividade e internacionalmente unidas aos sindicatos de outros países do mundo. O pagamento regular de elevadas cotizações fornece os fundos necessários para a manutenção dos grevistas quando se torna imperioso forçar os capitalistas a conceder, contra sua vontade, condições mais decentes de trabalho aos operários. Os camaradas mais capazes, por vezes vítimas do inimigo na sequência de lutas passadas, tornam-se permanentes, fazendo, nas negociações com os investidores capitalistas, o papel de porta-vozes dos operários, independentes e conhecendo bem os problemas. Em consequência de uma greve oportunamente desencadeada e sustentada com toda a força do Sindicato, em consequência das negociações que se realizam, podem ser concluídos acordos, assegurando salários mais elevados e uniformes, horários de trabalho mais reduzidos, na medida em que a duração destes não esteja ainda fixada por lei.

Os trabalhadores já não são mais indivíduos impotentes, forçados pela fome a vender a sua força de trabalho por qualquer preço. Estão agora protegidos pela força da sua própria solidariedade e cooperação, porque cada sindicalizado não só dá uma parte do seu salário para os seus camaradas, como está pronto a arriscar o seu próprio emprego, na defesa da organização, ou seja, sua comunidade. Assim, estabelece-se certo equilíbrio entre a força operária e a dos patrões. As condições de trabalho deixam de ser impostas pelos interesses todo-poderosos dos capitalistas. Os sindicatos são, pouco a pouco, reconhecidos como representantes dos interesses dos trabalhadores e, ainda que a luta continue necessária, tornam-se uma força que participa nas decisões. Não por toda a parte, nem de um só golpe, nem em todos os ramos da indústria. Os operários especializados são geralmente os primeiros a criar os seus sindicatos. A massa dos operários não

especializados, que povoam as grandes fábricas e lutam contra os patrões mais poderosos, só mais tarde o consegue. Os seus sindicatos nascem, sobretudo, no decorrer duma súbita explosão de grandes lutas. Mas contra os monopólios, proprietários de empresas gigantescas, os sindicatos têm poucas chances de sucesso. Esses capitalistas todo-poderosos querem ser os senhores absolutos, e a sua arrogância tolera somente o “sindicato amarelo”, quer dizer, às suas ordens.

Deixando de lado esta restrição e supondo que o sindicalismo esteja plenamente desenvolvido e controle toda a indústria, isso não significa que a exploração esteja abolida e o capitalismo suprimido. São somente o arbítrio do capitalismo isolado e os piores abusos de exploração que estão abolidos. E este estado de coisas corresponde também ao interesse dos outros capitalistas – protege-os contra toda a concorrência desleal – e ao interesse do capitalismo em geral. O desenvolvimento do poder dos sindicatos permite uma normalização do capitalismo, uma certa norma de exploração é universalmente aceite e estabelecida. Uma norma para os salários, que satisfaça as exigências vitais mais modestas, de modo que os trabalhadores não sejam constrangidos de vez em quando a rebelar-se por causa da fome, é necessário para que a produção não seja interrompida. Uma norma para os horários de trabalho, não esgotando de todo a vitalidade da classe operária – ainda que as reduções de horários sejam largamente compensadas pela aceleração da cadência e pela intensidade do esforço – é necessária ao capitalismo em si mesmo; é preciso ter em reserva uma classe operária utilizável pela exploração futura. Foi a classe operária que, através de sua luta contra a mesquinha avidez do capitalista, teve que estabelecer as condições de um capitalismo normal. E tem que voltar a lutar incessantemente para preservar este precário equilíbrio. Os sindicatos são os instrumentos destas lutas, por isso preenchem uma função indispensável no capitalismo. Alguns patrões menos espertos não compreendem isto, mas os seus chefes políticos, mais avisados, sabem muito bem que os sindicatos são um elemento essencial ao capitalismo, e que, sem esta força reguladora que são os sindicatos operários, o poder capitalista não seria completo. Finalmente, se bem que produzidos pelas lutas dos operários e mantidos vivos pelos seus esforços e sacrifícios, os sindicatos tornaram-se órgãos da sociedade capitalista.

Mas com o desenvolvimento do capitalismo, as condições de exploração, pouco a pouco, tornaram-se desfavoráveis aos operários. O grande capital cresce, toma consciência da sua força e deseja ser o único senhor. Os capitalistas aprenderam também o valor da força que dá a associação; organizam-se em sindicatos patronais. Em lugar da igualdade de forças aparece uma nova forma de superioridade do capital. As greves são contrariadas pelo “*lock-out*”, que esgota os fundos aos sindicatos. O dinheiro dos trabalhadores não pode rivalizar com o dinheiro dos capitalistas. Nas negociações sobre salários e condições de trabalho, os sindicatos constituem, mais do que nunca, a parte mais débil, porque devem temer e por fim devem tentar evitar as grandes lutas que esgotam as reservas e com isso coloca em perigo a existência estável da organização e dos seus funcionários. Nas negociações, os funcionários sindicais têm muitas vezes que aceitar uma degradação das condições de vida para evitar a luta. Para eles isso é inevitável e evidente por si mesmo, pois compreendem que ao mudar as condições diminuiu a força relativa de luta de sua organização.

Para os trabalhadores, não é evidente que tenham que aceitar em silêncio condições de trabalho e de vida mais duras. Os trabalhadores querem lutar. Aparece então uma contradição. Os funcionários sindicais parecem possuir um consenso. Sabem que os sindicatos estão em posição desvantajosa e que a luta terminará na derrota. Mas os trabalhadores sentem instintivamente que grandes forças permanecem escondidas sob as massas; se ao menos soubessem como pô-las em movimento e como servir-se delas! Compreendem bem que cedendo, agora e sempre, verão a sua situação piorar e que esta degradação só pode ser evitada lutando. Surgem então conflitos entre os sindicalistas e os sindicalizados. Os sindicalizados protestam contra os novos níveis de salários, sempre favoráveis aos patrões; os sindicalistas defendem os acordos a que chegaram depois de longas e difíceis negociações e tentam fazê-los ratificar. Assim, devem por vezes servir de porta-vozes dos interesses do capital contra os dos operários. E, porque são os dirigentes influentes dos sindicatos e põem todo o peso do seu poder e autoridade dum lado, bem determinado, da balança, pode dizer-se que, em suas mãos, os sindicatos se transformam em órgãos do capital.

O crescimento do capital, o aumento do número de trabalhadores, a urgente necessidade de associação, transformaram os sindicatos em organizações gigantes, que exigem um estado-maior, cada vez mais importante, de funcionários e dirigentes. Eles passam a constituir uma burocracia que executa o trabalho administrativo; torna-se num poder que reina sobre os sindicalizados, porque todos os fatores de poder estão em suas mãos. Como especialistas, preparam e organizam todas as atividades, administram as finanças e gerem o dinheiro de acordo com seus propósitos, são diretores dos diários sindicais, através dos quais podem impor as suas próprias ideias e pontos de vista pessoais aos sindicalizados. Prevalece uma democracia formal: os sindicalizados em suas assembleias, os delegados eleitos pelos congressos, devem tomar as decisões, exatamente como o povo toma as decisões políticas no parlamento e no estado. Mas as mesmas razões que fazem do parlamento e do governo os senhores do povo, manifestam-se nestes parlamentos do trabalho. A burocracia dos especialistas oficiais, dominando todas as coisas, transforma-se numa espécie de governo sindical, reinando sobre os sindicalizados absorvidos pelo seu trabalho e problemas cotidianos. Já não é a solidariedade, essa virtude proletária por excelência, mas a disciplina, a obediência às decisões que lhes é solicitada. Surgem então divergências de pontos de vista e de opiniões sobre diversas questões. Esse contraste se vê fortalecido pela diferença estabelecida no que se refere às condições de vida: insegurança do trabalho para os operários sempre ameaçados pela força das depressões e pelo desemprego, contrastando com a segurança necessária dos sindicalistas para manejar adequadamente os assuntos sindicais.

É tarefa e função do sindicalismo, ao unificar as lutas, fazer sair os trabalhadores da sua miséria e angústia e permitir-lhes conquistar e fazer reconhecer a sua condição de cidadãos e direitos a ela inerentes na sociedade capitalista. Deve defender os operários contra a exploração cada vez maior do grande capital. Mas hoje, o grande capital transforma-se cada vez mais em poder monopolista de bancos, de trustes industriais, e assim se reforça e disto resulta que esta função primária do sindicalismo desapareceu. O seu poder tornou-se insignificante em relação ao formidável poder do capital. Os sindicatos são hoje organizações gigantes, cujo lugar é reconhecido pela sociedade. A sua posição está regulamentada pela lei e os acordos salariais que realizam têm força legal coercitiva para

toda a indústria. Os seus chefes aspiram fazer parte do poder que controla as condições industriais. Eles são o aparato através do qual o capital monopolista impõe as suas condições a toda classe operária. Para o capital, doravante todo-poderoso, é mais vantajoso disfarçar a sua hegemonia sob formas democráticas e constitucionais, que mostrá-la sob a forma direta e brutal de ditadura. As condições de trabalho que lhe parecem convir aos operários serão respeitadas mais facilmente sob a forma de acordos concluídos com os sindicatos, do que sob a forma de imposições ditadas com arrogância. Em primeiro lugar, porque aos operários fica a ilusão de serem senhores dos seus próprios interesses. Em segundo lugar, porque todos os vínculos de adesão aos sindicatos (criados por eles, através de seus sacrifícios e lutas, bem como entusiasmo) que os tornam valorados pelos trabalhadores, é justamente o que torna os trabalhadores dóceis à vontade dos seus senhores. Assim, nas condições atuais, os sindicatos se transformaram, cada vez mais, em órgãos de dominação do capitalismo monopolista sobre a classe operária.

Os sindicatos perdem então a sua importância na luta dos operários contra o capital. Mas a luta, em si mesma, não pode cessar. As tendências repressivas se fazem mais intensas com o domínio do grande capital e por isso a resistência operária tem que ser mais enérgica. As crises econômicas fazem cada vez mais estragos e destroem um progresso aparentemente assegurado. A exploração intensifica-se na esperança de retardar a queda da taxa de lucro dum capital que cresce rapidamente. Os trabalhadores terão de resistir sempre. Mas contra o poder crescente do grande capital, os velhos métodos de luta tornaram-se ineficazes. Novos métodos são necessários e logo começam a surgir a partir das próprias lutas dos trabalhadores. Brotam espontaneamente na greve selvagem (ilegal), na ação direta.

A ação direta é a ação dos próprios trabalhadores sem a mediação da burocracia sindical. Uma greve diz-se “selvagem” (ilegal ou não oficial) por oposição às greves desencadeadas pelos sindicatos respeitando os regulamentos e as leis. Os trabalhadores sabem que a greve legal carece de efeito; os sindicalistas são forçados a desencadeá-la contra sua vontade e sem que a tenham previsto, talvez pensando intimamente que uma derrota seria lição salutar para os presunçosos operários e sempre tentam pôr-lhe fim o mais rapidamente possível. É por isso que a exasperação explode no meio de grupos, maiores ou

menores, de operários e toma a forma de greve selvagem, desde que a opressão se torne muito forte ou as negociações se arrastem sem resultado.

O combate da classe operária contra o capital é impossível sem organização. Esta nasce espontaneamente, imediatamente. É claro que isso não ocorre da mesma forma como se funda um novo sindicato, com direção eleita e regras escritas, sob a forma de parágrafos ordenados. Às vezes, sem dúvida, ocorre dessa maneira. Ao atribuir a ineficácia de luta aos defeitos pessoais dos velhos chefes, cheios de furor contra os sindicatos tradicionais, fundam um novo sindicato, à cabeça do qual põem os homens mais capazes e enérgicos. E, com efeito, ao princípio as lutas endurecem, encarniçam-se. Mas com o tempo, o novo sindicato, se continua pequeno, carece força, apesar de sua atividade. Se conseguir crescer e fortalecer, a necessidade faz-lhe adquirir as mesmas características do sindicato anterior. Em consequência de tais experiências, os trabalhadores acabarão por escolher o caminho inverso: manter inteiramente em suas mãos a direção da sua própria luta.

Que se pretende dizer com: “manter inteiramente em suas mãos a direção da sua própria luta” (ou, se preferirmos, dirigir eles próprios os seus assuntos)? Deve entender-se que toda a iniciativa e decisão emanam dos próprios trabalhadores. Mesmo existindo um comitê de greve – indispensável quase sempre, pois os trabalhadores não podem estar permanentemente reunidos – tudo será feito pelos grevistas. Permanecem ligados, repartindo entre si as tarefas, tomam as medidas que se impõem e decidem diretamente todas as ações a efetuar. A decisão e a ação, ambas coletivas, formam um todo.

A primeira e mais importante tarefa a executar é realizar propaganda para ampliar a greve. A pressão sobre o capital deve intensificar-se. Em face do gigantesco poder do capital, não somente os operários, tomados individualmente, são impotentes, mas também os grupos de trabalhadores que permaneçam isolados. A única força que está à altura de lutar contra o capital é a que resulta da unificação, firme e resoluta, de toda a classe operária. Os patrões sabem-no ou sentem-no muito bem e a única coisa que os faz ceder e fazer concessões é o medo de que a greve se torne geral. Quanto mais manifesta e decidida for a vontade dos trabalhadores, quanto maior o número de grevistas, mais provável será o êxito.

Tal extensão produz-se porque não se trata da greve de um grupo que está atrasado, vivendo em condições piores que os outros operários tentando elevar-se até ao nível geral. Nas circunstâncias presentes e novas, o descontentamento é geral e todos os trabalhadores se sentem oprimidos pela dominação do capital. Em todos os lugares se acumulam motivos para uma explosão social. Os trabalhadores entram na luta não por outros mas por si mesmos. Enquanto se sentem isolados, temendo perder os seus empregos, inseguros sobre as reações dos seus camaradas, sem firme unidade, evitarão a ação. Mas, desde que entram na batalha, transformam sua velha personalidade em uma nova: o medo egoísta é relegado a segundo plano e novas forças emergem da comunidade, solidariedade e abnegação, fortalecendo a coragem e a perseverança. E elas são contagiosas, o exemplo da luta subleva outros trabalhadores, que sentem em si próprios as mesmas forças, a mesma confiança em si e nos outros. Assim, a greve selvagem, qual fogo numa pradaria, alcança outras empresas e engloba massas cada vez mais numerosas e importantes.

Tal resultado não pode ser obra de um pequeno número de chefes, de sindicalistas ou de novos porta-vozes, que se tivessem imposto por si mesmos, se bem que, sem dúvida alguma, a ousadia de alguns intrépidos camaradas possa impulsionar fortemente a ação. É necessário que seja a vontade e o trabalho de todos, o produto da iniciativa coletiva. Os trabalhadores não devem somente agir, é preciso que imaginem, reflitam e decidam por si próprios. Não podem deixar a decisão e responsabilidade a um organismo, um sindicato, que se encarregaria deles. São inteiramente responsáveis pela sua luta, o sucesso ou a derrota dependem apenas deles. Eram homens passivos, tornam-se homens ativos, tomando com decisão o seu próprio destino nas mãos. Eram indivíduos isolados, importando-se apenas consigo mesmos, são agora um grupo unido, fortemente coeso.

As greves espontâneas apresentam ainda outro aspecto importante: a divisão dos trabalhadores em sindicatos diferentes e separados é abolida. No mundo sindical as tradições herdadas da época do pequeno capitalismo jogam um importante papel, separam os trabalhadores em corporações muitas vezes rivais, em competição entre si. Em alguns países, as diferenças políticas e religiosas são também barreiras que conduzem à criação de sindicatos liberais, católicos, socialistas ou outros, separados uns dos outros. Na oficina, os membros dos diversos sindicatos encontram-se ombro a ombro. Mas, mesmo no decorrer

duma greve permanecem muitas vezes isolados, evitando deixar-se contaminar demasiado por ideias unitárias, deixando o trabalho de fazer acordos, com vista à ação ou às negociações, apenas para as direções sindicais e os delegados. Contudo, no caso das ações diretas, estas diferenças de filiação a sindicatos distintos se tornam irreais e exteriores. Para as lutas espontâneas a primeira necessidade é a unidade e nelas há unidade, pois sem ela não se poderia lutar. Todos os que trabalham juntos em uma fábrica, estão na mesma situação, submetidos à mesma exploração, lutam contra o mesmo patrão, mantêm-se unidos na ação comum. A sua comunidade real é a fábrica; seu pessoal da mesma empresa forma uma união natural de trabalho, destino e interesses comuns. Como espectros do passado, as velhas distinções de filiações distintas perdem a nitidez, quase esquecidas na nova realidade vivida dos camaradas que realizam uma luta comum. A consciência vívida da nova unidade reforça o entusiasmo e o sentimento de força.

Assim, nas greves selvagens aparecem algumas características da forma das lutas do futuro. Em primeiro lugar, a ação por iniciativa própria, mantendo nas próprias mãos toda a atividade e decisão. Em segundo lugar, a unidade de acordo com o agrupamento natural existente nas empresas, sem distinção baseada nas antigas filiações. Estas formas surgem não através de um planejamento cuidadoso, mas de forma espontânea, irresistível, impostas pela pesada força superior do capital, contra a qual as velhas organizações já não podem lutar seriamente. Mas isto não significa que agora o vento tenha mudado, que os trabalhadores vão ganhar com certeza. Também as greves selvagens terminam geralmente em derrota. Seu âmbito é demasiadamente estreito. Somente em algumas ocasiões favoráveis conseguem êxito, quando conseguem impedir a degradação das condições de trabalho. A sua importância consiste em que demonstram um novo espírito de luta que não pode ser reprimido. Dos mais profundos instintos de autoconservação, do dever com a família e os camaradas, surge reiteradamente a vontade de afirmar-se a si mesmo. Há uma vantagem no aumento de confiança em si mesmo e no sentimento de classe. Tais disposições de animo anunciam lutas de maior alcance, quando as grandes necessidades sociais, ao exercer uma pressão maior e produzir um mal-estar mais profundo, impulsionam as massas para atuar com mais energia.

Quando as greves selvagens irrompem em grande escala, envolvendo grandes massas, ramos inteiros da indústria, cidades ou regiões, a organização tem de tomar novas formas. É então impossível reunir todos os grevistas numa única assembleia para deliberar. Todavia, mais que nunca, a compreensão mútua é condição da ação comum. Formam-se comitês de greve que agrupam os delegados de todo o pessoal e que discutem permanentemente a situação. Tais comitês de greve são completamente distintos das secretarias dos sindicalistas. Já mostram as características dos conselhos operários. Surgem da luta, da necessidade de lhe dar unidade, direção e fim. Mas não são líderes no velho sentido, pois não têm nenhum poder direto. Os delegados, que são frequentemente pessoas diferentes, vêm para exprimir a vontade e opinião dos grupos que os escolheram. Porque esses grupos não apoiam senão uma ação em que a sua vontade se pode manifestar. Contudo, os delegados não são simples mensageiros dos grupos mandatários; têm um papel preponderante na discussão, encarnam as convicções predominantes. Nas assembleias dos comitês, as opiniões são discutidas, examinadas à luz das circunstâncias atuais. Os delegados levam os resultados e as resoluções para as assembleias gerais. É através destes delegados que o pessoal da fábrica participa nas deliberações e decisões. Assim, fica assegurada a unidade de ação de grandes massas de trabalhadores.

Isso não quer dizer que esta unidade de ação significa que cada grupo se curve obedientemente às decisões do comitê de greve. Nenhum regulamento escrito confere tal poder de decisão ao comitê. A unidade na luta não é um regulamento determinando uma utilização judiciosa de competências, mas das necessidades espontâneas que surgem em ma atmosfera de ação apaixonada. Os trabalhadores decidem por si mesmos, não em virtude de um direito que lhes fosse conferido por regulamentos por eles aceites, mas simplesmente porque decidem verdadeiramente os seus atos. Pode mesmo acontecer que os argumentos apresentados por um grupo não consigam convencer os outros, mas que isso acabe por conduzir finalmente à decisão, pela força da sua ação e do seu exemplo. A autodeterminação dos trabalhadores em luta não é uma dessas exigências deduzida do estudo teórico, a partir de discussões sobre a necessidade e possibilidade da sua utilização, é simplesmente a constatação de um fato decorrendo da prática. Muitas vezes tem sucedido no decurso de grandes movimentos sociais – e sem dúvida alguma voltará a suceder – que

as ações efetuadas não correspondam às decisões tomadas. Algumas vezes os comitês centrais lançam um apelo à greve geral e só são seguidos aqui e além por pequenos grupos. Em outros casos, os comitês analisam detalhadamente sem se aventurarem a tomar uma decisão, enquanto os trabalhadores desencadeiam uma luta de massas. É possível também que os mesmos trabalhadores que estavam resolvidos a fazer greve com todo o entusiasmo, recuem no momento de agir, ou, inversamente, que uma prudente hesitação se reflita nas decisões e que de repente, por ação de forças internas, uma greve não decidida estale irresistivelmente. Enquanto em seu pensamento consciente velhas palavras de ordem e teorias desempenham um papel e determinam argumentos e opiniões, no momento da decisão da qual depende o bem estar ou o infortúnio, se abre campo para uma forte intuição sobre as condições reais e determina suas ações. Isso não significa que essas intuições sejam sempre um guia seguro para os trabalhadores. As pessoas podem equivocar-se em sua impressão sobre as condições exteriores. Mas são essas intuições que conduzem à decisão. Não se podem substituir por uma liderança externa, por vanguardas que comandem os trabalhadores, por mais sagazes que eles sejam. Com suas próprias experiências na luta, no êxito e na adversidade, os trabalhadores devem adquirir a capacidade necessária para cuidar corretamente de seus interesses.

Deste modo, se opõem as duas formas de organização e luta. A antiga, a dos sindicatos e greves regulamentadas; a nova, a das greves espontâneas e dos conselhos operários. Isto não significa que a primeira seja um dia, simplesmente substituída, um dia, pela segunda. É possível imaginar formas intermediárias. Estas constituiriam tentativas de corrigir os males e debilidades do sindicalismo, salvaguardando os seus bons princípios; por exemplo, atenuar o dirigismo dum burocracia de profissionais fixos, evitar o aumento do fosso surgido entre estreiteza de visão e interesses mesquinhos, preservar e empregar a experiência de lutas passadas. Isto poderia ser feito via reunião, depois dum greve, do núcleo dos melhores militantes num único sindicato. Em qualquer lado onde uma greve eclodisse espontaneamente, esse sindicato estaria presente com os seus organizadores, e propagandistas experientes, que auxiliariam as massas inexperientes com o seu conselho, visando instruí-las, defendê-las e organizá-las. Deste modo, cada luta marcaria um progresso na organização, mas no sentido do desenvolvimento da unidade de classe.

O grande sindicato americano IWW² é um exemplo de tal organização. Criado nos fins do último século, este sindicato, que se opunha à AFL³, sindicato conservador dos operários especializados com salários elevados, corresponde às condições particulares dos EUA. Em parte resultado de duras batalhas travadas por mineiros e lenhadores, pioneiros independentes que partiram à conquista das regiões selvagens do velho oeste, contra o grande capital que tinha monopolizado ou saqueado as riquezas das florestas e dos solos, era também o resultado das greves da fome efetuadas por massas de imigrantes miseráveis, originários da Europa de Leste e do Sul, amontoados e explorados nas minas de carvão, nas fábricas e cidades do Este dos Estados Unidos, desprezados e abandonados pelos sindicatos tradicionais. Os IWW forneceram chefes e agitadores experimentados, que mostraram aos trabalhadores como lutar contra o terrorismo policial, que os defenderam perante a opinião pública e os tribunais, que lhes deram uma consciência mais ampla da sociedade, do capitalismo e da luta de classes. Nessas lutas gigantescas, dezenas de milhares de novos membros aderiram aos IWW. Hoje mais não resta que um punhado de militantes. Esse *grande sindicato único* estava adaptado ao crescimento selvagem do capitalismo americano, na época em que este construía o seu poder, esmagando massas formadas de pioneiros individuais.

Formas similares de luta e organização poderão aparecer, aqui ou ali, e espalhar-se quando, no decurso de grandes greves, os trabalhadores despertarem sem terem ainda confiança suficiente para tomarem em mãos os seus próprios assuntos. Mas isso não passará de uma forma transitória. Com efeito, existe uma diferença fundamental entre as condições de luta futura na grande indústria e as da América de outrora. Ontem era a ascensão do capitalismo, amanhã será o seu declínio. Ontem, tinha de contar-se com a independência feroz de pioneiros ou o egoísmo primitivo de emigrantes à procura de meios de existência, quer dizer, com a expressão de um Individualismo pequeno-burguês que ia ser esmagado sob o jugo da exploração capitalista. Amanhã, as massas habituadas à disciplina durante toda a vida, pelas máquinas e pelo capital, estreitamente ligadas ao aparelho produtivo, técnica e mentalmente, organizarão sua utilização em novas bases: as

² IWW: Operários Industriais do Mundo. Movimento sindical radical surgido nos Estados Unidos em 1905 (NT).

³ AFL: American Federation of Labor, Federação Norte-Americana do Trabalho (NT).

da colaboração. Os trabalhadores são realmente proletários, pois todo resquício do individualismo de classe média foi desgastado e apagado há muito tempo pelo hábito de trabalho cooperativo. As forças neles escondidas, que são a solidariedade e a dedicação, esperam somente por grandes lutas, para se transformarem em princípios orientadores da vida. Então, mesmo as camadas mais oprimidas da classe operária, aquelas que só com hesitação se juntam aos camaradas desejando apoiar-se em seu exemplo, sentirão o fortalecimento das novas forças da comunidade e perceberão, também, que a luta pela liberdade lhes pede não só sua adesão mas o desenvolvimento de todos os seus poderes de atividade autônoma e confiança em si mesmos. Assim, superando todas as formas intermediárias de autodeterminação parcial, o progresso seguirá decididamente o caminho da organização de conselhos.

Cartas a Cornelius Castoriadis

I – Primeira carta.

Prezado camarada Chaulieu¹,

Fico muito grato pela série de onze números de “Socialismo ou Barbárie” que deu ao camarada B. para me repassar. Os li (apesar de não integralmente) com extremo interesse, devido à grande concordância de pontos de vista que se revelam entre nós. Provavelmente, você chegou à mesma conclusão com a leitura do meu livro *Os Conselhos Operários*. Durante muitos anos que o pequeno número de socialistas que desenvolviam estas ideias não havia aumentado, o livro foi ignorado e silenciado pela imprensa socialista (salvo recentemente, o “Líder Socialista”, do ILP). Foi, portanto, uma grande satisfação para mim ver que outro grupo chegou às mesmas ideias por uma via independente. O domínio completo dos trabalhadores sobre seu trabalho, que você expressa dizendo: “os próprios trabalhadores organizam a gestão da produção”, eu o descrevi nos capítulos sobre “*A Organização da Fábrica*” e “*A Organização Social*”. Os organismos que os operários necessitam para deliberar, formados por assembleias de delegados, que vocês chamam de “organismos soviéticos”, são os mesmos que nós chamamos “conselhos operários”, “Arbeiterräte”, “Worker’s councils”.

Certamente, existem diferenças; as tratarei, considerando isto como uma tentativa de contribuição à discussão em sua revista. Enquanto que você restringe a atividade desses organismos à organização do trabalho nas fábricas após a tomada do poder social pelos trabalhadores, nós os consideramos como sendo igualmente os organismos através dos quais os operários conquistarão esse poder. Para conquistar o poder não necessitamos de

¹ Cornelius Castoriadis usava o pseudônimo de Pierre Chaulieu. Castoriadis foi um dos principais representantes intelectuais do Grupo *Socialismo ou Barbárie*, ao lado de Claude Lefort, Jean-François Lyotard e outros. Esse grupo surgiu de uma dissidência do trotskismo e, em 1948, passou para o campo do autonomismo, lançando uma revista com o mesmo nome do grupo e ambos existiram até 1965. A partir disso, a maioria dos seus principais representantes intelectuais aderiu a posições políticas cada vez mais conservadoras, sendo que Castoriadis e Lyotard aderiram à ideologia pós-estruturalista.

um “partido revolucionário”, que toma a direção da revolução proletária. A ideia de “partido revolucionário” é um conceito trotskista que encontrou adeptos (desde 1930) entre os numerosos ex-partidários do PC², decepcionados com sua prática. Nossa oposição e nossa crítica remontam já aos primeiros anos da revolução russa e se dirigiam contra Lênin, estando suscitadas por seu giro ao oportunismo político. Ou seja, nós permanecemos fora das vias do trotskismo; nunca estivemos sob sua influência e consideramos Trotsky como o mais hábil porta-voz do bolchevismo, que deveria ter sido o sucessor de Lênin. Contudo, após reconhecer na Rússia um nascente capitalismo de Estado, nossa atenção se dirigiu principalmente rumo ao mundo ocidental do grande capital, onde os trabalhadores teriam que transformar o capitalismo mais altamente desenvolvido em um comunismo real (no sentido literal da palavra). Trotsky, por seu fervor revolucionário, cativou a todos os dissidentes que o stalinismo havia deixado de fora do PC e ao inocular-lhes o vírus bolchevique, os tornou quase incapazes de compreender as novas grandes tarefas da revolução proletária.

Devido ao fato de que a revolução russa possui uma enorme influência nas mentes, é necessário compreender mais profundamente seu caráter fundamental. Em poucas palavras, tratava-se da última revolução burguesa, porém realizada pela classe operária. Revolução burguesa³ significa uma revolução que destrói o feudalismo e abre caminho para a industrialização, com todas as consequências sociais que esta implica. A revolução russa, portanto, está na mesma linha que a revolução inglesa de 1647 e a revolução francesa de 1789, com suas continuações em 1830, 1848, 1871. Durante todas estas revoluções, os artesãos, os camponeses e os operários proporcionaram o potencial massivo necessário para destruir o antigo regime; logo, os comitês e os partidos dos homens políticos que representavam as camadas ricas, que constituíam a futura classe dominante, se colocaram em primeiro plano e se apoderaram do poder governamental. No entanto, era a solução natural, já que a classe operária não estava madura para governar-se a si mesma; a nova

² Partido Comunista, no caso, os partidos que foram bolchevizados e “stalinizados”.

³ No original inglês, Pannekoek escreveu “Revolução das classes médias” (Middle class revolution) e foi traduzido para o francês como “Revolução burguesa”, já que em inglês estas expressões podem ser sinônimas, dependendo do contexto. Na segunda carta, Pannekoek esclarece o significado que quis fornecer para esta expressão.

sociedade também era uma sociedade de classes, em que os trabalhadores eram explorados; semelhante classe dominante necessita de um governo composto por uma minoria de funcionários e de homens políticos. A revolução russa, numa época mais recente, parecia ser uma revolução proletária, já que os operários eram seus autores mediante suas greves e suas ações de massas. Logo, contudo, o partido bolchevique pouco a pouco logrou apropriar-se do poder (a classe operária era uma pequena minoria frente à população camponesa); desse modo, o caráter burguês (no mais amplo sentido do termo) da revolução chegou a ser dominante e tomou a forma de capitalismo de Estado. Desde então, devido sua influência ideológica e espiritual no mundo, a revolução russa se converteu no exatamente oposto à revolução proletária, que deve libertar os operários e fazê-los donos do aparato de produção.

Para nós, a tradição gloriosa da revolução russa consiste em suas primeiras explosões de 1905 e 1917, por ter sido a primeira em desenvolver e mostrar aos trabalhadores do mundo inteiro a forma organizativa de sua ação revolucionária autônoma, os soviets. Desta experiência, posteriormente confirmada ainda que em menor escala na Alemanha, extraímos nossas ideias sobre as formas de ação de massas, próprias da classe operária, que tenderá a usar para sua própria libertação.

Exatamente ao contrário é o que vemos nas tradições, ideias e nos métodos surgidos da revolução russa, quando o PC se apoderou do Estado. Essas ideias, que servem unicamente como obstáculo para uma ação proletária correta, constituíram a essência e o fundamento da propaganda de Trotsky.

Nossa conclusão é a de que as formas de organização do poder autônomo, expressas com os termos “soviets” ou “conselhos operários”, servem tanto para a conquista do poder quanto para a direção do trabalho produtivo após essa conquista. Em primeiro lugar, porque o poder dos trabalhadores sobre a sociedade não pode ocorrer de outro modo, por exemplo, pelo que se denomina um *partido revolucionário*. Em segundo lugar, porque esses soviets, que posteriormente serão necessários para a produção, só podem formar-se através da luta de classes para a conquista do poder.

Creio que neste conceito desaparece o “*nó de contradições*” do problema da “*direção revolucionária*”. Pois a fonte das contradições se encontra na impossibilidade de

harmonizar o poder e a liberdade de uma classe que governa seu destino, com a exigência de que obedeça a uma direção formada por um pequeno grupo ou partido. Porém, *podemos manter essa exigência?* Ela, decididamente, contradiz a ideia mais citada de Marx, a saber, que a libertação dos trabalhadores deve ser obra dos próprios trabalhadores. Além disso, a revolução proletária não pode ser comparada a uma rebelião única ou a uma campanha militar dirigida por um comando central, e nem sequer a um período de lutas semelhantes, por exemplo, ao da Revolução Francesa, que não foi mais que um episódio de ascensão da burguesia ao poder. A revolução proletária é muito mais vasta e profunda; é a passagem das massas populares à consciência de sua existência e de seu caráter. Não será uma convulsão única; passará a ser o conteúdo de todo um período na história da humanidade, durante o qual a classe operária terá que descobrir e realizar suas próprias faculdades e seu potencial, como também seus próprios objetivos e métodos de luta. Tentei elaborar alguns dos aspectos desta revolução em meu livro *Os Conselhos Operários*, no capítulo intitulado “*A Revolução Operária*”. Claro que isto só proporciona um esquema abstrato, que podemos utilizar para emitir uma opinião sobre as diversas forças em ação e suas relações.

Agora, é possível que você pergunte: então, no marco dessa orientação *para que serve um partido ou grupo e que tarefas possuem?* Podemos estar seguros de que nosso grupo não chegará a governar as massas trabalhadoras em sua ação revolucionária; ao nosso lado existem meia dezena ou mais de outros grupos ou partidos, que se dizem revolucionários, porém que diferem todos eles em seu programa e em suas ideias; e, comparado ao grande partido socialista não são mais que liliputianos⁴. No marco da discussão contida no número 10 de sua revista, afirma-se, com razão, que nossa tarefa é fundamentalmente uma tarefa teórica: *encontrar e indicar, através do estudo e da discussão, o melhor caminho para a ação da classe operária*. As lições que daí podemos tirar, contudo, não devem dirigir-se somente aos membros do grupo ou do partido, mas às massas da classe operária. Só eles terão que decidir, em suas assembleias de fábrica e seus conselhos, a melhor forma de ser instruídas através de opiniões bem consideradas e provenientes do maior número de lados possível. Por conseguinte, um grupo que proclama

⁴ Liliputiano quer dizer, figurativamente, minúsculo, muito pequeno, insignificante. Sua origem se encontra na obra literária de Jonathan Swift, *As Aventuras de Gulliver*, na qual Gulliver em sua de suas viagens encontra os pequenos seres habitantes de Liliput, lugar imaginário, os liliputianos.

que a ação autônoma da classe operária é a principal força da revolução socialista, considerará que sua tarefa primordial é chegar aos operários; por exemplo, através de panfletos populares que clareiam as ideias aos operários ao explicar as mudanças importantes na sociedade e a necessidade de uma direção dos operários por eles mesmos em todas suas ações bem como no futuro trabalho produtivo.

Estas são algumas das reflexões que me suscitaram a leitura das discussões extremamente interessantes publicadas em sua revista. Além disso, tenho que lhe declarar o quanto fiquei satisfeito com os artigos sobre “O Operário Americano”, que clarificam em grande parte o enigmático problema desta classe operária sem socialismo, e o instrutivo artigo sobre a classe operária na Alemanha Oriental. Espero que seu grupo tenha a possibilidade de publicar outros números de sua revista.

Desculpe-me por haver escrito esta carta em inglês, mas é difícil para mim expressar-me em francês de um modo satisfatório.

Muito sinceramente,

Anton Pannekoek

II – Segunda Carta.

Prezado camarada Chaulieu,

Comprovei com muito prazer que publicou em sua revista “Socialismo ou Barbárie” uma tradução de minha carta, contendo observações críticas, de tal modo que seus leitores possam participar em uma discussão sobre questões fundamentais. Como expressa o desejo de continuar com a discussão, lhe envio algumas observações sobre sua resposta. Naturalmente, continua havendo divergências de opinião que podem se manifestar com maior clareza na discussão. Essas divergências normalmente são o resultado de uma

apreciação diferente do que se considera como pontos mais importantes, o que por sua vez está relacionado com nossas experiências práticas ou com o meio em que cada um se encontra. No meu caso, tratou-se do estudo das greves políticas na Bélgica (1893), na Rússia (1905 e 1917), na Alemanha (de 1918 a 1919); estudo com o qual tentei chegar a uma clara compreensão das características fundamentais dessas ações. Seu grupo vive e trabalha entre a agitação de classe dos operários de uma grande cidade industrial; por conseguinte, sua atenção está totalmente concentrada em um problema prático: como poderiam desenvolver-se métodos de lutas eficazes para além da luta ineficaz dos partidos e das greves parciais da atualidade.

Naturalmente, não pretendo que as ações revolucionárias da classe operária se desenvolvam todas elas em uma atmosfera de discussão pacífica. O que pretendo é que o resultado da luta, frequentemente violenta, não é determinada por circunstâncias acidentais, mas pelo que está vivo no pensamento dos operários, como a base de uma consciência sólida adquirida pela experiência, o estudo ou suas discussões. Se o pessoal de uma fábrica decidirá se fará ou não uma greve, a decisão não se toma dando um soco sobre a mesa, mas normalmente através de discussões.

Você apresenta o problema de um modo totalmente prático: *o que faria o partido se atrás dele tivesse 45% dos membros dos conselhos e tendo outro partido (neostalinista que se esforça por conquistar o regime) buscando tomar o poder pela força?* Sua resposta é essa: teria que assumir a liderança, fazendo o que tememos que o adversário vai fazer. *Qual será o resultado definitivo de tal ação?* Contemple o que ocorreu na Rússia. Ali existia um partido, com bons princípios revolucionários, influenciados pelo marxismo, e com segurança, além disso, com o apoio dos conselhos já formados pelos operários; contudo, foi obrigado a tomar o poder e o resultado foi o stalinismo totalitário (se digo, “foi obrigado” quero dizer que as circunstâncias não estavam bastante maduras para uma verdadeira revolução proletária. No mundo ocidental, no qual o capitalismo está mais desenvolvido, as circunstâncias sem dúvida estão mais maduras, a medida disso pode ser observada pelo desenvolvimento das lutas de classes). Então devemos apresentar a questão: *a luta do partido poderá salvar a revolução proletária tal como você propõe?* Parece-me muito mais que se daria um passo para uma nova opressão.

Sem dúvida, sempre haverá dificuldades. Se a situação francesa, ou mundial, exigisse uma luta em massa dos operários, os partidos comunistas logo tentariam transformar a ação em uma demonstração pró-russa no marco do partido. É preciso levar a cabo uma luta enérgica contra esses partidos. Porém, não podemos vencê-los usando *seus* métodos. Isto só é possível praticando nossos *próprios* métodos. A verdadeira forma de ação de uma classe em luta é: *a força dos argumentos, baseadas no princípio fundamental da autonomia das decisões!* Os operários só podem prevenir uma opressão proveniente do partido comunista mediante o desenvolvimento e o fortalecimento de seu próprio poder de classe; isto é, através de sua vontade unânime de tomar sob seu controle e dirigir os meios de produção.

A principal condição para a conquista da liberdade para a classe operária é que a concepção do autogoverno e autogestão do aparato de produção esteja arraigada na consciência das massas. Isso concorda, em certa medida, com o que escreveu Jaurés sobre a Constituinte em sua *História Socialista da Revolução Francesa*:

“Essa assembleia, totalmente nova, que discutia sobre temas políticos, sabia, apenas reunida, desbaratar todas as manobras da corte. Por quê? Porque tinha algumas grandes ideias abstratas, longa e seriamente amadurecidas, que lhes proporcionavam uma visão clara da situação”.

Claro que esses casos não são idênticos. Em lugar de grandes ideias abstratas da revolução francesa, trata-se das grandes ideias sociais dos operários, isto é, a gestão da produção por uma cooperação organizada. No lugar de 500 deputados doutos em suas ideias abstratas adquiridas pelo estudo, os trabalhadores serão milhões guiados pela experiência de toda uma vida de exploração em um trabalho produtivo. Está é a razão pela qual vejo as coisas da seguinte maneira.

A mais nobre e útil tarefa de um partido revolucionário reside em enriquecer, através de sua propaganda em milhares de pequenos diários, folhetos, etc., o conhecimento das massas no processo de uma consciência sempre mais clara e mais vasta.

Agora algumas palavras sobre o caráter da revolução russa. A tradução da expressão inglesa “middle class revolution” por revolução burguesa não expressa exatamente o seu significado. Quando na Inglaterra as chamadas *classes médias* tomaram o poder, eram compostas em grande parte por pequenos capitalistas, ou de homens de

negócios, proprietários do aparato industrial de produção. A luta das massas era necessária para expulsar a aristocracia do poder; porém, apesar desse fato, essas massas não eram, no entanto, capazes de apoderar-se por si mesmas do aparato de produção; a capacidade espiritual, moral e organizadora para fazê-lo, os operários só podem consegui-la através da luta de classes em um capitalismo bastante desenvolvido. Na Rússia, não existia uma burguesia de certa importância; conseqüentemente, a vanguarda da revolução gerou uma nova “*classe média*” como classe dirigente do trabalho produtivo, administradora do aparato produtivo; porém, não como um conjunto de proprietários *individuais*, que possuem cada um deles certa parte desse aparato produtivo, mas como proprietários *coletivos* do aparato de produção em sua totalidade.

Em geral podemos dizer: se as massas trabalhadoras (posto que são o produto das condições pré-capitalistas), no entanto, não são capazes de tomar a produção por sua própria conta, então uma nova classe dirigente se converterá inevitavelmente em dona da produção. É esta concordância que me permitiu dizer que a revolução russa (em suas características essenciais e permanentes) era uma revolução burguesa. Sem dúvida, o poder do proletariado em sua ação de massas era necessário para destruir o poder do antigo sistema (e essa foi uma lição para os trabalhadores de todo o mundo). Contudo, uma revolução social não pode obter nada mais do que o que corresponde às características das classes revolucionárias, e se foi necessário o maior radicalismo possível para vencer todas as resistências, mais tarde foi preciso voltar para trás.

Esta parece ser uma regra geral de todas as revoluções ocorridas até nossos dias: até 1793 a revolução francesa foi se tornando cada vez mais radical, até que os camponeses chegaram a ser definitivamente os amos livres do solo e os exércitos estrangeiros foram expulsos; nesse momento, os jacobinos foram massacrados e o capitalismo se apresentou como novo amo. Quando se olham as coisas deste modo, o curso da revolução russa foi o mesmo que o das revoluções precedentes, que na Inglaterra, França, Alemanha, chegaram todas elas ao poder. A revolução russa não foi, de forma alguma, uma revolução proletária prematura. *A revolução proletária pertence ao futuro.*

Espero que esta explicação, ainda que não contenha argumentos novos, poderá ajudar a clarificar algumas divergências em nossos pontos de vista.

Saudações Fraternais de

Anton Pannekoek

Propriedade Pública e Propriedade Comum

O objetivo reconhecido do socialismo é tomar os meios de produção da classe capitalista e colocá-los nas mãos dos operários. Este objetivo é denominado, às vezes, como sendo a substituição a propriedade privada pela propriedade pública, às vezes como propriedade comum, do aparato de produção. Há, contudo, uma diferença marcante e fundamental entre elas.

A *propriedade pública* é a propriedade, isto é, o direito de disposição, de uma certa instituição pública que representa a sociedade, do governo, o poder estatal ou alguma outra instituição política. As pessoas que formam esta instituição, os políticos, funcionários, dirigentes, secretários, gerentes, são os donos diretos do aparato de produção. Eles dirigem e regulam o processo de produção. Eles comandam os operários. A *propriedade comum* é o direito de disposição pelos operários mesmos. A própria classe operária – tomada em seu sentido mais amplo que inclui todos os que compartilham o trabalho produtivo, ou seja, os empregados, camponeses, cientistas – é o dona do aparato de produção, gerindo, dirigindo e regulando o processo de produção que é, de fato, seu trabalho comum.

Sob a propriedade pública, os operários não são donos de seu trabalho. Podem ser melhor tratados e seus salários podem ser mais altos que sob a *propriedade privada*. Porém, são explorados. A exploração não significa simplesmente que os operários não recebem o pleno produto do seu trabalho. Uma parte considerável deve sempre ser gasta no aparato de produção e para as seções improdutivas ainda que necessárias da sociedade. A exploração consiste em que outros, formando outra classe, dispõem do produto e de sua distribuição, que eles decidem que parte sobrarão aos operários sob a forma de salários, que parte retém para eles e para outros propósitos. Sob a propriedade pública isto pertence à regulação do processo de produção, que é a função da burocracia. Assim, na Rússia, a burocracia como classe dominante é a dona da produção e do produto, e os operários russos são uma classe explorada.

Nos países ocidentais conhecemos somente a *propriedade pública* (em alguns ramos) do Estado capitalista. Aqui podemos citar o conhecido escritor “socialista” inglês G. D. H. Cole, para quem o socialismo é idêntico à *propriedade pública*. Ele escrevia que:

“O conjunto das pessoas não seriam mais capazes que todo o corpo de acionistas em uma grande empresa moderna de gerir uma indústria... Seria necessário, sob o socialismo tanto como sob o capitalismo em grande escala, confiar a gestão efetiva da empresa industrial a especialistas assalariados, eleitos por seu conhecimento especializado e sua habilidade em ramos particulares de trabalho” (p. 674).

“Não há nenhuma razão para supor que a socialização de qualquer indústria significaria uma grande mudança em seu pessoal de direção” (p. 676, em: *Um Esboço do Conhecimento Moderno*, editado por Dr. W. Rose, 1931).

Em outras palavras, a estrutura do trabalho produtivo segue sendo como é sob o capitalismo. Os operários continuam subordinados a diretores que mandam. Claramente, não passa pela cabeça deste autor “socialista” que “o conjunto das pessoas” consiste principalmente de trabalhadores, que eram bastante capazes, sendo o pessoal produtor, de gerir a indústria que consiste em seu próprio trabalho.

Como uma correção à produção gerida pelo Estado, às vezes se reivindica o controle operário. Agora, solicitar controle, supervisão, a um superior, indica o estado de espírito submisso de objetos de exploração. E então é possível um homem controlar o assunto de outro homem, mas não quer que controlem o seu próprio assunto, isso ele mesmo faz. O trabalho produtivo, a produção social, é o assunto próprio da classe operária. É o conteúdo de sua vida, sua própria atividade. Os trabalhadores podem cuidar de si mesmos se não há nenhum obstáculo, como a polícia ou o poder estatal, para mantê-los separados. Se possuem as ferramentas e as máquinas em suas mãos, eles as usam e as manejam. Eles não necessitam de proprietários para comandá-los, nem de encarregados para controlar os proprietários.

A propriedade pública é o programa dos “amigos” dos operários que, devido à intensa exploração do capitalismo privado, desejam substituí-la por uma exploração modernizada, mas amena. A propriedade comum é o programa da própria classe operária, lutando por sua autolibertação.

Não falamos aqui, obviamente, de uma sociedade socialista ou comunista em uma fase posterior de desenvolvimento, quando a produção será organizada de tal modo que não

constitua já mais nenhum problema, quando a partir da abundância de produtos todo o mundo consome de acordo com suas necessidades e o conceito de “propriedade” desapareceu por completo. Falamos do período em que a classe operária conquista o poder político e social e está diante da tarefa de organização da produção e da distribuição sob as condições mais difíceis. A luta de classes dos operários nos dias presentes e no futuro próximo estará fortemente determinada por suas ideias sobre os objetivos imediatos – a propriedade pública ou a comum – a ser efetivados nesse período.

Se a classe operária recusa a propriedade pública com sua servidão e exploração, e reivindica a propriedade comum com sua liberdade e autogoverno, não pode fazê-lo sem cumprir as condições e fazer-se responsável pelos deveres. A propriedade comum dos operários implica, em primeiro lugar, que a totalidade dos produtores é a dona dos meios de produção e os fazem funcionar em um sistema bem planejado de produção social. Implica, em segundo lugar, que, em todas as oficinas, fábricas, empresas, o pessoal regule seu próprio trabalho coletivo como parte da totalidade. Assim, precisam criar os órgãos por meio dos quais dirigem seu próprio trabalho coletivo, os mesmos que dirigem a produção social em sentido amplo. As instituições do Estado e o governo não podem servir para este propósito, porque são essencialmente órgãos de dominação e concentram os assuntos gerais nas mãos de um grupo de governantes. Porém, sob o socialismo, os assuntos gerais consistem na produção social. De modo que é a incumbência de todos, de cada pessoa, de cada trabalhador, discutir e decidir por si mesmos em todo momento. Seus órgãos devem consistir em delegados enviados como portadores de sua opinião, e estarem continuamente retornando e informando sobre os resultados aos quais se chegaram nas assembleias de delegados. Por meio de tais delegados, que podem substituídos e revogados a qualquer momento, se pode estabelecer uma conexão das massas trabalhadoras em grupos menores e mais amplos e pode assegurar-se a organização da produção.

Tais corpos de delegados, para os quais se utiliza o nome de *conselhos operários*, formam o que poderia chamar-se *a organização política para a autolibertação da classe operária contra a exploração*. Não podem ser inventados antecipadamente, são formados através da atividade prática dos operários mesmos quando necessitam. Tais delegados não são parlamentares, nem governantes, nem dirigentes, mas mediadores, mensageiros peritos,

formando uma conexão entre o pessoal apartado das empresas, combinando suas opiniões isoladas em uma resolução comum. A propriedade comum exige direção comum do trabalho tanto como atividade produtiva comum; só pode ser realizada se todos os operários tomam parte nesta autogestão do que é a base e o conteúdo da vida social; assim se produzem os órgãos que unem suas vontades avulsas em uma ação comum.

Sendo que estes conselhos operários vão jogar, sem dúvida, um papel considerável na organização futura das lutas e objetivos dos trabalhadores, merecem uma atenção aguda e estudo profundo por parte de todos os que lutam de forma intransigente pela libertação da classe operária.

A Organização dos Conselhos

O sistema social aqui tratado poderia ser designado por comunismo não fosse o caso de esta palavra ser utilizada na propaganda mundial do “Partido Comunista” para denominar o seu sistema de socialismo de Estado, sob uma ditadura do partido. Mas que importa um nome? Sempre se abusou dos nomes para enganar as massas; os sons familiares impedem-nas de pensar numa forma crítica e de apreciar a realidade com clareza. Portanto, em vez de procurarmos o nome que mais convém, será sim de maior utilidade examinar mais de perto a característica principal do sistema: a organização dos conselhos.

Os conselhos operários constituem a forma de autogoverno que substituirá, no futuro, as formas de governo do velho mundo. Não para sempre, bem entendido; nenhuma destas formas é eterna. Quando a vida e o trabalho em comunidade constituem uma maneira normal de existir, quando a humanidade controla inteiramente a sua própria vida, a necessidade cede o lugar à liberdade e as regras estritas de justiça estabelecidas anteriormente convertem-se num comportamento espontâneo. Os conselhos operários constituem a forma de organização desse período de transição durante o qual a classe operária luta pelo poder, destrói o capitalismo e organiza a produção social. Para conhecermos o seu verdadeiro carácter, será útil compará-los às formas existentes de organização e de governo, que o hábito apresenta à opinião pública como coisas evidentes.

As comunidades, demasiado amplas para se reunirem numa assembleia única, resolvem sempre os seus problemas através de representantes, de delegados. Assim, os cidadãos das cidades livres da Idade Média governavam-se através de conselhos de cidade e as burguesias de todos os países modernos possuem o seu parlamento, a exemplo da Inglaterra. Quando falamos de administração das coisas públicas por delegados eleitos é sempre nos parlamentos que estamos a pensar; é portanto sobretudo com os parlamentos que teremos de comparar os conselhos operários se quisermos descobrir os seus aspetos essenciais. É evidente que dadas às grandes diferenças existentes tanto entre as classes

como entre os objetivos, os corpos representativos correspondentes terão que ser, eles também, essencialmente diferentes.

Esta diferença salta desde logo à vista: os conselhos operários ocupam-se do trabalho e têm que regular a produção, ao passo que os parlamentos são corpos políticos que discutem e decidem as leis e os assuntos do Estado. A política e a economia não são, contudo, campos inteiramente separados. Em regime capitalista, o Estado e o parlamento tomam as medidas e promulgam as leis necessárias ao bom andamento da produção; garantem a segurança dos negócios, a proteção do comércio, da indústria, das trocas e das deslocações tanto no interior como no estrangeiro; garantem ainda a administração da justiça, a emissão de moeda e a uniformidade dos pesos e medidas. E as suas tarefas políticas que, à primeira vista, não parecem ligadas a atividade econômica, estão relacionadas com as condições gerais da sociedade, com as relações entre as diversas classes, que constituem a base do sistema de produção. Assim, a política, a atividade dos parlamentos, pode, num sentido lato, ser considerada como um auxiliar da produção.

Onde reside, pois, em regime capitalista, a distinção entre política e economia? As relações entre elas são as mesmas que existem entre a regulamentação geral e a prática concreta. O papel da política consiste em criar as condições sociais e legais nas quais o trabalho produtivo possa realizar-se regularmente, sendo este mesmo trabalho uma tarefa dos cidadãos. Deste modo, existe uma divisão do trabalho. A regulamentação geral, embora constitua uma base necessária, não é mais do que uma parcela ínfima da atividade social, um acessório do trabalho propriamente dito e pode ser deixada a cargo duma minoria de políticos dirigentes. O próprio trabalho produtivo, base e conteúdo da vida social, é composto pelas atividades separadas de numerosos produtores e absorve inteiramente as suas vidas. A parte essencial da atividade social é a tarefa pessoal. Se cada um se ocupar do seu trabalho pessoal e cumprir a sua tarefa, a sociedade no seu conjunto funcionará bem. De tempos a tempos, a intervalos regulares, na altura das eleições legislativas, os cidadãos terão que voltar a sua atenção para as regulamentações gerais. Somente em épocas de crise social, de decisões importantes e de controvérsia severa, de guerra civil e de revolução, é que a massa dos cidadãos terá que consagrar todo o seu tempo e forças a estas regulamentações gerais. Uma vez resolvidas as questões fundamentais, os cidadãos poderão

regressar às suas ocupações específicas, e abandonar uma vez mais essas tarefas gerais a um número reduzido de especialistas, aos juristas e aos políticos, ao parlamento e ao governo.

Completamente diferente é a organização da produção comum pelos conselhos operários. A produção social não se encontra dividida numa série de empresas separadas, cada uma das quais é obra limitada de uma pessoa ou de um grupo; constitui antes uma totalidade coerente, objeto de atenção para todos os trabalhadores, ocupando os espíritos destes enquanto tarefa comum a toda a gente. A regulamentação geral deixa de ser uma questão acessória, a cargo dum pequeno grupo de especialistas; passa a constituir o problema principal, exigindo a atenção conjugada de todos. Deixa de haver separação entre política e economia, outrora atividades cotidianas, por um lado, de um corpo de especialistas, por outro, da massa dos trabalhadores. Para a comunidade indivisa dos produtores, política e economia fundiram-se; existe uma unidade entre a regulamentação geral e o trabalho prático de produção. Esta totalidade constitui o objetivo essencial de toda a população.

Esta característica vai refletir-se em toda a prática. Os conselhos não governam, transmitem as opiniões, as intenções, a vontade dos grupos de trabalho. Não, evidentemente, como garotos de recados indiferentes que entregam passivamente cartas e mensagens cujo conteúdo desconhecem. Eles tomaram parte nas discussões, distinguiram-se como ardentes porta-vozes das opiniões que prevaleceram; de tal modo que, como delegados de um grupo, não são capazes de defender as suas ideias na reunião do conselho, como são ainda suficientemente imparciais para se abrirem a outros argumentos, e para apresentarem ao seu grupo opiniões passíveis duma mais ampla audiência. Os conselhos constituem, portanto os órgãos da discussão e comunicação sociais.

A prática parlamentar situa-se exatamente no oposto. Os deputados terão que tomar decisões sem consultar os seus eleitores, sem estarem amarrados a um mandato. O deputado, para conservar a fidelidade dos seus mandantes pode dignar-se falhar-lhes e expor-lhes a sua linha de conduta, mas o faz enquanto senhor dos seus próprios atos. Ele vota tal como a sua consciência e a sua honra lhes impõem, de acordo com as suas próprias opiniões. É perfeitamente natural: é ele o especialista em matéria política, em matéria

legislativa, e não pode deixar-se guiar por diretivas de pessoas ignorantes. A função destas últimas é a produção, as diversas ocupações específicas; a função do deputado é a política, as regulamentações gerais. Ele terá que se guiar por grandes princípios políticos, e não deixar-se influenciar pelo egoísmo mesquinho dos interesses privados dos seus mandantes. É assim que, no capitalismo democrático, se torna possível para políticos eleitos por uma maioria de trabalhadores servirem os interesses da classe capitalista.

Os princípios do parlamentarismo criaram também as suas raízes no movimento operário. Nas organizações sindicais de massas ou em organizações políticas gigantes como o partido social-democrata alemão, os dirigentes agiam como uma espécie de governo com poderes sobre os membros, e os seus congressos anuais assumiam as características de parlamentos. Os seus dirigentes, para realçarem a sua importância, designavam-nos com orgulho parlamentos do trabalho; os observadores críticos, por seu lado, chamavam a atenção para o fato da luta de facções, a demagogia dos dirigentes, as intrigas de corredor, serem os sinais dessa degenerescência surgida já nos verdadeiros parlamentos. E na verdade, dado o seu aspecto fundamental, era de parlamentos que se tratava. Não no início, quando os sindicatos eram pequenos e os seus devotados membros faziam, eles próprios, todo o trabalho, quase sempre gratuitamente; mas com o aumento dos efetivos acabou por se verificar a mesma divisão de trabalho existente na sociedade em geral. As massas trabalhadoras deviam voltar toda a sua atenção para os seus interesses pessoais específicos, para a forma de encontrar e conservar um emprego. Esta a ocupação principal das suas vidas e dos seus espíritos; só duma forma muito geral e que elas tinham, para, além disso, de decidir, através do voto, dos seus interesses comuns de classe e de grupo. O pormenor da prática era deixado aos especialistas, aos funcionários dos sindicatos e aos dirigentes dos partidos, que sabiam como lidar com os patrões capitalistas e com os ministros. E, além disso, apenas uma minoria de dirigentes locais se encontrava suficientemente familiarizada com estes interesses gerais para poder ser enviada na qualidade de delegação aos congressos onde, a despeito dos mandatos muitas vezes imperativos, cada um votava na realidade segundo o seu próprio critério.

Na organização dos conselhos, o domínio dos delegados sobre os seus mandantes desaparece, uma vez que desapareceu também a própria base deste domínio, a divisão de

tarefas. Nessa altura, a organização social do trabalho obriga cada operário a dedicar toda a sua atenção à causa comum, à totalidade da produção. Tal como anteriormente, a produção daquilo que é necessário à vida como base da própria vida, ocupa inteiramente o espírito. Mas não se trata já da preocupação de cada um com sua própria empresa, com o seu próprio emprego, em concorrência com os outros, porque a vida e a produção só podem ser asseguradas na colaboração entre companheiros através do trabalho coletivo. Este trabalho coletivo domina assim o pensamento de cada um. A consciência da comunidade constitui o fundo e a base de todo e qualquer sentimento, de todo e qualquer pensamento.

Trata-se duma revolução total na vida espiritual do homem. Ele aprende a olhar para a sociedade, sabe o que é a comunidade na sua essência. Antes, em regime capitalista, a sua visão limitava-se àquilo que dizia respeito aos seus negócios, ao seu trabalho, a sua família e a si próprio. Não podia ser de outra forma, já que disso dependia a sua existência. Para ele, a sociedade não passava de um plano de fundo obscuro e desconhecido, por detrás do seu pequeno mundo visível. E, evidentemente, sofria o efeito dessas forças poderosas que determinavam o êxito ou o fracasso do seu trabalho. Mas, guiado pela religião, era levado a ver nessas forças a obra de poderes supremos sobrenaturais. No mundo dos conselhos operários, pelo contrário, a sociedade surge à luz do dia, transparente e conhecível; a estrutura do processo social do trabalho não mais se encontra dissimulada aos olhos do homem, cujo olhar abarca a produção na sua totalidade; é isso que se torna necessário à sua vida, à sua existência. A produção social transforma-se então em finalidade de uma organização consciente. A sociedade passa a estar nas mãos do homem; ele age sobre ela, e por isso compreende a sua natureza essencial. É assim que o mundo dos conselhos operários realiza a transformação da mente.

Em regime parlamentar, que é o sistema político correspondente às empresas independentes, o povo é formado por uma multidão de pessoas separadas; na melhor das hipóteses, segundo a teoria democrática, cada um proclama-se investido dos mesmos direitos naturais. Para a eleição dos delegados, as pessoas são agrupadas segundo a sua residência, em circunscrições. Nos primeiros tempos do capitalismo, era possível a existência de uma certa comunidade de interesses entre vizinhos de uma mesma cidade ou de uma mesma aldeia, coisa que se foi tornando cada vez mais, à medida que o capitalismo

se desenvolvia, em ficção desprovida de sentido. Os artesãos, os comerciantes, os capitalistas, os operários que habitam o mesmo bairro têm interesses diferentes e opostos; votam em geral em partidos diferentes e é uma maioria casual que é vencedora. Se bem que a teoria parlamentar considere o eleito como o representante de uma circunscrição, é evidente que estes eleitores não constituem um grupo que o delegou para representar os seus desejos.

A este nível, a organização dos conselhos é absolutamente o oposto do parlamentarismo. São os grupos naturais, os operários que trabalham juntos, o pessoal de uma empresa, que agem na qualidade de unidades e designam os seus delegados. Estes grupos podem encontrar no seu próprio seio representantes efetivos e porta-vozes, uma vez que possuem interesses comuns e que fazem parte de um todo na práxis da vida cotidiana. A democracia completa realiza-se na igualdade de direitos de todos aqueles que participam no trabalho. Evidentemente que aqueles que se situam à margem do trabalho não têm a palavra no tocante à organização deste mesmo trabalho. Não se pode considerar como uma falha de democracia que, neste mundo em que os grupos no seio dos quais todos colaboram e se autogovernam, aqueles que não se interessam pelo trabalho – e o capitalismo legará muitos, exploradores, parasitas, rentistas – não participem nas decisões.

Marx, há setenta anos, assinalava que entre o reinado do capitalismo e a organização final de uma humanidade livre, haveria um período de transição durante o qual a classe operária seria senhora da sociedade, mas sem que a burguesia tivesse ainda desaparecido. Ele designava este estado de coisas por ditadura do proletariado. Na sua época, esta palavra não possuía ainda a ressonância sinistra que lhe conferiram os sistemas modernos de despotismo, e era impossível usá-la abusivamente para significar a ditadura de um partido no poder, como aconteceu mais tarde na Rússia. Significava unicamente a transferência do domínio da sociedade da classe capitalista para a classe operária. Mais tarde, pessoas inteiramente conquistadas pelas ideias do parlamentarismo tentaram materializar esta concepção retirando às classes possuidoras a liberdade de constituírem agrupamentos políticos. É evidente que esta violação do sentimento instintivo da igualdade de direitos era contrária à democracia. Vemos hoje que a organização dos conselhos realiza na prática aquilo que Marx antecipara em teoria, mas cuja forma concreta era impossível de

conceber nessa época. Quando a produção se encontra organizada pelos próprios produtores, a classe exploradora de outrora se vê automaticamente excluída da participação nas decisões, sem quaisquer outras formalidades. A concepção de Marx da ditadura do proletariado surge como idêntica a democracia operária da organização dos conselhos.

Esta democracia operária não tem nada de comum com a democracia política do sistema social precedente. Aquilo a que se chamou democracia política do capitalismo era um simulacro de democracia, um sistema hábil concebido para ocultar o domínio real exercido sobre o povo por uma minoria dirigente. A organização dos conselhos é uma democracia real, a democracia dos trabalhadores, na qual os operários são donos do seu trabalho. Na organização dos conselhos, a democracia política desaparece porque desaparece a própria política, cedendo o lugar à economia socializada. A vida e o trabalho dos conselhos, formados e animados pelos operários, órgãos da sua cooperação, consistem na gestão prática da sociedade, orientada pelo conhecimento, pelo estudo permanente e por uma atenção firme.

Todas as medidas são tomadas num processo de trocas constantes, por deliberação no seio dos conselhos e discussão nos grupos e locais de trabalho através de ações nesses mesmos locais de trabalho e de decisões tomadas nos conselhos. Aquilo que é atingido em tais condições jamais poderia sê-lo por encomenda vinda de cima, ou por uma ordem exprimindo a vontade de um governo. A fonte de tais medidas é a vontade comum de todos aqueles em causa, porque a ação é baseada na experiência e no conhecimento do trabalho de todos, e vai influenciar profundamente a vida de cada um. As decisões só poderão ser executadas se as massas as considerarem como uma emanção da sua própria vontade; não haverá nenhum constrangimento exterior a fazer com que sejam respeitadas, pela simples razão de que uma tal força não existe. Os conselhos não são um governo; mesmo os conselhos mais centralizados não possuem um caráter governamental, pois não detêm qualquer instrumento capaz de impor a sua vontade às massas; não possuem órgãos de poder. Todo o poder social pertence aos próprios trabalhadores. Onde quer que o exercício do poder se venha a impor – contra perturbações ou ataques a ordem existente – emanará das coletividades operárias nas próprias oficinas e permanecerá sob o seu controle.

No decurso de toda a era civilizada e até aos nossos dias, os governos revelaram-se necessários como instrumentos que permitem à classe dirigente conservar as massas exploradas sob o seu controle. Foram assumindo igualmente funções administrativas cada vez mais importantes; mas o seu caráter principal, de forma orgânica do poder, era determinado pela necessidade de manter um domínio de classe. Ao desaparecer esta necessidade, desaparece igualmente o seu instrumento. O que se conserva é a administração, que é uma espécie de trabalho como tantas outras, tarefa dum tipo específico de trabalhadores; aquilo que substitui o governo é o espírito de vida da organização, a discussão constante entre os operários, que pensam em comum na sua causa comum. O que impõe o cumprimento das decisões dos conselhos é a autoridade moral destes. E numa sociedade deste tipo a autoridade moral possui uma força bem mais rigorosa que as ordens ou a coação de um governo.

Na época dos governos acima do povo, quando o poder político teve de ser concedido aos povos e aos seus parlamentos, existia uma separação do poder legislativo e do poder executivo do governo; às vezes, mesmo, o poder judicial constituía ainda um terceiro poder independente. A função dos parlamentos era legislar, mas a aplicação, a execução das leis, a administração cotidiana estavam reservadas a um pequeno grupo privilegiado de dirigentes.

Na comunidade de trabalho da nova sociedade, esta distinção desaparece. Decisão e execução estão intimamente ligadas; aqueles que executam o trabalho decidem, e aquilo que decidem em comum, executam na prática em comum. Quando se trata de grandes massas, serão os conselhos os seus órgãos de decisão. No primeiro caso, quando a função executiva estava confiada a organismos centrais, era a estes que era conferida a capacidade de comando, deviam constituir-se em governos; no segundo caso quando a tarefa executiva cabe às próprias massas, deixará de existir esta necessidade e os conselhos não terão este caráter de governo. Além disso, de acordo com os problemas que se põem e com as questões que irão constituir objeto de decisão, serão pessoas diferentes a serem delegadas para dela se ocuparem. No campo da própria produção, cada empresa deverá não só organizar cuidadosamente o seu setor de atividade, como terá também que criar ligações horizontais com as empresas similares, verticais com as que lhe fornecem as matérias-

primas e com as que utilizam os seus produtos. Nesta dependência mútua e nesta ligação entre empresas, no seu elo com outros ramos da produção, os conselhos, que são os órgãos de discussão e de decisão, abrangerão setores cada vez mais extensos, até a organização central da totalidade da produção. Por outro lado, a organização e o consumo, a distribuição de todos os bens necessários, exigirão os seus próprios conselhos de delegados de todos os interessados e assumirá um caráter predominantemente local ou regional.

Junto com esta organização da vida material da comunidade humana, nos deparamos com o vasto campo das atividades culturais e das que não são diretamente produtivas, que constituem para a sociedade uma necessidade primordial, como por exemplo, a educação das crianças e o cuidado com a saúde de todos. Também aqui reina um mesmo princípio: o da auto-organização destes setores de trabalho por aqueles que executam esse trabalho. Parece absolutamente natural que sejam aqueles que participam ativamente quer nos cuidados com a saúde da comunidade, quer na organização da educação, isto é, o pessoal sanitário e os professores, a regular e a organizar o conjunto destes serviços, através das suas associações. Em regime capitalista, quando se viam obrigados a viver das doenças que afligem os homens ou da educação das crianças, a sua ligação com sociedade em geral assumia a forma de uma profissão competitiva ou de uma aplicação das ordens de um governo. Na nova sociedade, devido aos laços muito mais estreitos que unem a saúde e a educação com o trabalho, regularão as suas funções de modo a que os seus conselhos permaneçam em contato estreito e colaborem constantemente entre si e com os outros conselhos operários.

É preciso destacar ainda que, a vida cultural, o campo das artes e das ciências, se encontra, pela sua própria natureza, tão intimamente ligada a inclinação e aos esforços individuais, que só a livre iniciativa de pessoas não esmagadas pelo peso de um incessante trabalho pode assegurar o respectivo florescimento. Esta verdade não poderá ser refutada pelo fato de que, no decorrer dos séculos das sociedades de classes, os princípios e os governos terem protegido as artes e a ciência, com o objetivo, evidentemente, delas se servirem para a sua glória e para a manutenção do seu domínio. Geralmente existe, tanto no tocante as atividades culturais como a qualquer outra atividade não produtiva ou produtiva, uma disparidade fundamental entre uma organização imposta de cima por um corpo

dirigente e uma organização obtida na livre colaboração de colegas e de camaradas. Uma organização dirigida centralmente implica uma regulamentação o mais possível uniforme: sem isso, não poderia ser concebida e dirigida por um organismo central. Na regulamentação autônoma elaborada por todos os interessados, a iniciativa de um grande número de especialistas atentamente debruçados sobre o seu trabalho, o aperfeiçoamento através de estímulos e de relações constantes, a iniciação e as trocas de pontos de vista deverão ter por resultado uma grande diversidade de meios e de possibilidades. A vida espiritual, ao depender da autoridade central de um governo, cai forçosamente em uma insipidez monótona; ao se inspirar na livre espontaneidade do impulso humano das massas, desenvolver-se-á dentro de uma diversidade notável. O princípio dos conselhos permite encontrar formas apropriadas de organização. A organização dos conselhos tece assim, no seio da sociedade, uma rede de corpos diversificados, trabalhando em colaboração e regulando a sua vida e o seu progresso de acordo com a sua livre iniciativa. E tudo o que é discutido e decidido nos conselhos extrai a sua autêntica força da compreensão, da vontade, da ação da própria humanidade trabalhadora.

Os Conselhos Operários

A classe operária em luta tem necessidade de uma organização que lhe permita compreender e discutir, através da qual possa tomar decisões e fazê-las concretizar, e graças à qual possa fazer conhecer as ações que empreende e os objetivos que se propõe atingir. Evidentemente, isso não significa que todas as grandes ações e as greves gerais devam ser dirigidas a partir de um órgão central, nem que elas devam ser definidas numa atmosfera de disciplina militar. Tais casos podem produzir-se, mas a maior parte das vezes as greves gerais explodem espontaneamente, num clima de combatividade, solidariedade e paixão, para responder a algum golpe mais baixo do sistema capitalista ou para apoiar camaradas. Tais greves propagam-se como um fogo na planície.

Durante a primeira Revolução russa, os movimentos de greve conheceram uma sucessão de altos e baixos. Os que tiveram mais êxito foram muitas vezes aqueles que não tinham sido decididos antecipadamente, enquanto que aqueles que tinham sido provocados pelos comitês centrais estavam em geral marcados por derrotas.

Para se reunir uma força organizada, os grevistas em ação têm necessidade de um espaço de entendimento. Eles não podem atacar a poderosa organização do poder capitalista se não apresentarem, pelo seu lado, uma organização fortemente estruturada, se não formarem um bloco sólido unindo as suas forças e desejos, se eles não agirem de forma coordenada. Aqui reside a grande dificuldade, pois quando milhares ou milhões de operários não criam um corpo verdadeiramente representativo da sua unidade revolucionária, ao mesmo tempo forte e dinâmica, eles acabam sendo dirigidos por funcionários agindo do exterior e em seu nome. E a experiência demonstrou que estes representantes se tornam então os donos da organização e deixam de encarnar os interesses revolucionários dos trabalhadores.

Como pode a classe operária, nas suas lutas revolucionárias, reunir as suas forças numa poderosa organização sem se atolar no lamaçal da burocracia? Responderemos a esta questão colocando outra: quando os operários se sindicalizam, isto é, se limitam a pagar as

suas cotas e a obedecer aos seus dirigentes, poder-se-á dizer que eles lutam verdadeiramente pela sua liberdade?

Lutar pela liberdade, não é deixar os dirigentes decidir em seu lugar, nem segui-los com obediência, e poder repreendê-los de vez em quando. Bater-se pela liberdade, é participar com todos os seus meios, é pensar e decidir por si mesmo, é tomar todas as responsabilidades enquanto pessoa entre camaradas iguais. É evidente que pensar por si mesmo, decidir o que é verdadeiro e o que é justo, constitui para o trabalhador que tem o espírito fatigado pelo trabalho cotidiano, uma tarefa árdua e difícil, bem mais exigente que se ele se limitar a pagar e a obedecer. Mas é o único caminho para uma completa e verdadeira liberdade. Fazer-se libertar pelos outros, que fazem desta libertação um instrumento de domínio, é simplesmente substituir os antigos donos por outros.

Para atingir o seu objetivo fundamental de sua luta – a liberdade – os trabalhadores deverão poder dirigir o mundo; deverão poder utilizar as riquezas da terra de maneira a torná-la acolhedora para todos. Eles não poderão fazê-lo enquanto não souberem bater-se por si próprios. A revolução proletária não consiste exclusivamente em destruir o poder capitalista. Ela exige também que o conjunto da classe operária saia da sua situação de dependência e ignorância para aceder à independência e construir um mundo novo.

A verdadeira organização de que os operários têm necessidade no processo revolucionário é uma organização na qual cada um participa, corpo e alma, tanto na ação como na direção, na qual cada um pensa, decide e age mobilizando todas as suas faculdades – um bloco unido de pessoas plenamente responsáveis. Os dirigentes profissionais não têm lugar numa tal organização. Bem entendido será necessário obedecer: cada um deverá conformar-se às decisões para cuja formulação ele próprio contribuiu. Mas a totalidade do poder concentrar-se-á sempre nas mãos dos próprios operários.

Poderemos alguma vez realizar tal organização? Qual será a sua estrutura? Não é de todo em todo necessário definir-lhe a forma, pois a história já a produziu: ela nasceu da prática da luta de classes. Os comitês de greve são a sua primeira expressão, o protótipo. Quando as greves atingem certa importância, torna-se impossível que todos os operários participem na mesma assembleia. Escolhem, portanto os delegados que se reagrupam num comitê. Este comitê não é senão o corpo executivo dos grevistas; estando constantemente

em ligação com eles e devendo executar as decisões dos operários. Cada delegado é revogável em qualquer momento e o comitê não pode nunca tornar-se um poder independente. Desta maneira, o conjunto dos grevistas tem assegurado ser unido na ação conservando o privilégio das decisões. Em regra geral, os sindicatos e os seus dirigentes encarregam-se da direção dos comitês.

Durante a revolução russa, quando as greves se desencadeavam duma maneira intermitente, nas fábricas, os grevistas escolhiam delegados que se organizavam em nome de toda uma cidade, ou ainda da indústria ou dos caminhos de ferro de toda uma província, a fim de provocar uma unidade no combate. A sua primeira tarefa era discutir questões políticas e assumir funções políticas, porque as greves eram essencialmente dirigidas contra o czarismo. Aí se discutia, em detalhe, a situação presente, os interesses de todos os trabalhadores e os acontecimentos políticos. Os delegados faziam constantemente a ponte entre a assembleia e as respectivas fábricas. Pelo seu lado, os operários participavam em assembleias gerais nas quais discutiam as suas mesmas questões, tomavam decisões e muitas vezes designavam novos delegados. Os revolucionários mais competentes eram escolhidos como secretários; a sua função era de aconselhar servindo-se dos seus conhecimentos mais vastos. Estes sovietes funcionavam muitas vezes como forças políticas, espécie de governo primitivo, cada vez que o poder czarista se encontrava paralisado e que os dirigentes desorientados lhes deixavam o campo livre. Eles tornaram-se assim o centro permanente da revolução; eram compostos pelos delegados de todas as fábricas quer elas estivessem em greve ou em funcionamento. Não podiam prever tornar-se alguma vez um poder independente, pois os respectivos membros nos sovietes eram muitas vezes mudados; por vezes era o próprio soviete que era inteiramente substituído. Sabiam, por outro lado, que todo o seu poder estava nas mãos dos trabalhadores; não podiam obrigá-los a entrar em greve e os seus apelos não eram seguidos se não coincidissem com os sentimentos instintivos dos operários que sabiam espontaneamente se estavam em situação de fora ou de fraqueza, se a hora era de paixão ou de prudência. Assim o sistema dos sovietes mostrou qual era a forma de organização mais apropriada para a classe operária revolucionária. Este modelo devia ser imediatamente adotado em 1917; os sovietes de

soldados e de operários constituíram-se através de todo o país e foram a verdadeira força motora da revolução.

A importância revolucionária dos soviets verificou-se de novo na Alemanha, quando em 1918, depois da decomposição do exército, conselhos de operários e de soldados foram criados segundo o modelo russo. Mas os operários alemães, que tinham sido habituados à disciplina de partido e de sindicato e para quem os fins políticos imediatos eram modelados a partir dos ideais socialdemocratas da república e da reforma, designaram os seus dirigentes sindicais e líderes de partido à cabeça destes conselhos. Eles tinham sabido bater-se e agir corretamente por si próprios, mas tiveram pouca segurança e escolheram chefes possuídos de ideais capitalistas – o que destrói sempre as coisas. Assim, não é surpreendente que um “congresso de conselhos” decida abdicar em favor dum novo parlamento, cuja eleição devia seguir-se o mais breve possível.

Vemos claramente como o sistema dos conselhos não pode funcionar senão quando se encontra em presença de uma classe operária revolucionária. Enquanto os operários não tiverem a intenção de prosseguir a revolução, não devem criar conselhos. Se os operários não são suficientemente avançados para descobrir a via da revolução, se se contentam em ver os seus dirigentes encarregarem-se de todos os discursos, meditações e negociações visando à obtenção de reformas no interior do sistema capitalista, os parlamentos, os partidos e os congressos sindicais – ainda chamados parlamentos operários porque eles funcionam segundo o mesmo princípio – são suficientes. Pelo contrário, se eles põem todas as suas energias ao serviço da revolução, se participam com entusiasmo e paixão em todos os acontecimentos, se pensam e decidem, por eles próprios todos os detalhes da luta porque ela será obra deles, neste caso, os conselhos operários são a forma de organização de que têm necessidade.

Isto implica igualmente que os conselhos operários não podem ser constituídos por grupos revolucionários. Estes últimos não podem senão propagar os ideais revolucionários, explicando aos seus camaradas que a classe operária em luta se deve organizar em conselhos. O nascimento dos conselhos é geralmente caminha junto com a primeira ação de carácter revolucionário; a sua importância e funções crescem à medida que se desenvolve a revolução. Num primeiro tempo, eles podem não passar de simples comitês de greve,

constituídas para lutar contra os dirigentes sindicalistas, sempre que as greves ultrapassam as intenções destes últimos e os grevistas recusam acompanhá-los por mais tempo.

As funções destes comitês se ampliam com as greves gerais. Os delegados de todas as fábricas são então encarregados de discutir e decidir sobre todas as condições de luta; eles devem tentar transformar as forças combativas dos operários em ações refletidas, e ver como elas poderão reagir contra as medidas governamentais, as ações do exército e as corjas capitalistas. Durante a greve, as decisões serão tomadas pelos próprios operários. Todas as opiniões, vontades, disponibilidades e hesitações das massas não fazem mais que um todo no interior da organização conselhistas. Esta torna-se o símbolo, o intérprete do poder dos trabalhadores; mas também não é mais do que o porta-voz que pode ser revogado a todo o momento. De organização ilegal da sociedade capitalista, ela torna-se uma verdadeira força, a qual o governo passa desde então a ter em conta.

A partir do momento em que o movimento revolucionário adquire um poder tal que o governo fica seriamente afetado, os conselhos operários tornam-se órgãos políticos. Numa revolução política, eles encarnam o poder operário e devem tomar todas as medidas necessárias para enfraquecer e vencer o adversário. Tal como uma potência em guerra, têm de montar guarda no conjunto do país, a fim de não perder de vista os esforços levados a cabo pela classe capitalista para reunir as suas forças e vencer os trabalhadores. Eles devem, por outro lado, ocupar-se de certos negócios públicos que eram antes geridos pelo Estado: a saúde e a segurança pública, assim como o curso interrompido da vida social. Eles têm por fim, de tomar nas mãos a produção, o que representa a tarefa mais importante e árdua da classe operária em situação revolucionária.

Nenhuma revolução social começou como uma simples mudança de dirigentes políticos que, depois de ter conquistado o poder, procedem às mudanças sociais necessárias com o auxílio de novas leis. A classe em ascensão sempre construiu, antes e durante a luta, as novas organizações que emergiram das antigas como rebentos de um tronco morto. Durante a revolução francesa, a nova classe capitalista, os cidadãos, os homens de negócios e os artesãos construíram, em cada cidade e aldeia, assembleias comunais e tribunais, ilegais na época, e que não faziam outra coisa que usurpar as funções dos funcionários reais, tornados impotentes. E enquanto que em Paris os delegados dessas assembleias

elaboravam a nova constituição, os cidadãos através de todo o país faziam a verdadeira constituição promovendo reuniões políticas e construindo organizações políticas que deveriam, posteriormente, ser legalizadas.

Do mesmo modo, na revolução proletária, a nova classe ascendente deve criar as suas novas formas de organização que, pouco a pouco, ao longo do processo revolucionário, virão tomar o lugar da antiga organização política estatal. Enquanto que nova forma de organização política, o conselho operário toma finalmente o lugar do parlamentarismo, forma política do regime capitalista.

Teóricos capitalistas e socialdemocratas pensam ver na democracia parlamentar o perfeito modelo da democracia, conforme aos princípios da justiça e da igualdade. Na realidade, não se trata senão de uma maneira de mascarar a dominação capitalista que ri de toda a justiça e de toda a igualdade. Somente o sistema conselhistas constitui a verdadeira democracia operária.

A democracia parlamentar é uma democracia abjeta. O povo não pode escolher os seus delegados e votar senão uma vez todos os quatro ou cinco anos; e pobre dele se não escolher os homens adequados! Os eleitores só poderão exercer o seu poder no momento do voto; o resto do tempo, eles são impotentes. Os delegados eleitos tornam-se os dirigentes do povo; decretam as leis, formam os governos, e ao povo compete apenas obedecer. Em regra geral, a máquina eleitoral está concebida de tal forma que apenas os grandes partidos capitalistas, poderosamente equipados, têm possibilidades de ganhar. É muito raro que grupos de verdadeiros opositores do regime obtenham quaisquer lugares.

Com o sistema dos soviets; cada delegado pode ser revogado a qualquer momento. Os operários não estão, apenas e constantemente, em contacto com os seus delegados, participando nas discussões e decisões; estes não passam de porta-vozes temporários das assembleias conselhistas. Os políticos capitalistas gostam de denunciar a função “desprovida de carácter” do delegado que é por vezes obrigado a emitir opiniões que não são as suas. Eles esquecem que é precisamente porque não existem delegados perenes que apenas são designados para esse posto indivíduos cujas opiniões são conformes às dos trabalhadores.

A repressão parlamentar parte do princípio que o delegado ao parlamento deve agir e votar segundo a sua própria consciência e convicção. Se lhe acontece pedir opinião aos seus eleitores, é unicamente porque ele pretende dar imagem de prudente. Incumbe a ele e não ao povo a responsabilidade das decisões. O sistema dos soviets funciona por um princípio inverso: os delegados limitam-se a exprimir as opiniões dos trabalhadores.

As eleições parlamentares agrupam os cidadãos segundo a sua circunscrição eleitoral – quer dizer, segundo os seus locais de habitação. Assim, indivíduos de profissões ou classes diferentes e que apenas têm em comum o fato de serem vizinhos, são reunidos artificialmente num grupo e representados por um único delegado. Nos conselhos, os operários são representados nos seus grupos de origem, segundo fábrica, oficina ou complexo industrial em que trabalham. Os operários de uma fábrica constituem uma unidade de produção; formam um todo a partir do seu trabalho coletivo. Em período revolucionário, encontram-se, portanto, imediatamente em contacto para trocar os seus pontos de vista: vivem nas mesmas condições e possuem interesses comuns. Devem agir concertadamente; cabe-lhes decidir se a fábrica, enquanto unidade, deve estar em greve ou em funcionamento. A organização e a delegação dos trabalhadores nas fábricas e oficinas são, portanto a única forma possível.

Os conselhos são, ao mesmo tempo, a garantia do avanço revolucionário para comunismo. A sociedade é fundada na produção, ou, mais corretamente, a produção é a própria essência da sociedade, e por consequência, a marcha da produção determina a marcha da sociedade. As fábricas são unidades de trabalho, células que constituem a sociedade. A principal tarefa dos organismos políticos (organismos dos quais depende a marcha da sociedade) está estreitamente ligada ao trabalho produtivo da sociedade. Por consequência, os trabalhadores nos seus conselhos discutem essas questões e escolhem os seus delegados nas suas unidades de produção.

Contudo não seria exato dizer que o parlamentarismo, forma política do capitalismo, não está baseado na produção. De fato a organização política é sempre modelada segundo o carácter da produção, base da sociedade. A representação parlamentar que se decide em função do lugar de habitação pertence ao sistema da pequena produção capitalista, na qual cada homem é suposto possuir a sua pequena empresa. Nesse caso,

existe uma relação entre todos os homens de negócios da circunscrição: eles realizam trocas comerciais entre si, vivem como vizinhos, conhecem-se uns aos outros, e por consequência designam um delegado parlamentar. Vimos já que esse sistema se revelou o melhor para representar os interesses de classe no interior do capitalismo.

Por outro lado, vimos claramente porque os delegados parlamentares deviam tomar o poder político. A sua tarefa política não passava de uma parte ínfima da obra da sociedade. A mais importante, o trabalho produtivo, incumbia a todos os produtores separados, cidadãos como homens de negócios; ela exigia quase sempre toda a sua energia e cuidados. Logo que cada indivíduo se ocupava dos seus pequenos negócios, a sociedade portava-se bem. As leis gerais, condições necessárias, mas de fraco alcance, podiam ser deixadas a cargo de um grupo (ou profissão) especializado, os políticos. O inverso é verdadeiro no que respeita à produção comunista. O trabalho produtivo coletivo torna-se tarefa de toda a sociedade, diz respeito a todos os trabalhadores. Toda a energia e cuidados não estão ao serviço de trabalhos pessoais, mas da obra coletiva da sociedade. Quanto aos regulamentos que regem essa obra coletiva, eles não podem ser deixados entre as mãos de grupos especializados; porque dependem do interesse vital do conjunto dos trabalhadores.

Existe outra diferença entre os sistemas parlamentar e conselhistas. A democracia parlamentar concede um voto a cada homem adulto – e por vezes a cada mulher – em nome do direito supremo e inviolável de todo o indivíduo pertencer à espécie humana – como dizem tão bem os discursos cerimoniais. Nos soviéticos, pelo contrário, apenas os trabalhadores estão representados. Pode-se concluir daqui que o sistema conselhistas não é realmente democrático, pois que exclui as outras classes da sociedade?

A organização conselhistas encarna a ditadura do proletariado. Há mais de meio século, Marx e Engels explicaram como a revolução social devia conduzir à ditadura do proletariado, e como essa nova expressão política era indispensável à introdução de modificações necessárias na sociedade. Os socialistas que apenas pensam em termos de representação parlamentar procuraram desculpar ou criticar essa infração à democracia e injustiça que consiste, segundo eles, em recusar o direito de voto a certas pessoas sob o pretexto que elas pertencem a classes diferentes. Podemos ver hoje como o processo de luta de classes engendram naturalmente órgãos dessa ditadura: os soviéticos.

Nada há de injusto em que os conselhos, órgãos de luta de uma classe operária revolucionária, não compreenda representantes da classe inimiga. Numa sociedade comunista nascente não há lugar para os capitalistas; eles devem desaparecer e desaparecerão. Quem quer que participe no trabalho coletivo é membro de uma coletividade e participa nas decisões. O que resta dos antigos exploradores e ladrões não tem voto no controle da produção.

Existem outras classes da sociedade que não podem nem ser assimiladas aos trabalhadores nem aos capitalistas. São os pequenos lavradores, artesãos independentes, os intelectuais. Nas lutas revolucionárias, eles oscilam entre a direita e a esquerda, mas no conjunto eles não são verdadeiramente importantes porque têm pouco poder. São essencialmente as suas formas de organização e objetivos que são diferentes. A tarefa da classe operária em luta será de atraí-los ou neutralizá-los – se isso é possível sem se desviar dos seus verdadeiros fins – ou ainda, se necessário, de combatê-los resolutamente; ela deverá decidir a melhor maneira de tratá-los, com firmeza, mas também com justiça. Na medida em que o seu trabalho é útil e necessário, eles encontrarão o seu lugar no sistema de produção e poderão, assim, exercer a sua influência a partir do princípio que todo o trabalhador tem um voto no controle do trabalho.

Engels escreveu que o Estado desaparecerá com a revolução proletária; que ao governo dos homens sucederia a administração das coisas. Nessa época não era ainda possível encarar claramente como a classe tomaria o poder. Mas temos hoje a prova da justiça desse ponto de vista. No processo revolucionário, o antigo poder estatal será destruído e os órgãos que virão tomar o seu lugar, os conselhos operários, terão certamente durante algum tempo ainda poderes políticos importantes a fim de combater os vestígios do sistema capitalista. Contudo, a sua função política reduzir-se-á gradualmente a uma simples função econômica: a organização do processo de produção coletiva dos bens necessários à sociedade.

O Grupo Comunista Internacionalista da Holanda

A Primeira Guerra Mundial e as posteriores revoluções na Rússia e Alemanha colocaram novos problemas e promoveram profundas mudanças nas ideias dos operários e dos socialistas. O Partido Socialdemocrata Alemão, uma poderosa organização que aparentemente tendia a conquistar a hegemonia política e, portanto, estabelecer o socialismo, mal alcançou o poder e se dedicou a restaurar o capitalismo. Na Rússia, os operários venceram o czarismo e tomaram a posse das fábricas e da terra; atualmente o capitalismo de Estado os levou a uma escravidão ainda mais rigorosa sob uma nova classe de senhores. E o culpado não foi somente o reformismo; as mais notáveis vozes do radicalismo inflexível, conhecidos como marxistas, tais como Kautsky e Lênin, contribuíram com este resultado. Sem dúvida, algo ruim deve existir na doutrina dominante.

A doutrina dominante dizia que os proletários instaurariam um governo socialista através de eleições parlamentares; então os políticos e representantes teriam que levar adiante a tarefa essencial de expropriar os capitalistas, abolir a propriedade privada dos meios de produção, e organizar a produção. O sistema derivado desta concepção é a propriedade pública, onde os operários são assalariados a serviço do Estado, o que é totalmente distinto da propriedade coletiva, na qual os operários são os donos diretos das empresas e regulam o próprio trabalho. No último caso surge o problema de como estas empresas podem ser combinadas em uma organização social corretamente planejada. Depois de debates polêmicos e intensa atividade cultural, distintos grupos esquerdistas se afastaram dos partidos socialistas e comunistas e buscaram descobrir que outras formas de ação poderiam levar a classe operária à liberdade.

Os refugiados políticos na Holanda que haviam tomado parte nas lutas dos operários alemães de 1920 a 1921, na rebelião do Ruhr e nas fábricas da Saxônia, haviam experimentado a riqueza das iniciativas e capacidades que surgiam das massas quando estas enfrentavam a tarefa de organizarem-se a si mesmas, sua vida e sua luta. Na Holanda,

devido a sua situação no meio de influências inglesas, francesas e alemãs, havia penetrado um entendimento teórico fundamental em amplos grupos de operários e intelectuais. Da colaboração entre estes surgiu um grupo de militantes, chamado “Grupo de Comunistas Internacionalistas” (GIC), que se dedicou ao estudo da base econômica da nova sociedade. Sabiam muito bem que a revolução dos operários não traria imediatamente, como por um milagre, um mundo de abundância no qual todos poderiam consumir o que quiser. A nova ordem socialista tinha que ser construída através de uma dura luta e árduo trabalho de deliberação, por meio de uma organização bem desenhada, segundo regras de estrita igualdade proletária. Cada forma de sociedade tem sua base material sólida em um sistema econômico, um modo de produção e distribuição, que determina sua estrutura e caráter. Já anteriormente à guerra, principalmente depois, muitos autores se ocuparam deste problema econômico (Kautsky, Hilferding, Neurath, Leichter, Max Weber, Cole, etc.). Porém, todos assumiram como base a necessidade de um poder central de direção, um governo que imponha sua regulação sobre as distintas unidades de produção. Os escritores anarquistas proclamaram a autonomia das distintas oficinas; porém, deixavam a conexão destas em uma organização dependente da boa vontade.

Quando o GIC estudou o problema principal do socialismo, de como combinar a liberdade com a organização, percebeu que somente tinham que dar continuidade às indicações do pensamento exposto por Marx em pequenas notas ocasionais, em *O Capital*, e em suas observações ao Programa de Gotha do Partido Socialdemocrata Alemão. Marx não falava ali de socialismo de estado, ao que ele se opôs radicalmente, mas da “associação dos produtores livres e iguais”, dirigindo eles mesmos o seu trabalho; ele afirmou que ao invés do valor e do dinheiro seria o “tempo médio de produção”, medido em horas de trabalho, que formaria a base do novo sistema econômico. Estas idéias, que os escritores “marxistas” abandonaram por completo, foram objeto do trabalho pelos autores do GIC em um importante livro: *Princípios Fundamentais da Produção e Distribuição Comunistas*, que apareceu em 1930 em alemão e holandês. Ali se demonstra que através da contabilidade em cada empresa, completada pelo registro e pela contabilidade dos processos de produção social, com base nas horas gastas, os mesmos operários eram capazes de supervisionar e dirigir a produção e distribuição por si mesmos. Os corpos de

delegados, os “conselhos operários” são os instrumentos para organização das empresas separadas em uma totalidade. Demonstrou-se que esta não era simplesmente uma forma possível, e melhor que o socialismo de Estado, mas que era a única forma possível. Não é possível para uma burocracia central de funcionários e especialistas determinar todas as necessidades, prescrever todo o trabalho e supervisionar todos os processos em seus detalhes; todos os sistemas propostos conduzem à arbitrariedade na distribuição por uma minoria dominante. O autogoverno dos produtores livres e iguais, por outra parte, podia regular a produção e distribuição sem dificuldade, sendo as regras e decisões impostas por realidades econômicas. As dificuldades surgem da interposição de um poder estatal entre a produção e o consumo. Desta maneira, as aspirações de autodeterminação que surgiam nos operários, do mero sentimento e do programa político se converteram na encarnação de uma necessidade econômica. Desta maneira se estabeleceu um fundamento científico para a tarefa de autolibertação da classe operária.

É lamentável que este livro não esteja acessível para os operários ingleses (a maior parte da edição na Alemanha foi destruída com a ascensão do nazismo), porque sua base prática poderia ter apelado com intensidade à mentalidade prática inglesa. Agora que o capitalismo cresceu em um poder internacional, e as condições de luta tendem a serem mais uniformes no mundo, os operários em todos os países deveriam investir mais tempo em uma intercâmbio internacional de experiências e idéias.

Naquele momento, este estudo deu um forte impulso à propaganda do pequeno grupo. Em sua declaração de princípios o GIC recusou os partidos políticos e os sindicatos e proclamou os conselhos operários como a forma de organização do autogoverno. Conclamou os operários a encarar a luta pela produção comunista, a tomar em suas próprias mãos a direção e administração da produção e distribuição de acordo com uma planificação geral, e realizar, desta forma, a associação de produtores livres e iguais.

O GIC não se constituiu em novo partido que buscava conseguir aderentes; expôs o princípio de que em toda ação prática de luta verdadeira os operários têm que atuar – e atuarão – com uma unidade sólida, contra a qual as diferenças entre os grupos e os partidos e os sindicatos são fúteis. Além de vários panfletos, o GIC produziu regularmente “materiais de imprensa” postos à disposição de todos os grupos que quiseram publicá-los,

nos quais se tratavam dos eventos contemporâneos a partir deste novo ponto de vista. Assim, em discussão amistosa com outros grupos esquerdistas, opondo-se intensa e fundamentalmente aos socialistas no poder e aos partidos comunistas, o GIC difundiu suas idéias. No Raete-Korrespondenz (Correspondência Conselhistas), de periodicidade irregular, abordavam questões teóricas. Em 1938, o GIC publicou em alemão *Lenin als Philosoph (Lênin Filósofo)*¹, no qual se demonstra que Lênin, em suas idéias filosóficas básicas, se encontrava em uma posição oposta ao marxismo; pela carência de meios financeiros só pode ser publicada em um número limitado de cópias. Depois da guerra, o GIC se articulou com o grupo Spartacus que, em grande parte, seguiu na mesma direção; o qual tinha um número de membros maior, porém na luta clandestina contra os alemães havia perdido seus porta-vozes mais proeminentes. Agora publicam em conjunto o semanário Spartacus, o único semanário que faz da luta de classe inflexível da classe operária pela liberdade e domínio da produção a base e o conteúdo de toda a sua propaganda. Um livro sobre *De Arbeudersraven (Os Conselhos Operários)*², expondo estas opiniões (que também existe em versão inglesa em manuscrito), foi publicado por eles no ano passado.

¹ Trata-se do livro de Pannekoek (NT).

² Também se trata de livro de Pannekoek (NT).

Teses sobre a luta da Classe Operária contra o Capitalismo

I

O capitalismo, em um século de desenvolvimento incrementou enormemente seu poder, não só através da expansão por todo o planeta, mas também através do desenvolvimento de novas formas. Devido a isso a classe operária aumentou seu poder, em número, concentração massiva, organização. Sua luta contra a exploração capitalista, pelo domínio dos meios de produção, também está se desenvolvendo continuamente e tem que se desenvolver em novas formas.

O desenvolvimento do capitalismo conduz à concentração do poder sobre os ramos principais da produção, em mãos dos grandes interesses monopolistas. Estes estão intimamente conectados com o poder estatal e o dominam. Os grandes grupos monopolistas controlam a parte principal da imprensa e dirigem a opinião pública. A democracia da classe média demonstrou ser a melhor camuflagem da dominação política do grande capital. Ao mesmo tempo, há a tendência na maioria dos países em usar o poder organizado do Estado para concentrar em suas mãos a direção das indústrias chaves, como esboço da economia planificada. Na Alemanha, uma economia dirigida pelo Estado uniu a direção política e a administração capitalista em uma exploração de classe combinada. No capitalismo de Estado da Rússia, a burocracia é coletivamente a que domina sobre os meios de produção, e mantém em submissão as massas exploradas mediante um governo ditatorial.

II

O socialismo, eleito como a meta da luta dos operários, é a organização da produção pelo governo. Significa o socialismo de Estado, o comando dos funcionários do Estado sobre a produção e o comando dos gerentes, cientistas, chefes, na fábrica. Na economia socialista, este corpo, formando uma burocracia bem organizada, é o dono direto do processo de produção. Tem o domínio sobre o produto total, determinando que parte

será gasta com salários dos operários e apropriando-se do resto para as necessidades gerais e para si mesmo. Os operários, sob a democracia, podem escolher seus donos, porém não são eles mesmos os donos do seu trabalho. Eles recebem somente uma parte, definida pelos outros, do que foi produzido. Continuam sendo explorados e tem que obedecer à nova classe dominante. As formas democráticas, que se supõe que o acompanha, não alteram a estrutura fundamental deste sistema econômico.

O socialismo foi proclamado a meta da classe operária quando, em sua primeira irrupção, se sentia impotente, incapaz de conquistar por si mesma o poder sobre as fábricas e buscava no Estado proteção contra a classe capitalista por meio de reformas sociais. Os grandes partidos políticos que encarnavam estas aspirações, a socialdemocracia e os partidos trabalhistas, se converteram em instrumentos para arregimentar o conjunto da classe operário ao serviço do capitalismo, em suas guerras pelo poder mundial, assim como na política doméstica em tempos de paz. O Governo operário do Partido Trabalhista Inglês nem sequer podia dizer-se que era realmente socialista, pois era um agente modernizador do capitalismo. Através da abolição de suas ignonímias e do atraso, introduzindo a gestão estatal subordinada à preservação – garantida pelo Estado – de seus lucros para os capitalistas, fortalece a dominação capitalista e perpetua a exploração dos operários.

III

A meta da classe operária é sua libertação da exploração. Esta meta não é e não pode ser alcançada através de uma nova classe dirigente e governante que substitua a burguesia. Ela só pode ser realizada pelos operários mesmos sendo donos da produção.

O domínio dos operários sobre os meios de produção significa, em primeiro lugar, a organização do trabalho em cada fábrica e empresa pelo seu pessoal. Em lugar do comando do gerente e seus subordinados, toda a regulação é elaborada através da decisão do corpo inteiro de operários. Este corpo, compreendendo todos os tipos de trabalhadores, especialistas e cientistas, toma parte conjuntamente na produção, decide em assembleia tudo que é relacionado ao trabalho comum. Aqueles que efetuam o trabalho também regulam o mesmo e assumem suas responsabilidades dentro do propósito do conjunto, o que se aplica a todos os ramos da produção. Isto significa, em segundo lugar, que os

operários criam seus órgãos para coordenar as empresas separadas em uma totalidade organizada de produção planificada. Estes órgãos são os conselhos operários.

Os conselhos operários são corpos de delegados, enviados pelos trabalhadores das fábricas ou por seções de grandes empresas, levando as intenções e opiniões dos trabalhadores para discuti-las e tomar decisões acerca dos assuntos comuns, levando de volta os resultados a seus mandatários. Eles apresentam e proclamam as regulações necessárias e, unindo as diferentes opiniões em um resultado comum, formam a conexão das unidades independentes em uma totalidade adequadamente organizada. Não formam um quadro permanente de dirigentes, pois podem ser revogados e substituídos a qualquer momento. Seus primeiros embriões apareceram no começo das revoluções russa e alemã (sovietes, *arbrirate*). Eles jogam um papel crescente nos futuros desenvolvimentos da classe operária.

IV

Os partidos políticos nos tempos presentes possuem duas funções. Em primeiro lugar, aspiram ao poder político, a dominação no Estado, ou seja, tomar o governo em suas mãos e usar seu poder para por seu programa em prática. Para este propósito, precisam, em segundo lugar, que ganhar as massas da população trabalhadora para seus programas: por meio de seus ensinamentos, clarificando a visão, ou através de sua propaganda, tentando fazer delas um rebanho de seguidores.

Os partidos da classe operária apresentam como sua meta a conquista do poder político. Por conseguinte, governar no interesse dos operários, e em especial para abolir o capitalismo. Afirmam-se como a vanguarda da classe operária, sua parte mais esclarecida, capaz de conduzir a maioria deseducada da classe, atuando em seu nome como seus representantes. Pretendem ser capazes de libertar os operários da exploração. Uma classe explorada, contudo, não pode libertar-se votando e levando ao poder um grupo de novos governantes. Um partido político não pode proporcionar a liberdade, pois, quando ganha o governo, produz somente novas formas de dominação. A liberdade só pode ser conquistada pelas massas operárias através de sua própria ação organizada, tomando seu destino em suas próprias mãos, dedicando-se ao exercício de todas suas capacidades, dirigindo e organizando sua luta e seu trabalho por si mesmas através dos seus conselhos.

Para os partidos resta então a segunda função, estender sua visão e o conhecimento, estudar, discutir e formular as ideias sociais e, através de sua propaganda, iluminar a mente das massas. Os conselhos operários são os órgãos para ação prática e luta da classe operária. Nos partidos recai a tarefa de fortalecer seu poder espiritual. Sua ação forma uma parte indispensável da autolibertação da classe operária.

V

A forma mais forte de luta contra a classe capitalista é a greve. As greves são necessárias na luta contra a tendência dos capitalistas de buscar aumentar seus lucros através da diminuição dos salários e do aumento das horas ou da intensidade do trabalho.

Os sindicatos se formaram como instrumentos de resistência organizada, se baseiam em uma solidariedade forte e na ajuda mútua. Com o crescimento das grandes corporações, o poder capitalista aumentou enormemente, motivo pelo qual somente em casos especiais os operários são capazes de aguentar a degradação de suas condições de trabalho. Os sindicatos se convertem em instrumentos de mediação entre capitalistas e operários. Eles fazem acordos com os patrões que buscam impô-los sobre os operários, frequentemente pouco dispostos a aceitá-los. Os chefes aspiram a converter-se em uma parte reconhecida do aparato do poder do capital e do Estado que dominam a classe operária, por meio dos quais impõe suas condições aos operários.

A resposta da classe operária, sob estas circunstâncias, assume cada vez mais a forma das greves selvagens. Estas são espontâneas. São explosões massivas do espírito de resistência longamente reprimido. São ações diretas nas quais os operários tomam, completamente, suas lutas em suas próprias mãos, deixando de fora os sindicatos e seus dirigentes.

A organização da luta é realizada pelos comitês de greve, delegados dos grevistas, escolhidos e comandados pelos trabalhadores. Por meio de discussões nestes comitês, os operários estabelecem sua unidade de ação. A extensão da greve a massas cada vez maiores, a única tática apropriada para arrancar concessões do capital, é fundamentalmente oposta às táticas sindicalistas de restringir a luta e por fim a ela tão logo seja possível. Tais greves selvagens nos tempos atuais são as únicas lutas de classes reais dos operários contra

o capital. Eles afirmam sua liberdade através delas, escolhendo e dirigindo suas ações por conta própria, não dirigidos por outros poderes e para outros interesses.

Isso determina a importância de tais contestações da classe para o futuro. Quando as greves selvagens tomam cada vez maior extensão, encontra a totalidade do poder físico do Estado contra elas. De modo que assumem um caráter revolucionário. Quando o capitalismo se converte em um governo mundial organizado – ainda que, todavia só na forma de dois poderes rivais¹, ameaçando a humanidade com a total devastação – a luta pela liberdade da classe operária toma a forma de uma luta contra o poder estatal. Suas greves assumem o caráter de grandes greves políticas, às vezes greves gerais. Então, os comitês de greve necessitam assumir funções gerais, sociais e políticas, e adquirir o caráter de conselhos operários. A luta revolucionária pela dominação sobre a sociedade é ao mesmo tempo a luta pela dominação sobre e nas fábricas. Então, os conselhos operários, como órgãos de luta, se convertem em órgãos da produção ao mesmo tempo.

¹ Pannekoek se refere às duas potências mundiais do período da Guerra Fria, os Estados Unidos, líder do capitalismo privado, e URSS, líder do capitalismo estatal (NT).